Análise de mudança de uso da terra e estrutura de governança ambiental nos municípios do Profloram

Estudo “Oportunidades para Iniciativas de REDD+ no Sul/Sudeste do Estado do Amazonas”

Análise de mudança de uso da terra e estrutura de governança ambiental nos municípios do Profloram

Estudo "Oportunidades para Iniciativas de REDD+ no Sul/Sudeste do Estado do Amazonas"

Elaboração:

IDESAM
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

Parceiros:

Amazonas CECLIMA
Centro Estadual de Mudanças Climáticas

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

AMAZONAS
Governo do Estado

FOREST TRENDS

CD CARBON DECISIONS INTERNATIONAL

Apoio:

kfw ENTWICKLUNGSBANK

Manaus - Amazonas

Setembro de 2013

Análise de mudança de uso da terra e estrutura de governança ambiental nos municípios do Profloram
Estudo "Oportunidades para Iniciativas de REDD+ no Sul/Sudeste do Estado do Amazonas"

Autores:

Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM)
Gabriel Cardoso Carrero
Octávio Luiz Medeiros Nogueira
Heberton Henrique Dimas de Barros
Mariano Colini Cenamo
Pedro Gandolfo Soares
Mariana Nogueira Pavan

Revisão:
Joao Talocchi (CECLIMA)
Lucio Pedroni (Carbon Decisions)
Jacob Olander (Forest Trends)
Junia Karst Ruggiero (IDESAM)
Rodrigo Freire (Consultor Independente)
Samuel Simões Neto (IDESAM)

Mapas:
Heberton Henrique Dimas de Barros (IDESAM)
André Nóbrega (IDESAM)

Imagens:
Arquivo IDESAM

Projeto Gráfico e Diagramação:
Eriam Franco

Manaus, setembro de 2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C314a Carrero, Gabriel Cardoso
Análise de Mudança de Uso da Terra e Estrutura de Governança Ambiental nos Municípios do Profloram / Gabriel Cardoso Carrero et al. Manaus-AM, 2013.

88p.
ISBN: 978-85-64371-08-8

1. Mudanças Climáticas. 2. Uso da Terra. 3. REDD+ Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal. 4. Profloram. 5. Amazonas. I. Título. II. Autores.

IDESAM CDU - 502:332.3(811.3)

Copyright © 2013 by Idesam
Manaus, Amazonas, Brasil

Os dados e opiniões expressos neste trabalho são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião dos parceiros e financiadores desta publicação.

Análise de mudança de uso da terra e estrutura de governança ambiental nos municípios do Profloram

Estudo “Oportunidades para Iniciativas de REDD+ no Sul/Sudeste do Estado do Amazonas”

Índice

1. Apresentação 9

1.1 A região do projeto PROFLORAM - 10

1.2 A coleta de dados - 12

2. Perfil dos municípios do PROFLORAM 15

Município de Barreirinha - 16

Município de Boa Vista do Ramos - 18

Município de Maués - 20

Município de Nhamundá - 22

Município de Parintins - 24

Município de Humaitá - 26

Município de Manicoré - 28

Município de Novo Aripuanã - 30

Município de Apuí - 32

Município de Boca do Acre - 34

Município de Lábrea - 36

Município de Canutama - 38

3. A dinâmica do desmatamento nos municípios 41

4. A dinâmica do desmatamento nas sub-regiões 45

Sub-região do Leste do Amazonas - 45

Sub-região do Madeira - 46

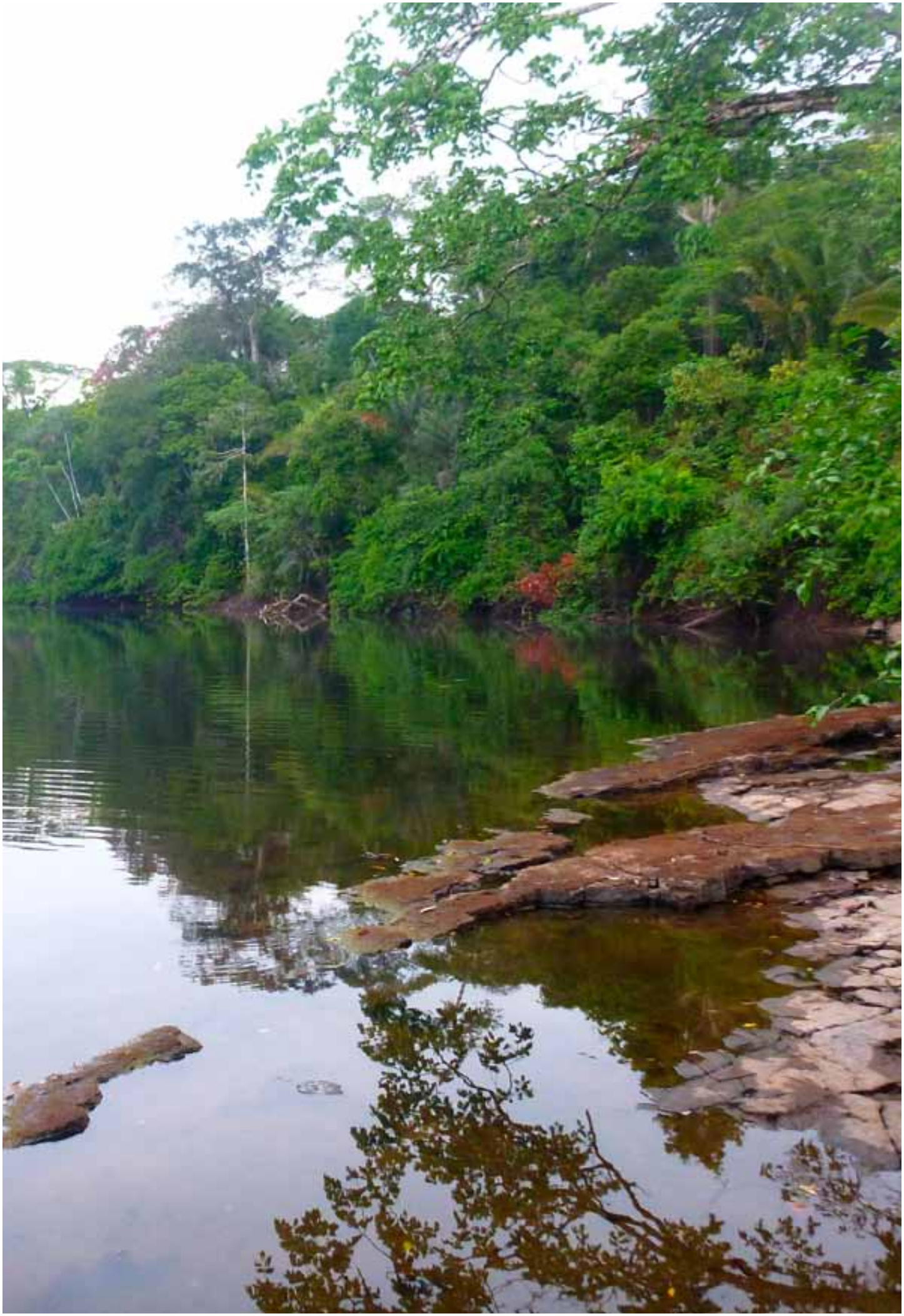
Sub-região do Purus - 48

5. Os indicadores de estrutura de governança ambiental e desmatamento 53

6. As regiões selecionadas 57

7. Referências Bibliográficas 61

Apêndice - Dados Brutos Utilizados no Relatório 65



1

Apresentação

Este relatório foi elaborado como parte do Estudo "Oportunidades para Iniciativas de REDD+ no Sul/Sudeste do Estado do Amazonas", desenvolvido pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) em parceria com a Carbon Decisions International e Forest Trends, com apoio técnico do Centro Estadual de Mudanças Climáticas do Amazonas (CECLIMA/SDS) e apoio financeiro do KfW, no âmbito do Projeto de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Conservação da Floresta Tropical no Estado do Amazonas – PROFLORAM. Este produto apresenta um importante embasamento para entender a mudança de uso da terra, os vetores do desmatamento, bem como a situação da estrutura de governança local na região do estudo.

O PROFLORAM "focaliza objetivamente o fortalecimento da gestão ambiental no âmbito do Governo do Estado, aumentando a governança nas áreas de maior pressão de desmatamento, através da instalação de Centros Multifuncionais; do aumento da capacidade de planejamento e gestão ambiental da SDS e o ordenamento ambiental e territorial através da legalização fundiária, da continuação das ações de ZEE em áreas prioritárias, e, especialmente, de uma maior integração das ações de ordenamento ambiental e territorial local com as políticas estadual de gestão ambiental" (Amazonas, 2009).

Para este estudo a governança é entendida como a capacidade de governo do conjunto dos atores sociais, público e privados em implementar ações específicas (Wanderley e Raichelis, 2001, p. 160). Com efeito, governança ambiental pode ser considerada uma larga escala de estruturas e processos políticos, econômicos e sociais que modelam e direcionam o comportamento de atores em direção ao meio ambiente. Governança ambiental refere-se aos múltiplos canais pelos quais os impactos humanos do meio ambiente são ordenados e regulados. Para que isso aconteça é necessária a criação de regras e instituições para a aplicação e o monitoramento dessas regras. Criar governança ambiental implica também na construção de uma infraestrutura flexível de normas, uma expectativa e compreensão social de aceitação do comportamento ambiental, em um processo que engaja a participação de uma larga escala de atores (Newell e Levy, 2005, p. 03).

Muito embora mecanismos de comando e controle tenham sido aplicados de maneira relativamente eficaz na região amazônica – o PPCDAM e a lista vermelha dos municípios (incluindo seus mecanismos de limite ao crédito, embargo a produtos e restrições fundiárias) – a pressão sobre os recursos naturais continua

forte e geralmente tende a ser deslocada para onde a governança é menor. É seguro afirmar que a região de estudo do PROFLORAM apresenta os menores índices de governança ambiental do Amazonas. Isto pode ser verificado por fatores como o aumento contínuo da contribuição da região no desmatamento total anual da Amazônia, assim como pelo aumento dos conflitos de terras, da violência, da grilagem de terras e da extração madeireira ilegal. (Young, 2009; Carrero e Fearnside, 2011; Portal Amazônia, 2012; INPE, 2012).

O processo de fortalecimento da governança ambiental deve ser realizado conjuntamente com as administrações municipais e atores da sociedade civil. O foco das atividades deve ir além do planejamento estratégico pelos órgãos ambientais do Estado e atender a demandas de estruturação social e econômica das intervenções, que devem ser integradas. O objetivo deste estudo, ainda que atendido de forma preliminar, foi entender o contexto e destacar onde se deve iniciar o processo de transformação da sociedade para que ações em múltiplas escalas e níveis possam trazer, com o fortalecimento da governança ambiental, o desenvolvimento econômico e social da região.

Neste contexto, este relatório é voltado à exposição e interpretação dos processos de mudança e uso da terra, dos dados socioeconômicos e das estruturas de governança nessa região. Este documento tem o objetivo de selecionar municípios/microrregiões compreendidos pelo PROFLORAM que sejam favoráveis ao desenvolvimento de programas piloto de Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+). Buscamos entender quais áreas tem maior prioridade e melhor estrutura de governança para receber um programa ou projeto de REDD+, com base em critérios como pressão futura do desmatamento e indicadores sociais, econômicos e de governança municipal.

A publicação está dividida em seis (06) capítulos. O primeiro – esta apresentação – traz os materiais e métodos, a área de estudo, a metodologia de coleta e a construção do banco de dados. A segunda parte apresenta o perfil dos municípios do PROFLORAM, seu contexto histórico, socioeconômico, uso da terra e produção e a estrutura de governança. Os capítulos 3 e 4 apresentam uma análise da dinâmica do desmatamento, com base nos potenciais vetores e dinâmicas regionais, assim como tendências futuras de acordo com dados bibliográficos. A quinta parte apresenta a construção do "Indicador de Estrutura de Governança Ambiental", que representa o potencial de implementação de instrumentos de governança ambiental dos municípios e são utilizados como indicadores de oportunidade relacionadas aos projetos piloto de REDD+. Por fim, na sexta e última seção, apresentamos as duas regiões com maior potencial para aprofundar-se em um Documento de Avaliação Preliminar (DAP) de projetos de REDD+, com uma explanação de justificativas e recomendações.

1.1 A região do projeto PROFLORAM

A região do PROFLORAM compreende 12 municípios que fazem fronteira com os estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre, nas regiões sul e leste do Amazonas (Figura 1). A região compreende cerca de 37 milhões de hectares ou 23% da área total do Estado. Contudo, os 1,5 milhão de hectares desmatados nestes doze municípios representam 42% do desmatamento total no Amazonas (INPE 2012). Com cerca de 434 mil habitantes, essa região representa apenas 12% da população total do Estado (IBGE 2010).

O conjunto de municípios do PROFLORAM compreende três grupos com histórico de ocupação, características socioeconômicas e biofísicas distintas, de acordo com a calha do rio que lhes dá acesso: (i) sub-região Amazonas, envolvendo os municípios de Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá e Parintins; (ii) sub-região Madeira, com os municípios de Humaitá, Manicoré, Apuí e Novo Aripuanã; e (iii) sub-região Purus, com os municípios de Boca do Acre, Lábrea e Canutama. Enquanto a primeira representa característica de várzea, as demais são áreas de terra firme trespassadas por estradas federais.

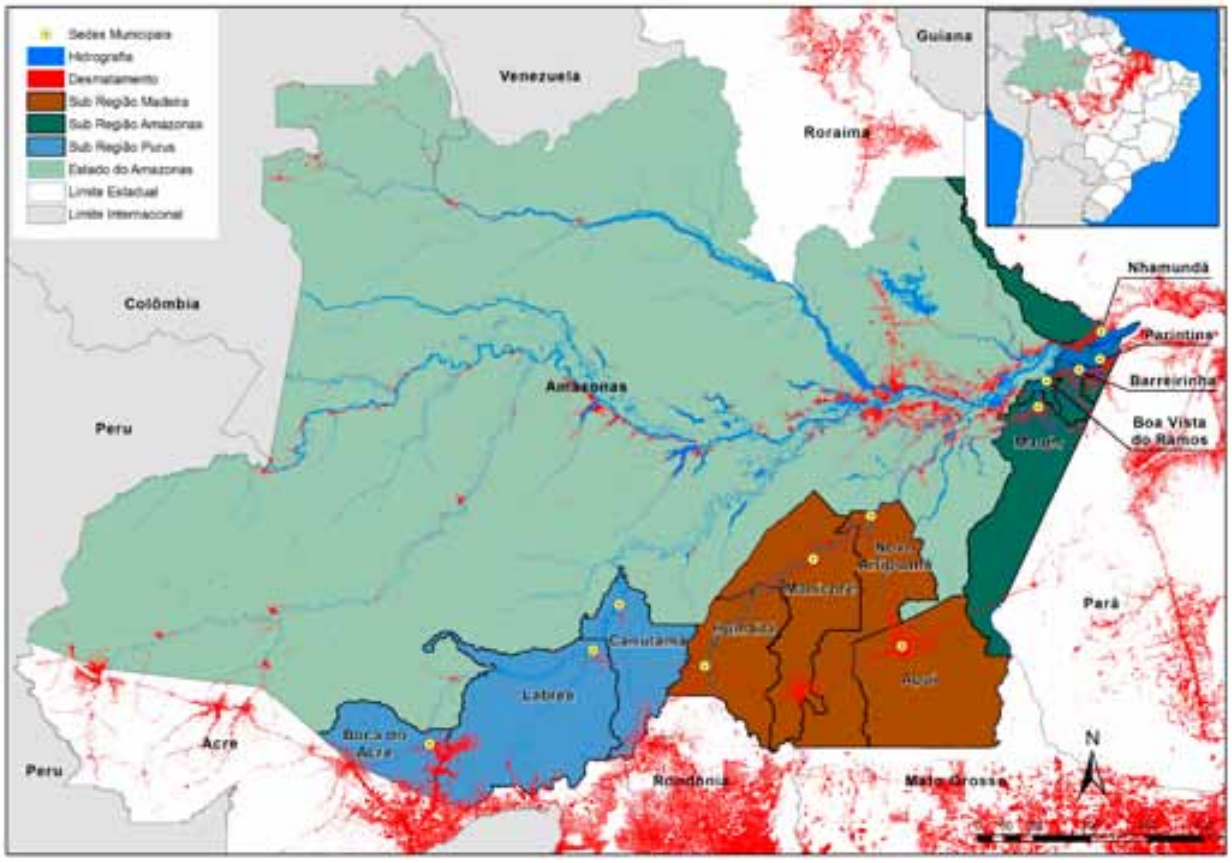


Figura 1. Municípios incluídos no Profloram.

Leste do Amazonas (Sub-Região Amazonas)

Assim como toda a calha dos Rios Amazonas e Solimões, a região leste do Amazonas é caracterizada por alta produtividade vegetal e animal. É a região que tinha a maior densidade populacional de indígenas, que totalizavam mais de um milhão de pessoas antes da chegada do europeu (Ribeiro, 2006). É também a região de colonização mais antiga e intensa da Amazônia, que remonta às primeiras expedições realizadas no século XVI, onde foram formados os primeiros núcleos de ocupação dos portugueses. As doenças, as guerras, o extermínio e a escravização rapidamente dizimaram a população original, que foi sendo substituída pela população ribeirinha, uma mescla de colonizadores e indígenas.

Esta região possui aproximadamente 430.000 hetares de áreas de várzea. A variação do nível da água na várzea determina o ritmo de vida das populações. Esse ritmo influencia também as condições de moradia, saúde, e disponibilidade de recursos naturais para produção comercial e de subsistência. Já nas localidades de terra firme, o calendário de atividades é marcado pela variação anual das chuvas. A inundação na várzea contribui para a fertilização dos solos, enquanto nas áreas de terra firme a agricultura depende quase que inteiramente da agricultura de pousio. Embora haja ocupação e produção nas áreas de terra firme destes municípios, é a várzea que apresenta a maior proporção das atividades produtivas, as quais incluem atividades pesqueiras, extrativismo, pequenos roçados e a pecuária nos pastos naturalmente formados.

Desde a chegada dos europeus, a região Leste do Amazonas passou por muitos ciclos de exploração que alteraram sua paisagem e estrutura socioeconômica. Após o ciclo da exploração das drogas do sertão e das peles de animais silvestres, que perdurou até o século XIX, a exploração da borracha (Hevea brasiliensis) promoveu uma onda de migração vinda do nordeste do Brasil (Fonseca, 1996; Gentil, 1988) e se tornou o produto mais exportado do país (Reis, 1979). Após o declínio da produção do látex da seringueira, a juta (*Corchorus capsularis* L.), se tornou uma *commodity* de sucesso, trazida da Índia na década de 1930 e cultivada nas

várzeas no Rio Amazonas (Gentil, 1988). Atualmente, além da pesca, outras atividades produtivas representam fontes de renda significativas para os municípios da calha do Amazonas, como a madeira, o guaraná, o limão e algumas culturas temporárias.

Sul do Amazonas (Sub-Regiões Madeira e Purus)

O sul do Amazonas é uma região estratégica para barrar o avanço do desmatamento na Amazônia. A região passou a ser ocupada no início do período de ditadura no Brasil por volta de 1970, quando foi lançado o Programa de Integração Nacional, que trouxe a construção da Rodovia Transamazônica (BR-230) entre outras rodovias na Amazônia (PIN 1972). Esse plano tinha como eixo central povoar a região e aumentar a exploração dos recursos naturais e agropecuários através da construção de estradas, visando à exportação (Fearnside 1986). O governo promoveu a colonização de áreas por agricultores sem-terra (colonos) e subsidiou a instalação de grandes pecuaristas e fazendeiros (Fearnside 1986, Mahar 1989).

A região difere bastante do resto do estado do Amazonas em termos de logística e transporte, onde o meio principal é fluvial. O sul do Amazonas apresenta rodovias federais e estaduais que se constituem no principal meio de transporte, mas também são as vias pelas quais o desmatamento se expande. Embora a região apresente também uma extensa rede hídrica, apenas os rios Purus e Madeira são amplamente navegáveis. A calha do rio Madeira, na região sudeste do Amazonas, é cortada pela Rodovia Transamazônica (BR-230), que passa pelos municípios de Apuí, Manicoré, Humaitá e Novo Aripuanã. A região do Purus compreende os municípios de Boca do Acre, Canutama e Lábrea, faz fronteira com os Estados do Acre e Rondônia, com acesso por rodovias federais como a BR-317, a BR-364, a BR-319 e também a BR-230.

Nos últimos anos, a região enfrenta o desmatamento para a expansão de atividades agropecuárias, principalmente devido ao avanço do chamado 'arco do desmatamento' em direção ao Amazonas (Laurance 2000, Sawyer 2001, Carrero e Fearnside 2011). A pressão sobre a floresta tende a continuar, considerando a globalização dos mercados de carne e da soja na Amazônia (Nepstad et al. 2006) e as políticas internacionais de desenvolvimento para a região, como a integração da malha viária da América do Sul, que conecta por via terrestre os oceanos Atlântico e Pacífico (IIRSA 2009).

O cenário indica que as florestas dos municípios do Sul do Amazonas estão criticamente ameaçadas, assim como sua grande diversidade biológica que possui ambientes heterogêneos e espécies endêmicas de extrema relevância para a conservação da biodiversidade amazônica (Nelson e Oliveira, 1999). A região do sul do Amazonas é rica também culturalmente: território de dezenas de etnias indígenas ameaçadas pelas forças da expansão da fronteira agropecuária.

1.2 Coleta de dados

O esforço de coleta de dados secundários utilizados como base para esse estudo foi realizado em cooperação com o CECLIMA/SDS. Para alguns grupos de dados, embora houvesse o esforço de consegui-los de fontes mais detalhadas do Governo do Amazonas, tivemos que optar por dados disponíveis na internet. Do mesmo modo, houve um esforço em conseguir levantar os dados de pessoal, infraestrutura e orçamentos anuais nas prefeituras e secretarias locais. Contudo, a dificuldade de reunir as informações necessárias e a heterogeneidade das informações recebidasimpediram a construção de um perfil completo de estrutura humana e física existentes para governança dos municípios.

A coleta de dados foi realizada e dividida em quatro grupos: histórico e localização; uso da terra e produção, características socioeconômicas e ordenamento territorial e estrutura de governança. Para a descrição do perfil dos municípios foram utilizadas as médias dos intervalos ou o número mais recente de cada um dos grupos de dados da Tabela 1, os quais são apresentados no apêndice desta publicação, na forma de dados tabulados. Também são apresentadas todas as instituições da sociedade civil mapeadas como atuantes em cada município (associações, colônias, cooperativas e sindicatos).

Tabela 1. Fontes dos dados dos municípios do PROFLORAM

Dados	Ano	Fonte	Data	OBS.
Mudança e Uso da Terra (desmatamento)				
Áreas Desmatadas	2000-2011	PRODES Mun.	2012	Site
Áreas Desmatadas e Hidrografia	2000-2010	PRODES dig.	2012	Shapefile
Vegetação	2008	IBGE	2008	Shapefile 1:250.000
Extensão de Estradas	2002	SIPAM	s/d	Shapefile
Área Municipal	2008	IBGE	2012	ibge.cidades
Unidades de Conservação Federal	2012	ICMBio	2012	Shapefile
Unidades de Conservação Estadual	2012	CEUC	2012	Shapefile
Terras Indígenas demarcadas	2011	FUNAI	2012	Shapefile
Projetos de Assentamento	2008	INCRA	2010	Shapefile
Socioeconomia				
Índice de Gini*	1991;2000	PNUD	2003	Atlas DH
Índice de Desenvolvimento Humano**	1991;2000	PNUD	2003	Atlas DH
PIB	2006-2009	IBGE	2012	ibge.cidades
População	1996;2000;2010	IBGE	2012	ibge.cidades
Fomento Estadual	2008-2011	AFEAM	2012	Comunicação
Produção				
Criação Animal	2007-2010	IBGE	2012	ibge.sidra
Lavoura Permanente	2007-2010	IBGE	2012	ibge.sidra
Lavoura Temporária	2007-2010	IBGE	2012	ibge.sidra
Extrativismo	2007-2010	IBGE	2012	ibge.sidra
Governança				
Recursos Humanos IDAM	2012	IDAM	2012	IDAM-Manaus
Instituições Sociedade Civil	2012	IDAM	2012	IDAM-Manaus
UCs Estaduais	2012	SDS-CEUC	2012	Comunicação
UCs Federais	2012	ICMBio	2012	Site
Secretaria de Meio Ambiente	2012	SDS e SEMMAS	2011	Comunicação
Áreas Embargadas	2012	IBAMA	2012	Site

* Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

** Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula emtodos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita.

A equação utilizada para calcular as taxas anuais de crescimento, como do PIB, população desmatamento, entre outras, é apresentada como:

$$CAGR(t_0,t_n)= \left(\frac{V(t_n)}{V(t_0)} \right)^{\frac{1}{t_n - t_0}} - 1$$

Onde: V é a variável em questão, t_0 é o ano inicial e t_n é o tempo no ano n.

Os dados sobre mudança e cobertura da terra foram obtidos em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (áreas desmatadas acumuladas e anuais, as áreas protegidas (UCs e TIs) as áreas de tipos de vegetação, as áreas de corpos d'água e a extensão de estradas em cada município).

Sobre as informações do Capítulo 2:

População:

População total
(IBGE 2010)

Taxa de crescimento
(IBGE 1996-2010)

Produto Interno Bruto:

Média Anual PIB
(IBGE 2006-2009)

Representatividade
do Setor Primário
no PIB do Município

Socioeconomia:

Taxa de Crescimento dos índices (IDH e Gini)
no período 1991-2000 (PNUD)

Desmatamento:

Representatividade
no Amazonas

Variação no Ranking
da Amazônia Legal

Atividades Econômicas:

Serviços

Pecuária
(leite)

Mel

Bubalinos

Agricultura

Madeira

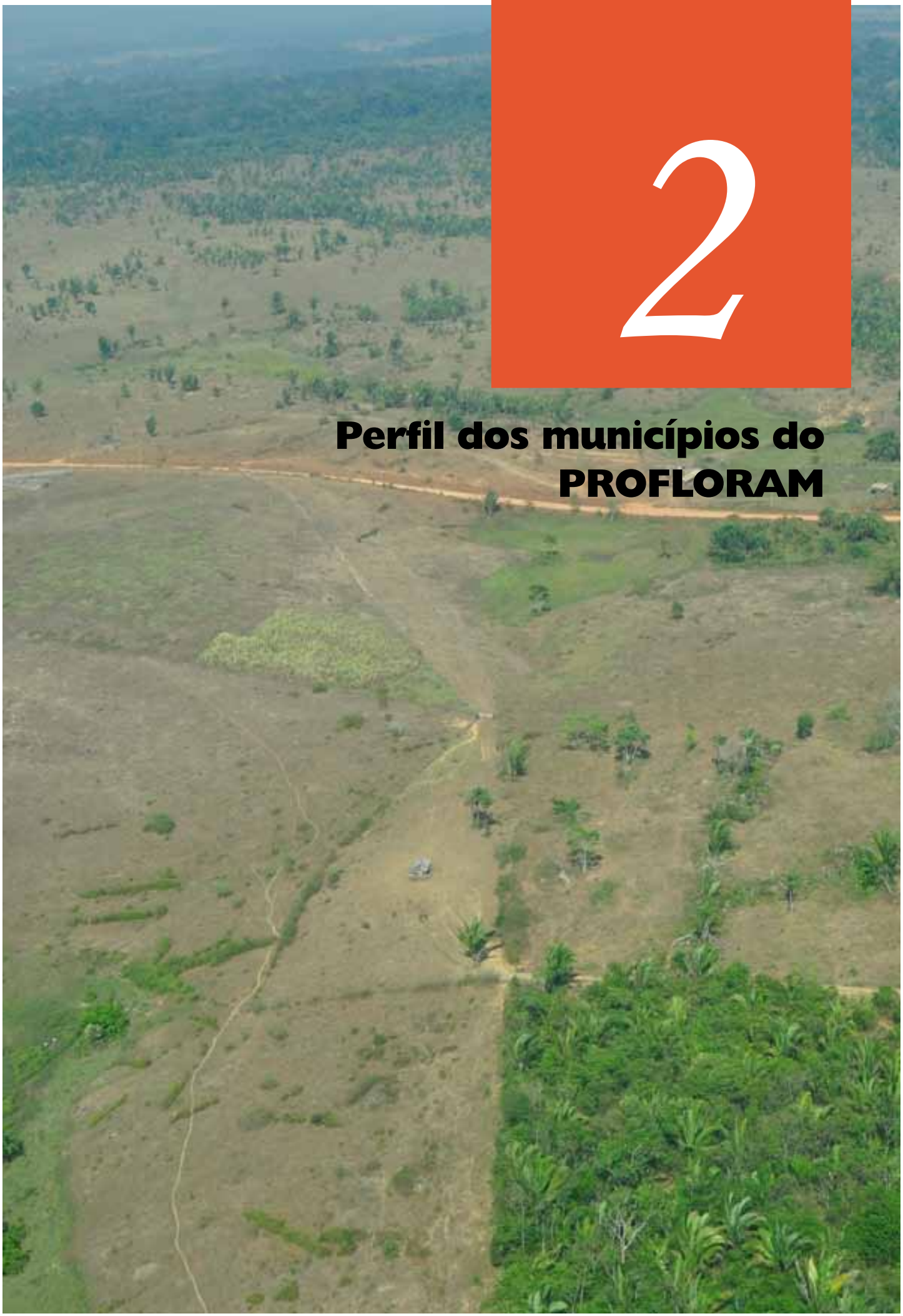
Pecuária
(corte)

Extrativismo

Pesca

Açaí

Guaraná



2

Perfil dos municípios do PROFLORAM

Barreirinha

Área: 5.759,00 km²

População:

27.355 hab. 2,6%

Produto Interno Bruto:

R$ 93.758.000,00

Setor Primário: 19%

Socioeconomia:

IDH 0,645 5%

GINI 0,6 20%

Desmatamento:

2012 783,9 km² 2,17 %

317°(2005) - 210°(2012)

Principais Atividades Econômicas:

1°

2°

3°

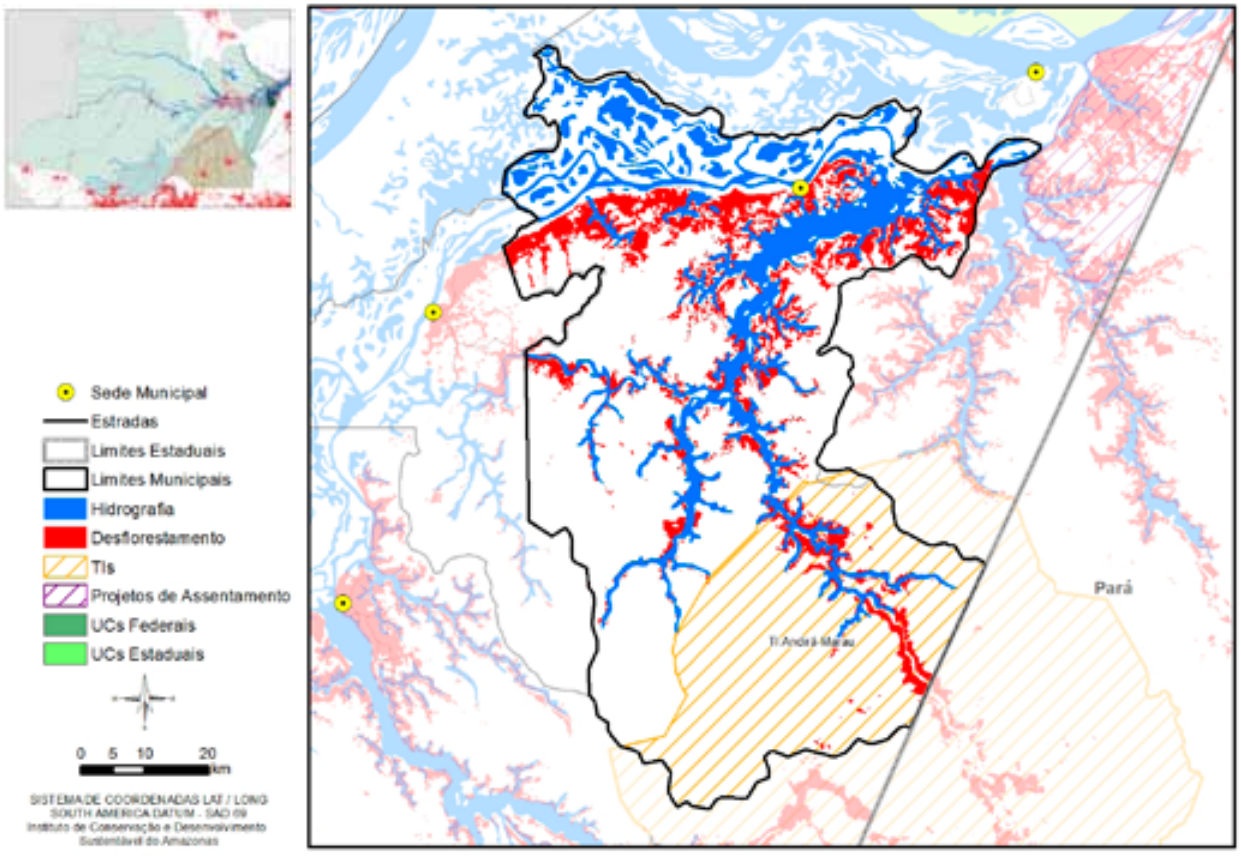


Figura 2. Município de Barreirinha.

Histórico e localização - A cidade de Barreirinha surgiu a partir da Missão do Andirá, criada em 1848 pela igreja católica. Em 1881 criou-se o município de Barreirinha, por desmembramento do município de Parintins. Após essa data, a economia do município de Barreirinha atingiu franca expansão, devido à exportação de produtos regionais como castanha, guaraná, borracha, juta, cacau, pirarucu, cumaru e madeira. Localizado a leste do estado, o município de Barreirinha tem sua sede distante 372 km em linha reta da capital Manaus e possui uma área territorial de 575 mil hectares. Limita-se a leste e norte com o município de Parintins, a oeste com Urucurituba e Boa Vista do Ramos, e ao sul com Maués. O acesso ao município é feito através do Paraná do Ramos, na margem direita do Rio Amazonas (Figura 2).

Características socioeconômicas - A maior parte da população se encontra na área urbana e não chegou a duplicar entre 1996 e 2010, enquanto a população rural aumentou em apenas 25%. Essa condição se reflete na economia local, onde o setor de serviços foi responsável por 69%. Entre os municípios do PROFLORAM, Barreirinha apresenta, juntamente com Parintins, a menor participação do setor primário no PIB total. Surpreendentemente, em números absolutos, é o quarto município com o maior fomento no setor agropecuário e o menor PIB per capita (2009) dos doze municípios. De forma geral, apesar da menor geração de renda per capita, Barreirinha apresenta também uma menor desigualdade na distribuição da renda, como pode ser verificado pelo baixo índice Gini.

Uso da terra e produção - É o décimo sexto município em termos de desmatamento no Amazonas, com área desmatada destinada principalmente à pecuária de corte. Vale destacar que o município é o segundo maior produtor de búfalos do Estado. Em relação à produção agrícola, as lavouras temporárias apresentaram queda abrupta entre os anos de 2007 e 2010 e as permanentes apresentaram uma das menores médias dos doze municípios no mesmo período. O extrativismo não apresenta números expressivos e a pesca é praticada em moldes artesanais, apenas para o consumo local, o que torna as duas atividades pouco representativas na composição do PIB municipal.

Ordenamento territorial e estrutura de governança - Barreirinha é o segundo menor município em extensão territorial dentre os doze estudados, não possui unidades de conservação e apresenta apenas uma terra indígena (Andirá-Marau) que cobre 28% do município (163.340 ha). Com apenas 25 km de estradas, o meio de transporte predominante é fluvial, principalmente através do Rio Andirá e Paraná do Ramos. O município possui uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Conselho Municipal de Meio ambiente (CONSEMMA) e Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA). Porém, na avaliação da SDS, o arcabouço legal relacionado à governança ambiental é insuficiente. O município não possui Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Boa Vista do Ramos

Área: 2.588,00 km²

População:

14.979 hab. 3,9%

Produto Interno Bruto:

R$ 48.491.250,00

Setor Primário: 21%

Socioeconomia:

IDH 0,642 8%

GINI 0,66 29%

Desmatamento:

2012 204,6 km² 0,57 %

472°(2005) - 443°(2012)

Principais Atividades Econômicas:

1°

2°

3°

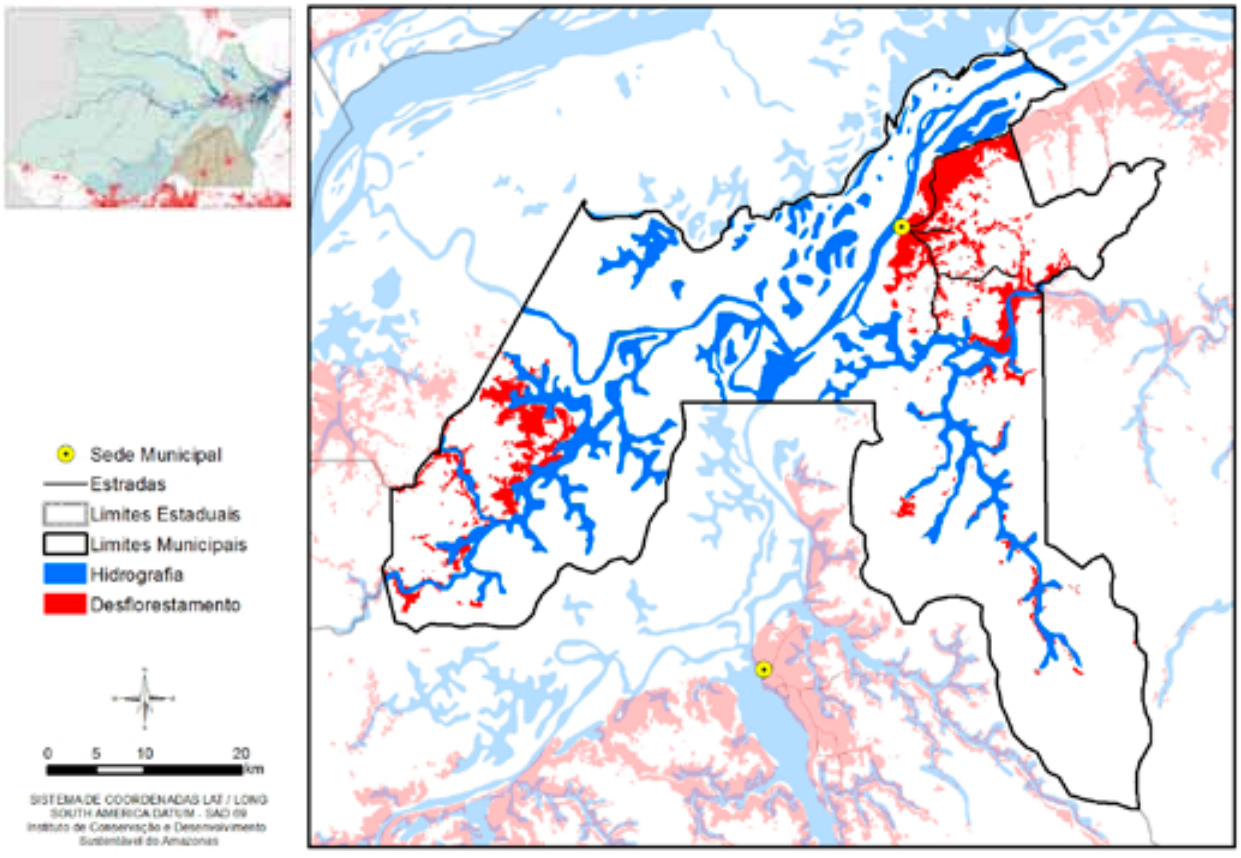


Figura 3. Município de Boa Vista do Ramos.

Histórico e localização - Em 1981, o sub-distrito de Boa Vista do Ramos passou à categoria de município, integrando territórios do município de Maués e áreas adjacentes dos municípios de Barreirinha e Urucurituba. Fica distante 270 km em linha reta de Manaus ou 367 km por via fluvial. Limita-se a leste com o município de Barreirinha, a noroeste com Urucurituba, a oeste com Itacoatiara e ao sul com Maués (Figura 3).

Características socioeconômicas - Boa Vista do Ramos é o mais pobre entre os municípios do PROFLORAM, com baixos valores do PIB. Sua população tem apresentado altas taxas de crescimento nos últimos anos com uma distribuição entre zona rural e urbana bem equilibrada. O setor terciário apresenta expressiva contribuição no PIB municipal, proporção que fica atrás apenas de Parintins.

Uso da terra e produção - Boa Vista do Ramos apresenta o menor desmatamento acumulado dos municípios do PROFLORAM, caracterizado principalmente por polígonos menores que 10 ha. A pecuária, tanto de bovinos quanto de bubalinos, apesar de desenvolvida de forma extensiva e praticamente sem tecnologia, mostrou crescimento entre 2007 e 2010. O município destaca-se pela produção de mel, sendo o segundo maior produtor (perde apenas para Maués).

Ordenamento territorial e estrutura de governança - Com 258 mil ha de área, é o menor município dos doze pesquisados. Não possui Unidades de Conservação, Terras Indígenas ou Projetos de Assentamento. Possui uma SEMMA, porém não possui CONSEMMA e FMMA. Na avaliação da SDS, o arcabouço legal relacionado à governança ambiental é insuficiente. O município não possui Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e não é signatário do Pacto pelo Desmatamento Ilegal Zero.

Maués

Área: 40.079,00 km²

População:

52.236 hab. 2,6%

Produto Interno Bruto:

R$ 201.105.750,00

Setor Primário: 24%

Socioeconomia:

IDH 0,689 6%

GINI 0,67 0%

Desmatamento:

2012 1.327,3 km² 3,68 %

275°(2005) - 107°(2012)

Principais Atividades Econômicas:

1°

2°

3°

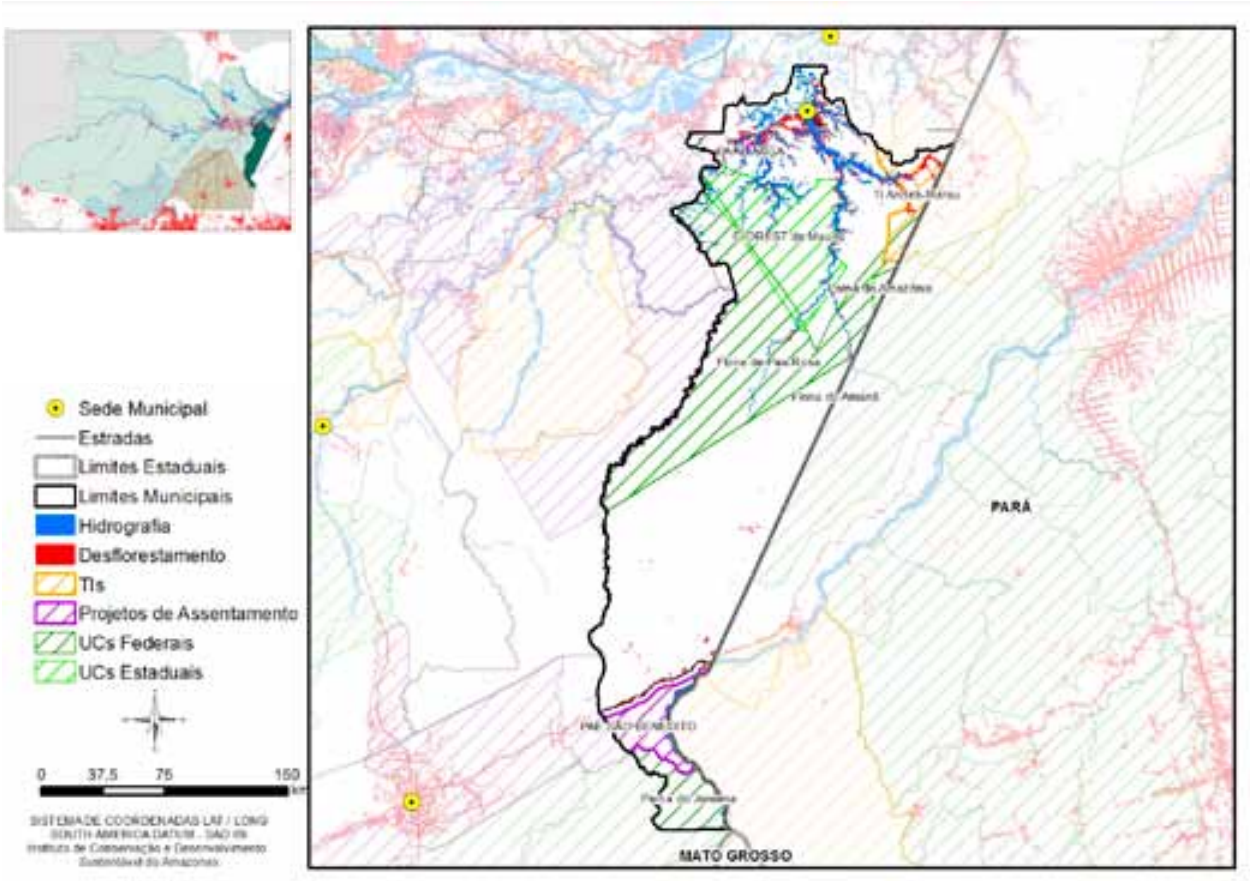


Figura 4. Município de Maués.

Histórico e localização - Em meados do século XVIII teve início o primeiro povoamento (Mundurucânia) na região compreendida entre os rios Madeira e Amazonas, que daria origem, em 1798, ao povoado de Lusea. Em 1833, o povoado é elevado à categoria de vila, para somente em 1892 ser criado o município de Maués. Tem sua sede distante 267 km em linha reta da capital do estado e 356 km por via fluvial. Limita-se a leste com o estado do Pará (municípios de Jacareacanga, Itaituba e Aveiro), a norte com Barreirinha e Boa Vista do Ramos, a oeste com Itacoatiara, Nova Olinda do Norte e Borba e a sul com o município de Apuí. O acesso ao município é feito através do Paraná do Ramos, margem direita do Rio Amazonas (Figura 4).

Características socioeconômicas - Maués apresenta uma população distribuída de forma bem equilibrada entre zona urbana e rural, com crescimento populacional da área rural, em 2010, levemente superior. A contribuição do setor primário no PIB municipal é relativamente alta e apresenta o segundo maior IDH entre os municípios pesquisados, ficando atrás apenas de Parintins.

Uso da terra e produção - A área total desmatada em Maués soma cerca de 130.000 ha. A agricultura é definitivamente a principal atividade do setor primário: a produção de mandioca para a subsistência é bastante difundida, além de o município ser o maior produtor de guaraná, se destaca também como o maior produtor de mel dentre os 12 municípios pesquisados. Além disso, é o maior produtor de cana de açúcar, fazendo da agricultura a principal atividade do setor primário. Os números da pecuária e do extrativismo vegetal não são muito expressivos quando comparados com os demais municípios pesquisados.

Ordenamento territorial e estrutura de governança - Possui uma área territorial de cerca de 4 milhões de ha, dos quais 40% estão dentro de áreas protegidas (Floresta Estadual de Maués; Floresta Nacional do Pau-Rosa; Parque Nacional Juruena; Terra Indígena Andirá Maraú) e 3% em projetos de assentamento. Segundo avaliação da SDS, o município possui um arcabouço legal promissor. O município possui SEMMA, CONSEMMA e FMMA. Não possui CMDRS e não é signatário do Pacto pelo Desmatamento Ilegal Zero, mas possui uma Brigada de Incêndio Florestal aparentemente bem estruturada.

Nhamundá

Área: 14.135,00 km²

População:

18.278 hab. 1,7%

Produto Interno Bruto:

R$ 84.823.500,00

Setor Primário: 37%

Socioeconomia:

IDH 0,656 8%

GINI 0,55 -8%

Desmatamento:

2012 483,4 km² 1,34 %

334°(2005) - 217°(2012)

Principais Atividades Econômicas:

1°

2°

3°

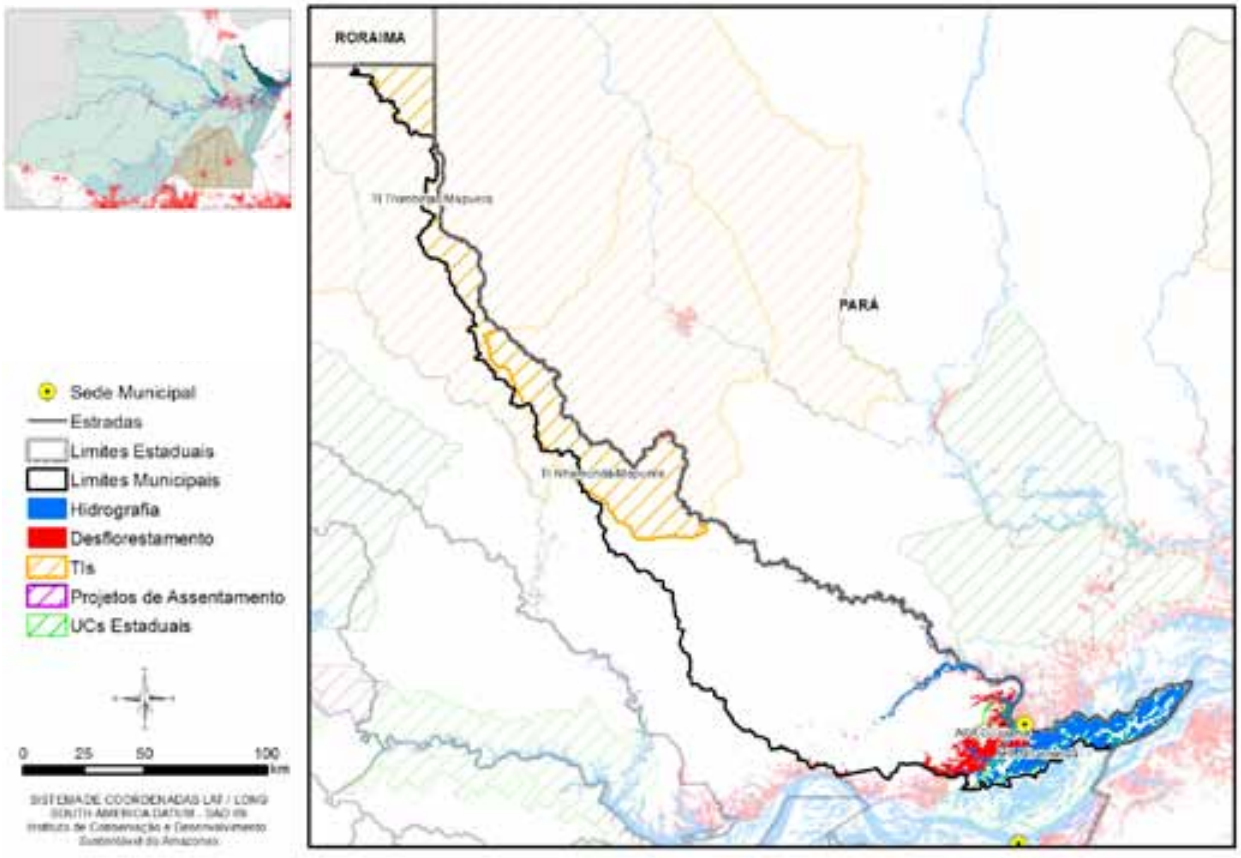


Figura 5. Município de Nhamundá.

Histórico e localização - As origens da sede municipal remontam ao início das penetrações do rio Nhamundá, no século XVII, quando os índios Uabuís, Cunuris e Guaicaris foram os primeiros habitantes do local, com a aldeia denominada Faro. O município autônomo de Nhamundá foi constituído com o desmembramento do município de Parintins. Tem sua sede distante 375 km em linha reta de Manaus e 577 km por via fluvial. Limita-se a leste com o estado do Pará (municípios de Terra Santa e Faro), a norte com o estado de Roraima (município de Caroebe), a oeste com Urucará, e a sul com Parintins (Figura 5).

Características socioeconômicas - Nhamundá apresenta a maior proporção da população estabelecida em áreas rurais entre os municípios do PROFLORAM e uma alta contribuição do setor primário no PIB per capita – ficando atrás somente de Lábrea e Apuí. Apresenta também a menor taxa de crescimento populacional e o menor índice de Gini, sendo o quinto maior IDH dos 12 municípios do PROFLORAM.

Uso da terra e produção - Possui a segunda menor área de desmatamento acumulado e apresenta uma produção agrícola pouco expressiva. Embora esteja em sexto lugar no ranking de produção agrícola em toneladas, seu faturamento médio anual é baixo, ocupando a nona posição entre os 12. Existe, atualmente, uma usina de beneficiamento de castanha que está sendo construída com apoio do IDAM. A pesca artesanal, no entanto, se caracteriza como a atividade de maior importância para o município.

Ordenamento territorial e estrutura de governança - Nhamundá possui uma área total de 1,4 milhão de hectares, dos quais 33% constituem áreas protegidas (APA Guajuma, APA Nhamundá, TI Nhamundá-Mapuera, TI Trombetas-Mapuera). Em 2011, foi realizado um processo de recategorização do Parque Estadual Nhamundá, transformando-o na Área de Proteção Ambiental Guajuma, que permitiu a passagem do projeto "Linhão de Tucuruí", para fornecimento de energia elétrica para o Amazonas. O município possui apenas SEMMA.

Parintins

Área: 5.961,00 km²

População:

102.033 hab. 2,6%

Produto Interno Bruto:

R$ 391.049.500,00

Setor Primário: 13%

Socioeconomia:

IDH 0,696 6%

GINI 0,62 0%

Desmatamento:

2012 967,1 km² 2,68 %

333°(2005) - 298°(2012)

Principais Atividades Econômicas:

1°

2°

3°

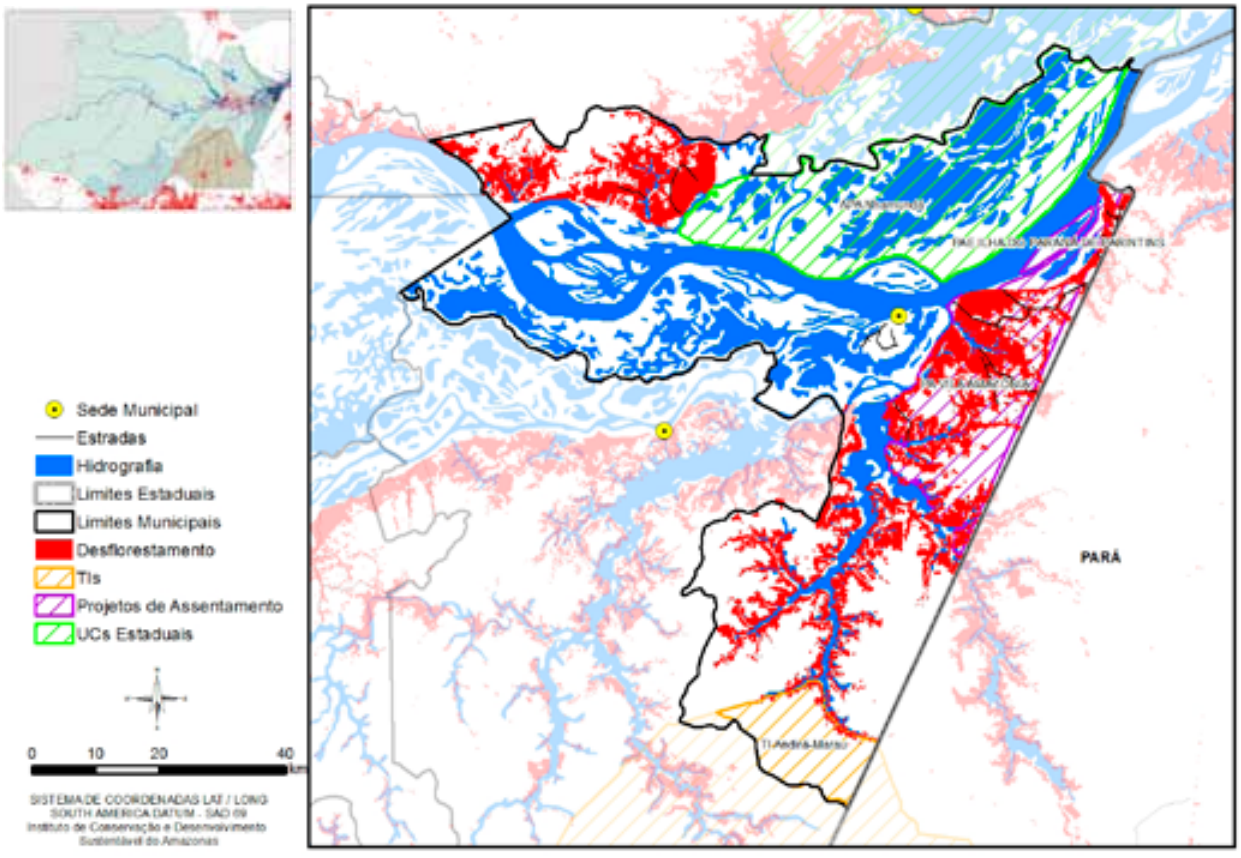


Figura 6. Município de Parintins.

Histórico e localização - Historicamente habitada por índios Parintintins, a ilha de Parintins recebeu a chegada do homem branco em 1749, com a exploração portuguesa comandada por José Gonçalves da Fonseca. Inicialmente chamada de Ilha de Tupinambarana (referência aos índios Tupinambás), o povoamento foi desmembrado de Manaus em 1853, com a denominação de Parintins, se tornando oficialmente município em 1880. Parintins tem sua sede distante 325 km em linha reta de Manaus e 420 km por via fluvial. Possui uma área de aproximadamente 595.000 hectares e limita-se a leste com o estado vizinho Pará (município de Juruti), a norte com o município de Nhamundá, a oeste com Urucará e Urucurituba, e a sul com Barreirinha (Figura 6).

Características socioeconômicas - Parintins tem a segunda maior população do estado, menor apenas que a capital. A maioria da população vive na zona urbana e, entre os 12 municípios do estudo, apresenta os maiores valores de PIB per capita e de IDH e também a maior participação do setor terciário.

Uso da terra e produção - Embora tenha um longo histórico de uso da terra e produção, Parintins apresenta a menor taxa de crescimento do desmatamento entre os municípios do PROFLORAM. Possui o segundo maior rebanho de bovinos e o maior rebanho de bubalinos do estado, além de ser o maior produtor de galinha e suínos. O destaque na pecuária vai para a produção de leite, que é três vezes maior que Apuí, segundo no ranking dos doze pesquisados. Parintins também se destaca na produção de juta e malva e é um dos dois únicos municípios do Estado a produzir essas fibras, junto com Barreirinha. Na agricultura, é o maior produtor de mandioca e banana dentre os 12.

Ordenamento territorial e estrutura de governança - Parintins é um dos menores municípios dentre os pesquisados, com uma área total menor que 600 mil hectares, dos quais 24% constituem áreas protegidas (APA Nhamundá, TI Andirá Maraú). O município tem CONSEMMA, FMMA, CMDRS, e uma brigada de incêndio florestal estruturada e, segundo avaliação da SDS, possui um arcabouço legal suficiente.

Humaitá

Área: 33.431,00 km²

População:

44.227 hab. 4,2%

Produto Interno Bruto:

R$ 174.393.750,00

Setor Primário: 21%

Socioeconomia:

IDH 0,678 22%

GINI 0,69 17%

Desmatamento:

2012 694,8 km² 1,93 %

238°(2005) - 123°(2012)

Principais Atividades Econômicas:

1°

2°

3°

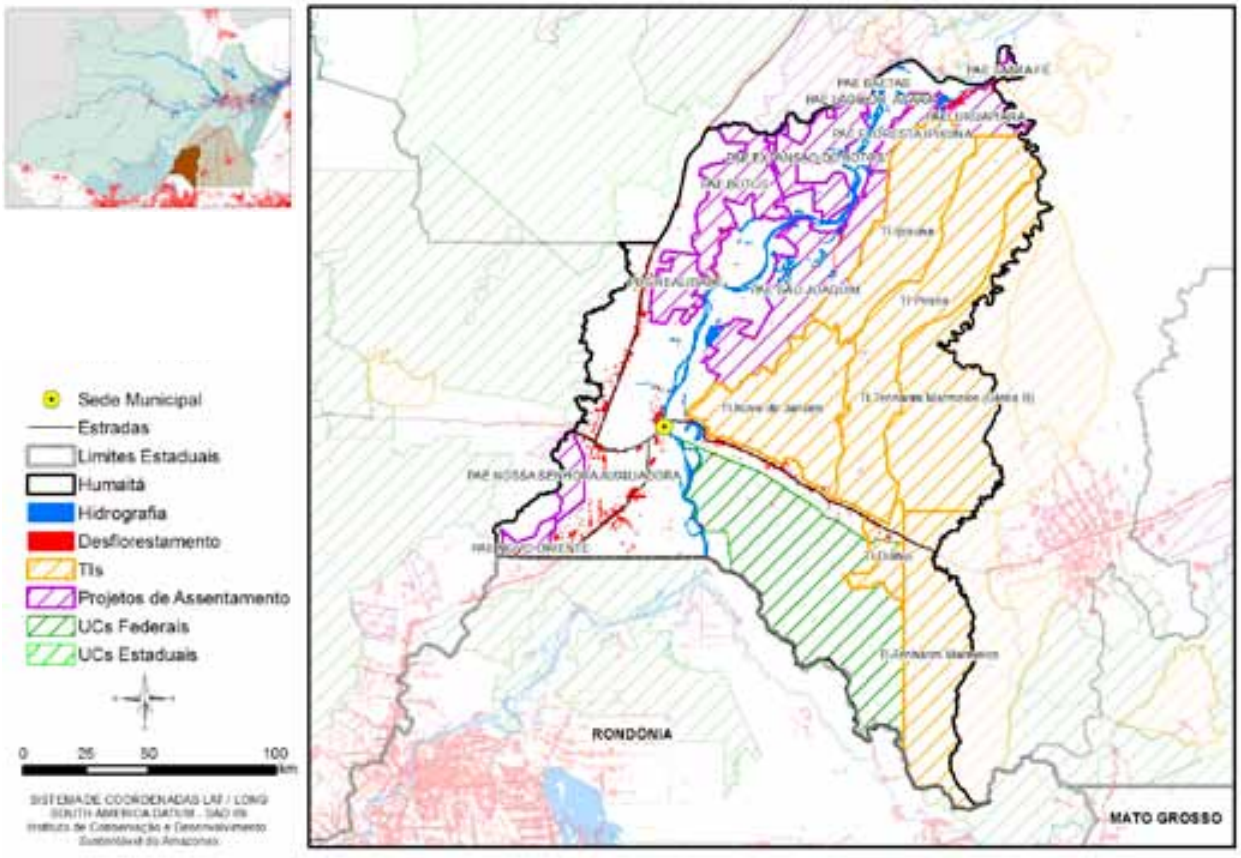


Figura 7. Município de Humaitá.

Histórico e ocupação - Território dos Jiahui, Tenharim, Pirahã, Ipixuna e Torá, Humaitá iniciou sua transformação com a chegada dos primeiros colonizadores, que, por volta de 1890 "oficialmente" fundaram o município. Em 1891, foi criada a Comarca de Humaitá, que, em 1894, foi elevada à condição de cidade. Com a cultura convencional da borracha e outros produtos extrativistas e a construção das rodovias BR-230 (Transamazônica) e BR-319, a partir de 1970, ocorreu a vinda de agricultores do sul, especialmente para lavrar as terras nas áreas de campinas de Humaitá, mais propícias para a agricultura. Sua sede está localizada às margens do Rio Madeira (Figura 7).

Características Socioeconômicas - A população de Humaitá vive predominantemente em áreas urbanas apresentando, em conjunto com Apuí, o maior crescimento populacional desde 1996, com uma média de 4,2% ao ano. Com altos valores de PIB per capita e total, Humaitá se encontra na quinta posição entre os mais ricos do PROFLORAM. Embora o IDH seja expressivo, também apresenta um alto nível de desigualdade na distribuição de renda, sendo semelhante ao de Lábrea, atrás somente de Canutama e Apuí.

Uso da terra e produção - Humaitá concentra suas áreas desmatadas ao longo das rodovias BR-230 e BR-319 e em alguns núcleos às margens do Rio Madeira. Não apresenta um crescimento considerável no desmatamento e produz mandioca, milho, arroz, cana de açúcar e soja. Dentre todos os municípios considerados, era o único que produzia soja até recentemente. A banana e o café também compõem sua produção agrícola, enquanto a pecuária é pouco expressiva.

Ordenamento territorial e estrutura de governança - Humaitá apresenta 55% do seu território de 3,3 milhões de hectares em áreas protegidas. 1,4 milhão de hectares é composto pelo corredor etnoambiental Kawahiba, que cobre todo o leste e centro do município, enquanto a FLONA de Humaitá ocupa a parte sudeste. A única UC federal tem conselho gestor, mas não possui plano de manejo. Humaitá também apresenta 7% de sua área em oito projetos agro-extrativistas e nenhum projeto de assentamento rural. A SEMMA possui uma estrutura de atuação razoável; CONSEMMA e CMDR são atuantes. O município também possui FMMA, além de ter assinado o pacto de desmatamento ilegal zero. Teve 66 áreas embargadas, das quais 20 (1.800 ha) são por desmatamento ou queimadas (IBAMA, 2012).

Manicoré

Área: 48.687,00 km²

População:

47.017 hab. 1,6%

Produto Interno Bruto:

R$ 189.336.750,00

Setor Primário: 30%

Socioeconomia:

IDH 0,621 13%

GINI 0,61 11%

Desmatamento:

2012 1.679,1 km² 4,66 %

68°(2005) - 14°(2012)

Principais Atividades Econômicas:

1°

2°

3°

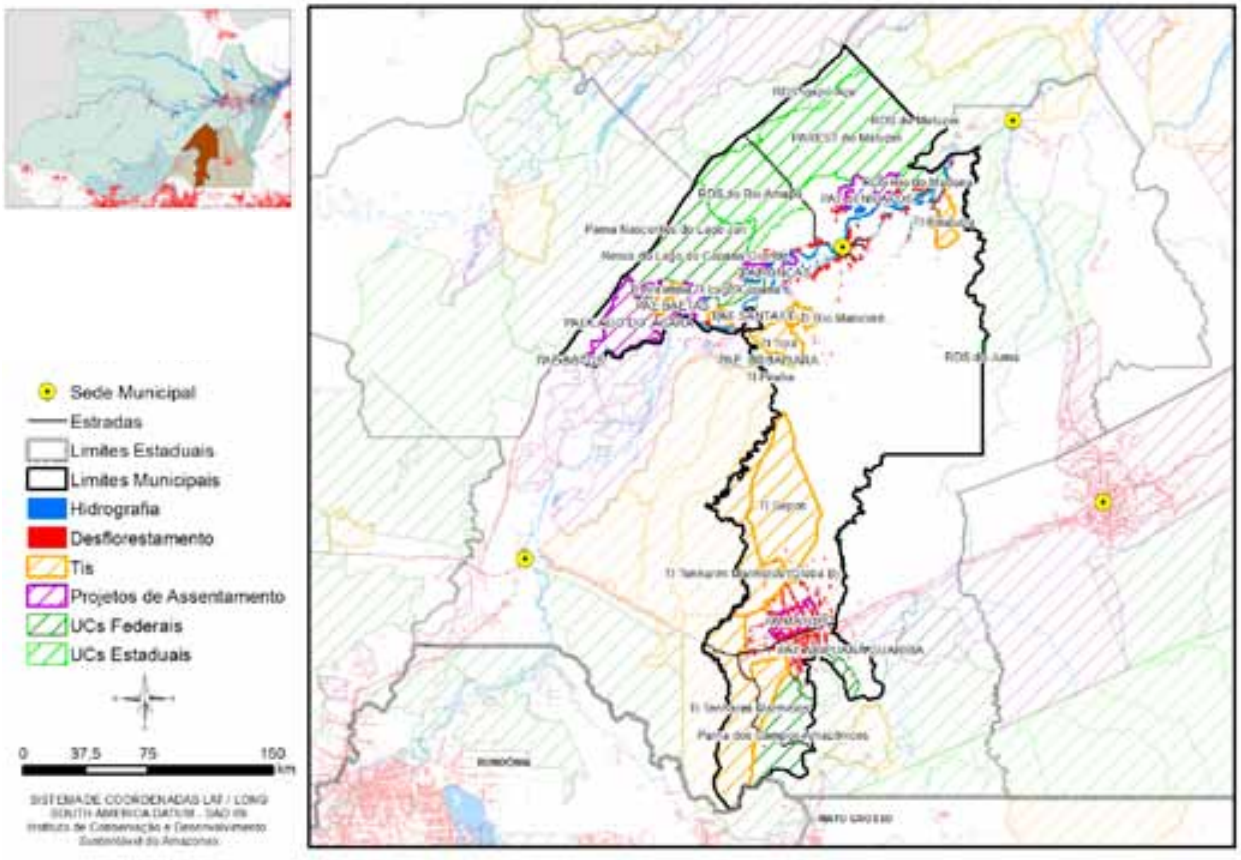


Figura 8. Município de Manicoré.

Histórico e localização - Também fazendo parte do corredor Kawahiba, o município de Manicoré é território das etnias Mura-Pirahã, Tenharim, Apurinã, Mundurucu, Parintintin, Tora e Saterê-Mawé. Localiza-se a 421 km por via fluvial da capital Manaus. A sede de Manicoré não dispõe de acesso direto por via terrestre, embora haja a rodovia estadual AM-464 na margem esquerda do rio Madeira. Essa estrada se conecta à BR-319, rodovia que marca o limite noroeste do município com os municípios de Tapauá e Beruri. A ocupação da fronteira sul se iniciou após a abertura da BR-230 (Transamazônica) na década de 1970 e se intensificou ao redor com a criação do PA Matupi, conhecido como o KM 180 ou vila de Santo Antônio do Matupi, um distrito que se mobiliza para ser desmembrado como município independente (Figura 8).

Características socioeconômicas - Manicoré é o terceiro município mais populoso desse estudo, com maioria dos habitantes vivendo na zona urbana. O PIB total tem efetiva participação do setor terciário e o setor primário recebe 50% de todo o fomento estadual destinado aos municípios do PROFLORAM. É a terceira mais equitativa em relação à distribuição de renda, enquanto o IDH ocupa a oitava posição.

Uso da terra e produção - Manicoré ocupa a quinta posição no ranking de desmatamento do Estado. Tem um perfil típico amazonense com agricultura familiar e extrativismo na base das atividades produtivas na maior parte do seu território. É o que mais produz dos doze municípios, com agricultura tanto nas áreas de várzea como em terra firme. A mandioca, melancia e banana atendem ao mercado consumidor que está concentrado nos centros urbanos de Manaus e Porto Velho. A produção do açaí é a maior dos doze municípios e a castanha-do-Brasil também é bastante expressiva, representadas principalmente por ribeirinhos que utilizam ou vivem dentro de UC de Uso Sustentável e populações indígenas. Já a Vila do Matupi (KM 180), no sul de Manicoré, é uma região de pecuária e exploração madeireira característica das regiões de fronteira do desmatamento e concentra a maior parte das cabeças de gado.

Ordenamento territorial e estrutura de governança - Aproximadamente 43% do território de Manicoré é constituído por áreas distribuídas em Terras Indígenas e Unidades de Conservação Estaduais e Federais. As áreas desmatadas e sob pressão de desmatamento estão localizadas principalmente próximas à sede do município e nas margens da vila do KM 180. Manicoré apresenta 69 áreas embargadas, das quais 28 são por desmatamento e/ou queimadas, somando 7.800 ha. Embora o município tenha CONSEMMA, CMDRS e FMMA, o arcabouço legal foi considerado inadequado pela SDS. De acordo com informações do Instituto de Terras e Tributos de Manicoré (ITT), as terras de domínio do município representam apenas 20 km do entorno da sede municipal, na margem direita do rio Madeira.

Novo Aripuanã

Área: 41.459,00 km²

População:

21.451 hab. 3,0%

Produto Interno Bruto:

R$ 76.954.000,00

Setor Primário: 29%

Socioeconomia:

IDH 0,624 12%

GINI 0,65 7%

Desmatamento:

2012 936,0 km² 2,60 %

109°(2005) - 65°(2012)

Principais Atividades Econômicas:

1°

2°

3°

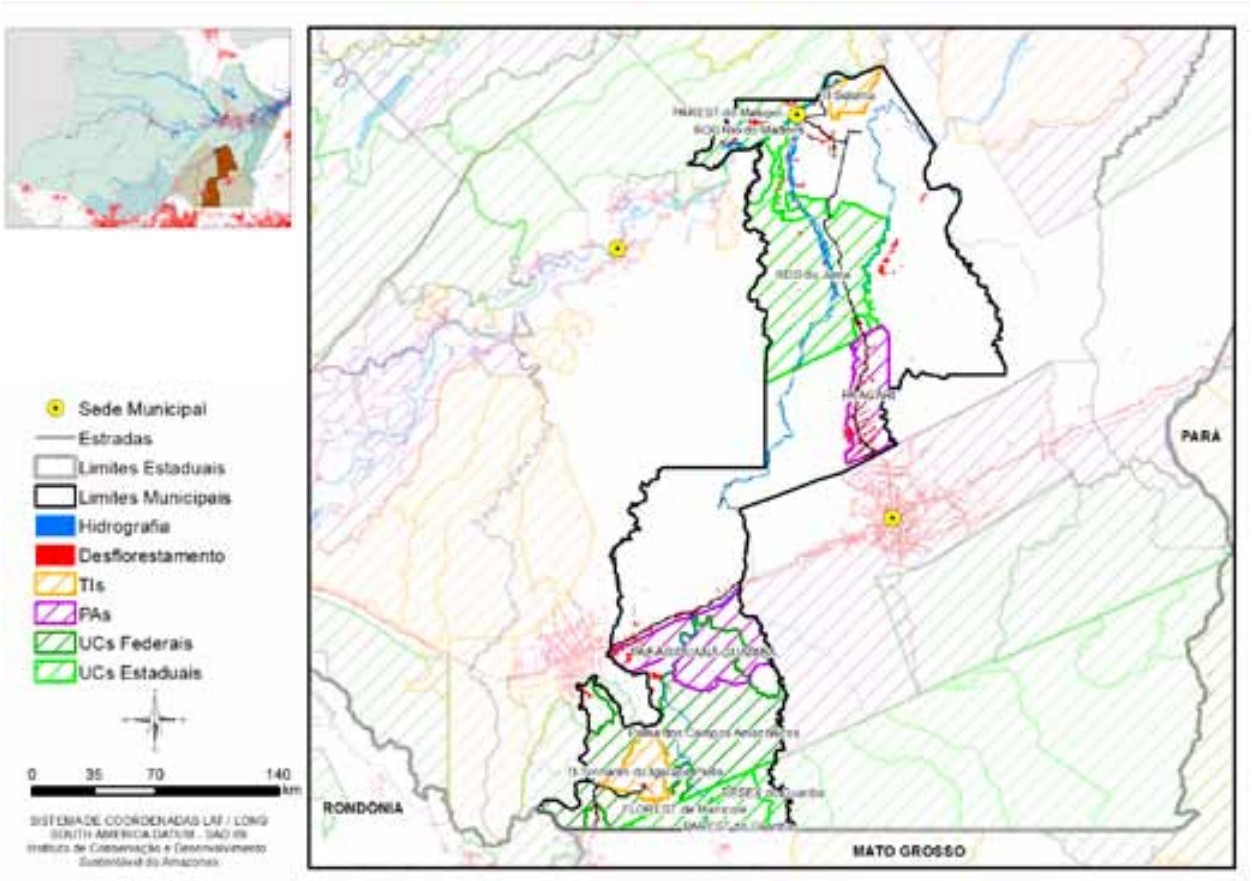


Figura 9. Município de Novo Aripuanã.

Histórico e localização - Em 1938, foram criados cinco distritos em Borba, dos quais Samaúma e Foz do Aripuanã foram desmembrados em 1955 para constituir o município de Novo Aripuanã, que na época também englobava a área do município de Apuí (Brasil Social 2010). Sua sede situa-se à margem direita do rio Madeira, na foz do rio Aripuanã, e dista 376 km da capital Manaus por via fluvial. A rodovia estadual AM-174 conecta o município ao vizinho Apuí, porém apresenta baixa trafegabilidade durante as chuvas. A porção sul do município é cortada pela BR-230, entre Apuí e o KM 180, em Manicoré (Figura 9).

Características socioeconômicas - Com uma população urbana representando 65% do total, Novo Aripuanã cresceu a uma taxa de 3% ao ano entre 1996 a 2010. É o terceiro município mais pobre do PROFLORAM, com PIB maior apenas que Boa Vista do Ramos e Canutama. Tem IDH mediano bem como índice de Gini, demonstrando que o município tem um distribuição de renda relativamente equitativa se comparado com os outros do PROFLORAM.

Uso da terra e produção - Concentra-se na agricultura de subsistência e no extrativismo vegetal e animal. Com um rebanho bovino pouco expressivo, as áreas de pastagens se concentram em torno da sede urbana, no Projeto de Assentamento (PA) de Acari e pontualmente em grandes áreas abertas de pastagem, remotas e de difícil acesso. O extrativismo compreende a exploração de madeira, castanha do Brasil, óleo de copaíba e látex coagulado da seringueira. As lavouras anuais de mandioca e melancia representam quase toda a produção agrícola, seguida pelo milho. Em relação à produção de perenes, a maioria é banana, com pouquíssimo cacau e guaraná.

Ordenamento territorial e estrutura de governança - O município, de 4,1 milhões de hectares, tem aproximadamente 41% de sua área sob áreas protegidas. São duas Terras Indígenas; da etnia Murá, no extremo norte, e Tenharim, no extremo sul; um Parque Nacional e 6 UCs estaduais. Cinco UCs estaduais tem conselho gestor, e quatro, planos de manejo. O PARNA dos Campos Amazônicos conta com plano de manejo, mas não com a existência de um conselho. Projetos de Assentamento ocupam 10% (Projeto Agroextrativista (PAE) Aripuanã-Guariba e o PA Acari). O restante são áreas de domínio da União e do Estado sem estudo de discriminação. Existe ainda uma sobreposição de cerca de 110.000 ha entre o PAE Aripuanã-Guariba e PARNA dos Campos Amazônicos. Novo Aripuanã não conta com nenhum tipo de conselho, tampouco com um FMMA e também não é signatária do pacto de desmatamento zero.

Apuí

Área: 54.481,00 km²

População:

18.007 hab. 4,2%

Produto Interno Bruto:

R$ 128.938.500,00

Setor Primário: 51%

Socioeconomia:

IDH 0,676 10%

GINI 0,76 29%

Desmatamento:

2012 1.852 km² 5,14 %

40°(2005) - 10°(2012)

Principais Atividades Econômicas:

1°

2°

3°

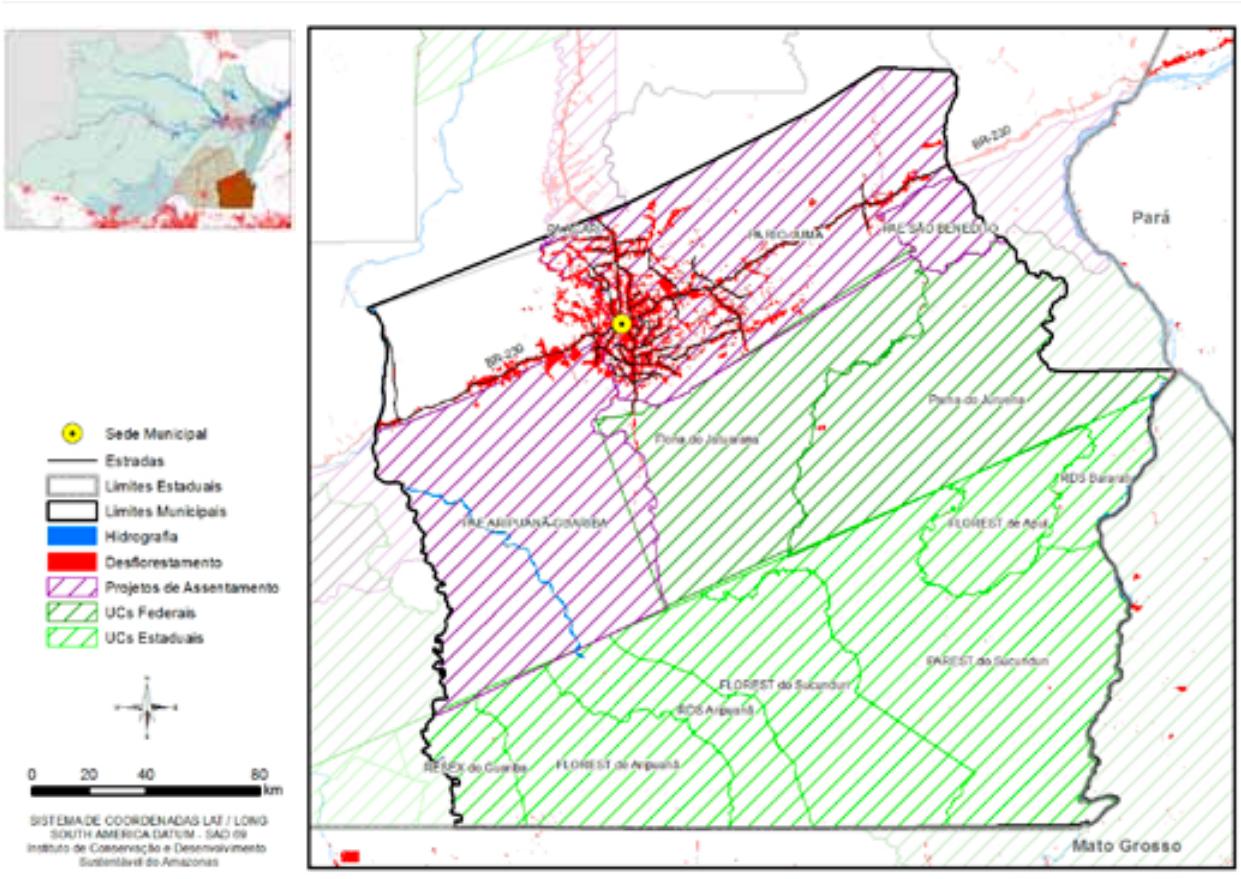


Figura 10. Município de Apuí.

Histórico e localização - A efetiva criação de Apuí data do início da década de 1970, quando sua população aumentou consideravelmente com a chegada dos trabalhadores vindos para a construção da rodovia Transamazônica (BR-230). Em 1982, o processo de ocupação se intensificou com a criação do Projeto de Assentamento (PA) Rio Juma pelo Incra, que tinha o objetivo inicial de assentar 7.500 famílias (INCRA 2006). Em 1987, Apuí foi emancipado como município. Sua sede municipal está situada na Rodovia Transamazônica, KM 640 (Figura 10), que se conecta a Novo Aripuanã pela AM-174. Faz limite com Novo Aripuanã, ao oeste e norte; com Borba e Maués, ao norte; com Maués e o Estado do Pará, ao leste; e com o Estado do Mato Grosso, ao sul.

Características socioeconômicas - A população de Apuí mais que triplicou nos últimos 20 anos, a urbana ultrapassou a rural em 2007. O PIB per capita é o maior dos outros municípios do estudo, seguido de perto por Lábrea. O PIB agropecuário representa mais da metade do PIB total. A riqueza é menos distribuída em Apuí, que apresenta o maior índice de Gini para equidade de renda entre os municípios do PROFLORAM. Em números absolutos, é um dos dois municípios com o maior fomento no setor agropecuário (R$ 750 mil/ano) entre 2008 e 2011.

O principal problema de Apuí é sua situação de irregularidade fundiária, principalmente na área do PA Rio Juma, onde apenas 17,6% de seus lotes são titulados, índice muito baixo se comparado a outros assentamentos na Amazônia (Carrero e Fearnside, 2011). Atualmente existe uma comissão criada pelo INCRA de Brasília, executada em conjunto com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), especificamente designada para avaliar, julgar e emitir pareceres para que o processo de regularização fundiária e de emissão de títulos seja concretizado em Apuí. No entanto, os trabalhos da comissão no município se iniciaram em 2011 e pouco avançaram até hoje.

Uso da terra e produção - Apuí é o terceiro município com maior desmatamento acumulado e o terceiro maior rebanho bovino do Estado. Com cerca de 90% das áreas em uso ocupadas por pastagens, tem como atividade principal a pecuária extensiva de corte. A pecuária leiteira vem crescendo ultimamente com investimentos na cadeia produtiva e o funcionamento de um laticínio que processa mais de 10 mil litros por dia. Para lavouras permanentes, temos o café e a banana, sendo o guaraná uma cultura em plena expansão. Lavouras temporárias mais comuns são a mandioca, o milho e o arroz. Castanha e óleo de copaíba são os principais produtos do extrativismo local e uma fonte de renda importante para os ribeirinhos. A quantidade de madeira explorada legalmente é inconstante, dependendo da liberação das licenças dos planos de manejo.

Ordenamento territorial e estrutura de governança - Apuí concentra 63% de sua área de 5,4 milhões de hectares em Unidades de Conservação. No extremo sul do município, as áreas do Estado (2,8 milhões de hectares) compõem um mosaico de sete UCs. Esse conjunto é trabalhado de maneira agrupada; possui um conselho gestor consultivo e um plano de gestão para todas suas unidades. O município também abriga duas UCs Federais e tem a maior área territorial em projetos de assentamento (PA e PAE), totalizando mais de 1,8 milhões de hectares de sua área total (34%). Possui CONSEMMA, CMDRS e FMMA, e assinou o Pacto do Desmatamento Ilegal Zero.

Cabe destacar a atuação do IDESAM, que trabalha no município desde 2006, desenvolvendo uma série de projetos e atividades que tem contribuído para aumentar a governança ambiental no município (Ver mais detalhes sobre as ações do Idesam em: http://idesam.org.br/). As ações do IBAMA contra crimes ambientais também têm sido intensas nos últimos anos: cerca de 23 mil hectares de terras estão embargados por desmatamento e queimadas, somando 97 infrações.

Boca do Acre

Área: 21.951,26 km²

População:

30.632 hab. 1,8%

Produto Interno Bruto:

R$ 159.943.250,00

Setor Primário: 33%

Socioeconomia:

IDH 0,611 15%

GINI 0,62 5%

Desmatamento:

2012 2.076 km² 5,76 %

114°(2005) - 20°(2012)

Principais Atividades Econômicas:

1°

2°

3°

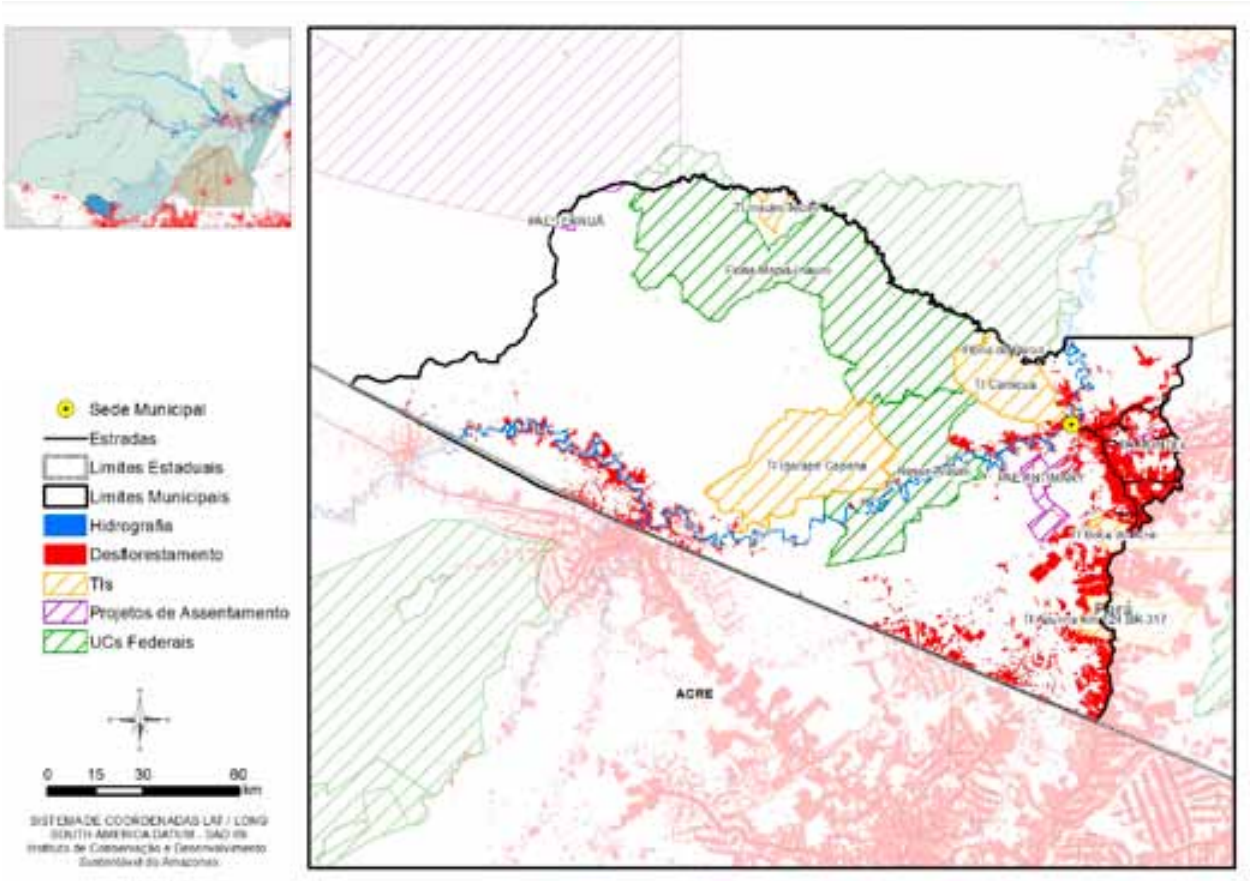


Figura 11. Município de Boca do Acre.

Histórico e Localização - Território das populações indígenas representadas pelas etnias Apurinã, Jamamadi, Zuruaha, Baniwa, Paumari, Deni, Juma, Katawixi, Katukina e Mamoai. Em 1890, o território que viria a formar o município de Boca do Acre é desmembrado de Lábrea. O município originou-se na confluência dos rios Acre e Purus e, devido a essa localização, as áreas são constantemente inundadas. Com sede distante 2.400 km por via fluvial da capital Manaus, se conecta pela BR-317 a Rio Branco, capital do Acre, com cerca de 205 km de distância. A porção amazonense da estrada (104 km de extensão) tem trechos asfaltados e de terra, principalmente dentro das Terras Indígenas (Figura 12). O acesso fluvial conecta Boca do Acre a Pauini, Lábrea, Canutama, Tapauá e Beruri.

Características socioeconômicas - A população de Boca do Acre apresenta um crescimento a uma taxa moderada de 1,8% ao ano. Com a maioria de seus habitantes na zona urbana, apresenta o terceiro IDH mais baixo do grupo. As etnias indígenas presentes no município estão distribuídas ou em territórios demarcados, ou ainda não demarcados, algumas até mesmo dentro de outras categorias de área protegida e Projetos de Assentamento. Possui baixa disparidade de renda e apresenta um PIB per capita abaixo da média dos outros municípios.

Uso da terra e produção - O desmatamento acumulado do município coloca-o como o segundo mais desmatado do Estado. A produção é dominada pela pecuária, sendo o maior fornecedor de gado de corte do Estado do Amazonas, embora seu rebanho seja o quarto do estado. Essa incongruência tem dois motivos: boa parte da produção do município de Lábrea (PAs Monte I e II e em estradas secundárias e fundiárias) é abatida no frigorífico de Boca do Acre e depois transportada para Porto Velho, seguindo para o Sul do país ou Manaus. Além disso, Boca do Acre e Guajará são os únicos municípios amazonenses considerados livres de febre aftosa e o frigorífico local é o único dotado de SIF (Selo de Inspeção Federal) no estado, o que permite a comercialização para outros estados e até países. O extrativismo vegetal representa uma importante fonte de renda para comunidades ribeirinhas e habitantes de UCs e TIs; se destacam a castanha e a borracha. A agricultura de subsistência tem mandioca, banana, milho e arroz como culturas predominantes.

Ordenamento territorial e estrutura de governança - Boca do Acre possui área total de 2,2 milhões de hectares, dentre os quais cerca de 31% são áreas protegidas, distribuídas em UC Federais e Terras Indígenas. Três UCs Federais ocupam 22% da área do município, enquanto as TIs ocupam outros 9%. Os conflitos sobre regularização de terras ocorrem por todo o município, seja em áreas indígenas não demarcadas ou nos Projetos de Assentamento. Boca do Acre entrou na lista vermelha dos municípios críticos de desmatamento do MMA em 2011 e apresenta 34 mil hectares de áreas embargadas por 283 processos, sendo 90% dessas áreas por desmatamento e queimadas. Duas Terras Indígenas da etnia Apurinã são cortadas pela rodovia BR-317 (TI Boca do Acre e TI KM 124). Fora o IBAMA, a estrutura da SEMMA não é totalmente adequada, e apesar de possuir CONSEMMA, não possui CMDRS.

Lábrea

Área: 69.669,00 km²

População:

37.701 hab. 2,3%

Produto Interno Bruto:

R$ 269.037.000,00

Setor Primário: 54%

Socioeconomia:

IDH 0,598 22%

GINI 0,69 10%

Desmatamento:

2012 3.355 km² 9,3 %

25°(2005) - 6°(2012)

Principais Atividades Econômicas:

1°

2°

3°

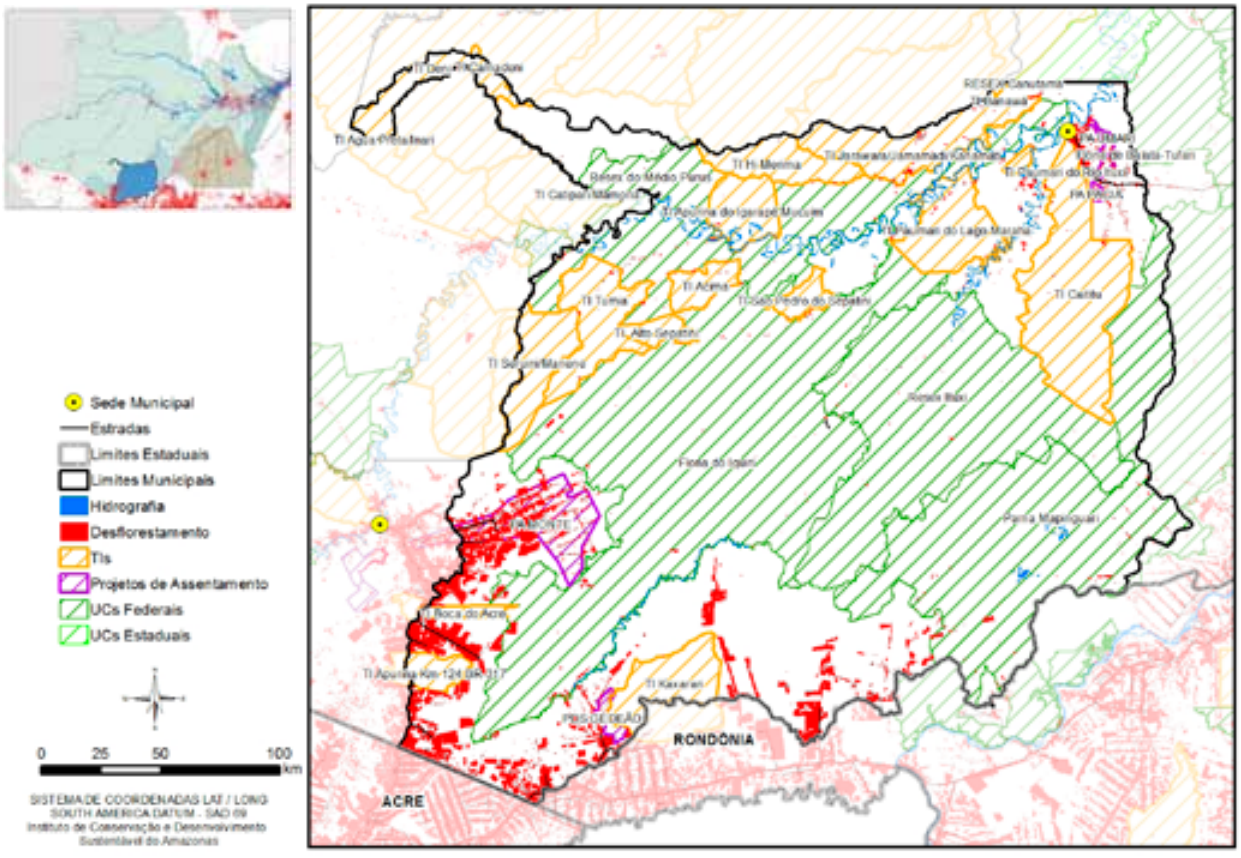


Figura 12. Município de Lábrea.

Histórico e Localização - As populações indígenas são representadas pelas etnias Kanamari, Kaxarari, Paumari, Zumaha, Banava, Deni, Juma, Katawixi, Katukina e Mamoaí. Localizado às margens do Rio Purus, o município iniciou sua história com a fundação de uma missão de índios em 1854. Em 1874 foi criado o distrito de paz de Lábrea, que, em 1881, foi elevado à categoria de município. Sua sede está distante 783 km em linha reta e 1.926 km por via fluvial de Manaus. O acesso terrestre se dá através da rodovia BR-230 (Transamazônica), conectando-a a Humaitá e a toda a rede de estradas ao sul do Brasil. Em época de chuvas, esse trecho da BR-230 se torna praticamente intransponível, limitando o transporte de pessoas e mercadorias. Para acessar o extremo sul do município, onde se localiza a grande parte das áreas desmatadas, as vias de entrada são as estradas secundárias ou clandestinas que partem da rodovia BR-364, que liga Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC) (Figura 13).

Características socioeconômicas - 64% de seus habitantes vivem na zona urbana, que teve crescimento superior ao da população de áreas rurais desde 1996. Lábrea apresenta o segundo maior PIB per capita dos doze municípios do PROFLORAM. O PIB agropecuário representa 54% do total. O fomento estadual no setor primário representa cerca de 60% do valor médio disponibilizado entre 2008 e 2011. Apresenta desigualdade de renda acima da média (Gini = 0,69) e o segundo pior IDH dos 12 municípios.

Uso da terra e produção - Lábrea apresenta a maior área desmatada e o maior rebanho bovino do Amazonas. Nos arredores da sede local, a agricultura é, em sua maior parte, voltada para subsistência. Os produtos de lavouras temporárias que se sobressaíam até 2010 foram mandioca e cana de açúcar, com destaque também para milho e melancia. Na produção de lavoura permanente, a banana representa metade da produção, e o café, a quarta parte. A pecuária no município de Lábrea ocorre quase integralmente nas bordas do município, nas fronteiras com Boca do Acre (AM), Acre e Rondônia, e praticamente não mantém relação econômica com a sede municipal.

Ordenamento territorial e estrutura de governança - Lábrea possui área total de 6,8 milhões de hectares, o maior município do PROFLORAM, contendo 73% de seu território em áreas protegidas, sendo 1,4 milhão de hectares de TIs e 3,7 milhões de hectares de UCs. As áreas fora do regime de proteção aparecem em porções próximas à sede urbana, no sul e no sudoeste do município. Principalmente nestas últimas duas regiões, há ocupação ilegal e grilagem acelerada nos últimos anos. Mesmo ocupando a primeira posição em número de embargos por desmatamento e queimadas (junto com Boca do Acre), a área total embargada em Lábrea é de apenas 11 mil hectares, cerca de 3 vezes menor que a área embargada do município vizinho. Possui SEMMA com baixo nível de atuação e conta apenas com o CONSEMMA. Devido à sua grande extensão e ao fato do desmatamento ocorrer principalmente de forma isolada e sem relação com a economia e a administração municipal, a sede não consegue atender a todas as demandas de fiscalização e ordenamento fundiário. O IDAM apresenta dois escritórios, um deles na sede e outro alocado em Porto Velho, na ponta do Abunã – distrito de Nova Califórnia–, onde se instala a comissão responsável pela defesa sanitária animal do Amazonas (Codesav), responsável pela vacinação no sul de Lábrea.

Canutama

Área: 30.283,00 km²

População:

12.738 hab. 3,2%

Produto Interno Bruto:

R$ 48.793.250,00

Setor Primário: 26%

Socioeconomia:

IDH 0,546 15%

GINI 0,73 40%

Desmatamento:

2012 990,5 km² 2,75 %

110°(2005) - 18°(2012)

Principais Atividades Econômicas:

1°

2°

3°

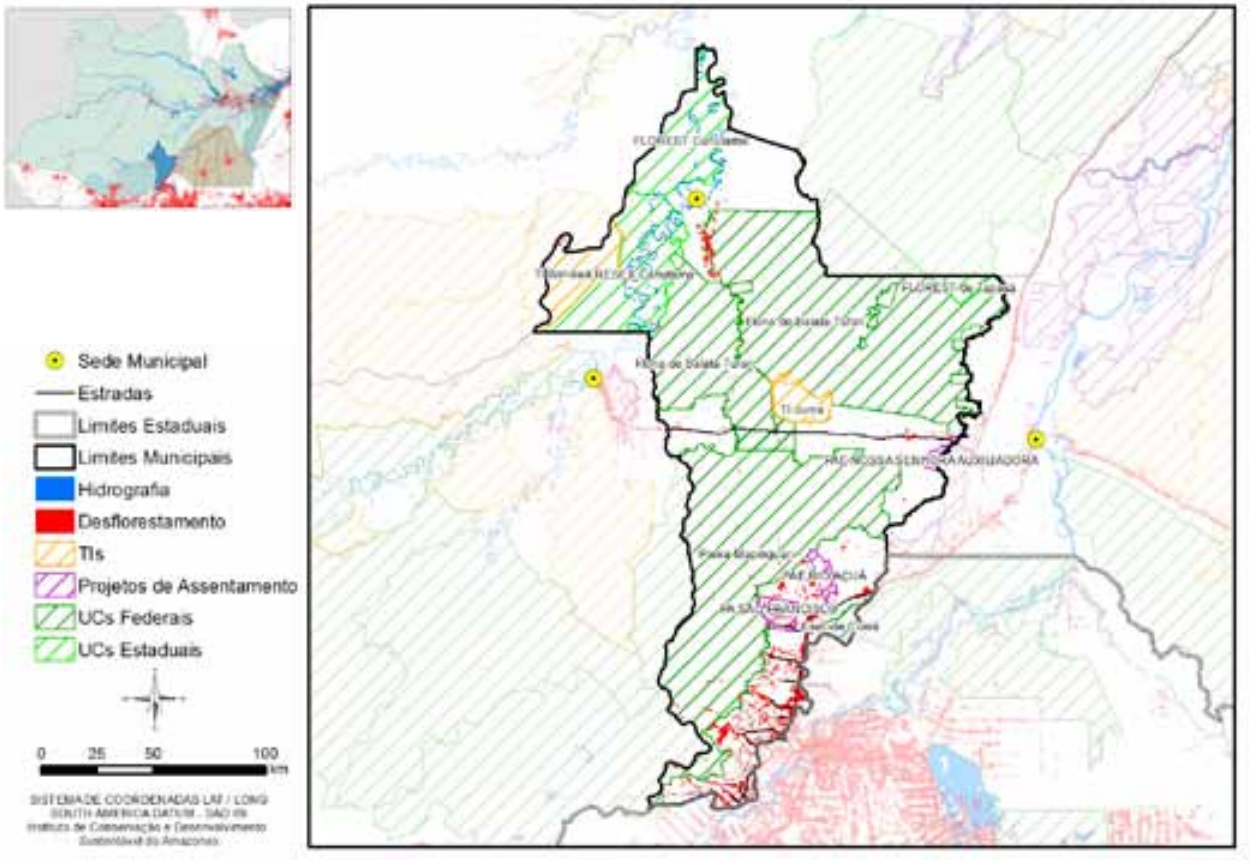


Figura 13. Município de Canutama.

Histórico e localização - A vila de Canutama foi elevada à categoria de cidade em 1938. É território dos Juma e dos Banawa. A inexistência de acesso por terra à capital do Estado – são de 1.270 km até Manaus por via fluvial – faz com que Canutama seja pouco populosa até hoje. Contudo, a 100 km e a 190 km ao sul de sua sede urbana as rodovias BR-230 (Transamazônica) e a BR-319 (Porto Velho-Manaus) juntas atravessam 330 km de seu território. Às margens da rodovia BR-319, se ramificam estradas secundárias e dois Projetos de Assentamento que somam aproximadamente 35.000 hectares (Figura 11). Ao redor desses assentamentos existem fazendas onde se concentra a maior parte do desmatamento. Com colonos, pequenos agricultores nos assentamentos, fazendeiros e empresas que tomam posse ou grilam terras fora deles, o sul de Canutama fica à mercê das forças vindas de capital rondoniense Porto Velho.

Características socioeconômicas - Com uma pequena população distribuída quase que igualmente entre população urbana e rural, Canutama vem crescendo 3,2% ao ano desde 1996. É o segundo município mais pobre dentre os doze municípios do PROFLORAM. O principal setor da economia é o de serviços, que representa 69% do PIB, e o fomento estadual para o setor primário é pouco significativo. É o segundo maior em desigualdade de renda e apresenta o menor IDH entre os municípios analisados. Também é o município onde o índice de Gini apresentou maior crescimento entre 1990 e 2000 (40%), o que pode estar associado à ocupação das áreas do sul por fazendeiros e empresas mais capitalizadas.

Uso da terra e produção - Canutama é o oitavo município dos 12 em termos de desmatamento acumulado, mas apresenta um alto índice de crescimento desse índice nos últimos 10 anos, atrás somente de Lábrea. Sua agricultura é concentrada na subsistência, com a mandioca, o arroz, o milho, a melancia e o feijão como principais culturas temporárias; e a banana como principal permanente. A pecuária ainda é pouco expressiva, com o segundo menor número de cabeças de gados dos 12 municípios.

Ordenamento territorial e estrutura de governança - Canutama apresenta 2,2 milhões de hectares – 73% de seu território – sobre áreas protegidas, sendo 1,3 milhão de uso sustentável. Duas UCs Federais somam 1,7 milhões de hectares, enquanto as UCs federais e Terras Indígenas equivalem respectivamente a 360 mil e 115 mil hectares. A área fora de proteção está dividida em quatro porções: uma próxima aos assentamentos à sudeste, duas faixas beirando a BR-230 no centro, e a última às margens do rio Purus, no norte do município. A primeira é a que mais contribui para a expansão agropecuária no município. Canutama apresentou 24 áreas embargadas, bem abaixo que todos os municípios no sul do Amazonas. Das três UCs Estaduais apenas uma possui conselho; nenhuma tem plano de gestão. Das federais, apenas uma tem conselho gestor. O município possui SEMMA, mas nenhum tipo de conselho e tampouco um fundo de Meio Ambiente, e não assinou o Pacto do Desmatamento Ilegal Zero.

3

A dinâmica do desmatamento nos municípios

Os doze municípios do PROFLORAM são responsáveis por 42% de toda a área desmatada no Amazonas. De acordo com os dados do PRODES (INPE, 2012) os três municípios da sub-região do Purus acumulam mais de 620 mil hectares desmatados, enquanto a sub-região do Madeira responde por 500 mil hectares, e a Leste do Amazonas quase, 400 mil hectares (Tabela 2). O sul do Amazonas apresenta quatro dos cinco municípios amazonenses com maior área desmatada – Lábrea, Boca do Acre, Apuí e Manicoré. Destes, Lábrea entrou para a lista vermelha do MMA dos municípios críticos de desmatamento na Amazônia[1] em 2008 (Portaria MMA nº 28/2008) e Boca do Acre, em 2011 (MMA nº 175/2011). Apuí preencheu dois dos quatro requisitos em 2011[2] e ainda corre o risco de entrar para a lista em 2012 (que até a impressão deste relatório ainda não havia sido publicada).

Analisando as sub-regiões e seus municípios, nota-se que, na trajetória de acúmulo de desmatamento entre 2000 e 2011, todos os municípios do sul do Amazonas apresentaram tendência de crescimento a partir de 2002. Já nos municípios do Leste não é possível notar um crescimento significativo (Figura 14).

Diferentemente de Apuí e Boca do Acre, nos demais municípios do sul do Amazonas, grande parte do desmatamento ocorre distante da sedes urbanas, ao longo de rodovias e estradas vicinais. Naturalmente, em todos os municípios existem também as pequenas áreas desmatadas que margeiam os rios e lagos navegáveis. Grande parte desta área se concentra nos municípios do Leste do Amazonas, nas áreas de terra firme e várzea próximas à calha do Rio Amazonas, seus afluentes e lagos. Essa dinâmica diferenciada entre os padrões de desmatamento à beira das estradas e à beira dos rios pode ser visualizada se dividirmos o número de polígonos de área desmatada entre 2005 e 2010 em classes de tamanho, apresentados em porcentagens de frequência na Figura 15. Todos os municípios do Leste do Amazonas apresentam po-

Tabela 2. Quadro comparativo entre área desmatada acumulada 2011 e área total relativa das sub-regiões dos municípios PROFLORAM e o Estado do Amazonas.

Sub-região	Área Desmatada 2011			Área Total		
	Hectares	% Profloram	% Estado	Hectares	% Profloram	% Estado
Leste	374.860	25%	11%	6.838.520	19%	4%
Madeira	499.980	33%	14%	17.678.210	48%	11%
Purus	623.030	42%	18%	12.000.645	33%	8%
PROFLORAM	**1.497.870**	**100%**	**42%**	**36.517.374**	**100%**	**23%**
Amazonas	3.557.500	-	100%	155.915.915	-	100%

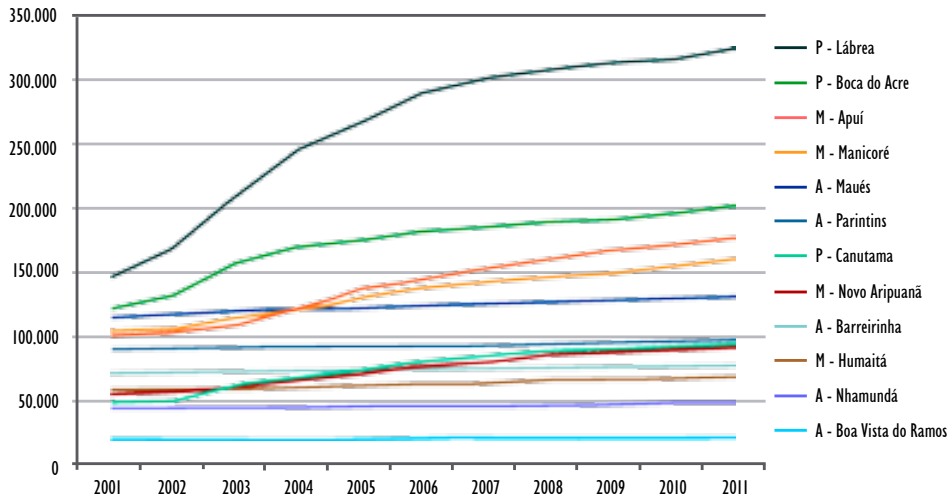


Figura 14. Evolução do desmatamento total nos municípios do PROFLORAM.

lígonos da classe <10ha com uma frequência superior a 80%. Já no sul do Estado, mais de 30% dos polígonos de desmatamento – nos municípios de Apuí, Boca do Acre, Manicoré, Canutama, Lábrea e Novo Aripuanã – são representados pela classe de 10 a 50 hectares, sendo que Apuí apresenta mais de 50% dos polígonos todos nesta classe. Entre 2005 e 2010, os municípios de Lábrea, Apuí, Novo Aripuanã, Canutama e Boca do Acre apresentaram, respectivamente, 10, 4, 3, 2 e 2 polígonos de desmatamento maiores que 500 ha.

Ao analisarmos as áreas anuais desmatadas entre 2000 e 2011, notamos que as taxas anuais de desmatamento entre os municípios não variam uniformemente (Figura 16). Este dado sugere que essas sub-regiões apresentam dinâmicas distintas, associadas às características biofísicas e socioeconômicas locais. O pico de desmatamento nos municípios da sub-região Purus aconteceu em 2003, enquanto que na sub-região Madeira, aconteceu em 2005. Vale lembrar que o pico de desmatamento na Amazônia Legal ocorreu em 2004 (INPE, 2012).

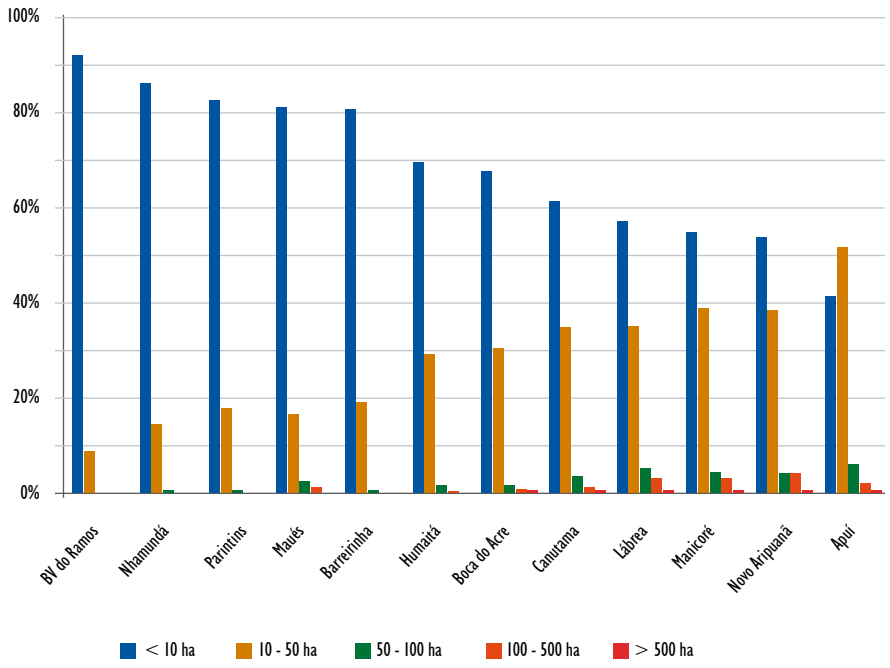


Figura 15. Frequência de classes de polígonos de áreas desmatadas entre 2005 e 2010 nos municípios do PROFLORAM.

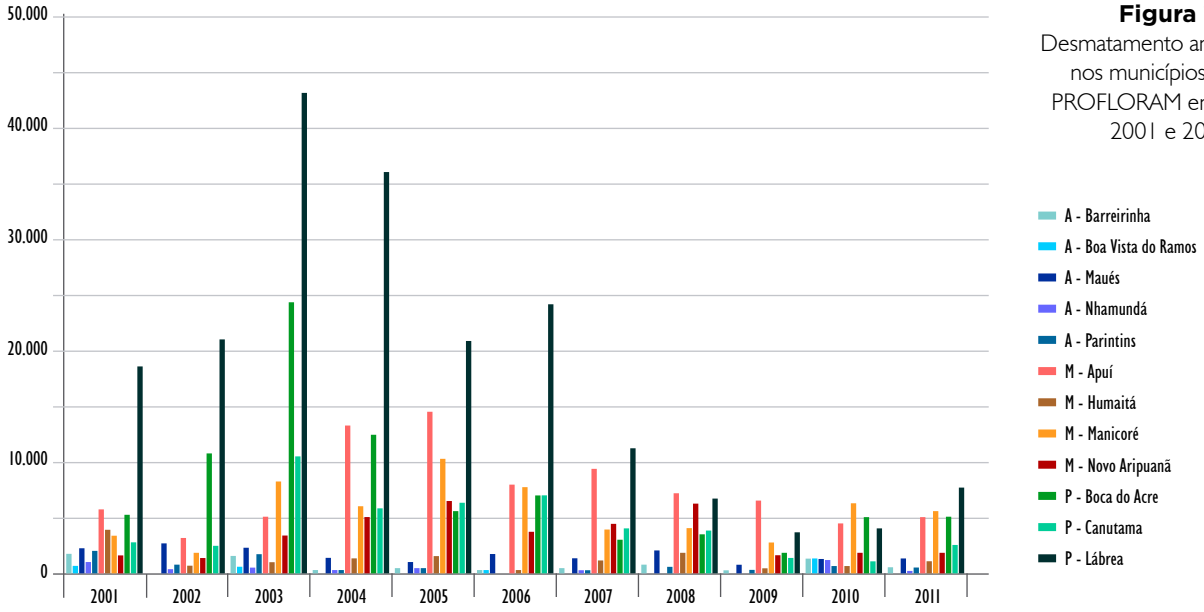


Figura 16. Desmatamento anual nos municípios do PROFLORAM entre 2001 e 2011.

Atribuído em parte ao aumento da globalização das forças do desmatamento, esse pico com altas taxas entre 2000 e 2006 parece estar associado ao crescimento do mercado internacional, especialmente da carne bovina, após grande parte dos estados amazônicos se tornarem zona livre de febre aftosa (Alencar et al. 2004, Kaimowitz et al. 2004, Fearnside 2005, Nepstad et al. 2006). Em 2008 e 2009, Apuí liderou o desmatamento no Estado, e deveria ser razão para maior presença e iniciativa de ações dos governos. Já em 2010, Manicoré liderou o desmatamento absoluto no Amazonas, seguido de Boca do Acre e Apuí.

Em 2011, Lábrea voltou ao primeiro lugar, sugerindo o início de outro ciclo de aumento das taxas no sul do Amazonas. Boca do Acre, por onde é escoada grande parte da produção bovina de Lábrea, é região livre de febre aftosa desde maio de 2005. Os outros onze municípios considerados no estudo não são zonas livres de febre aftosa e sua produção de carne bovina é comercializada predominantemente em Manaus, que ainda tem que importar de outros Estados para garantir a demanda. É também nessas áreas do sul do Amazonas que se concentra a maior proporção de terras devolutas na Amazônia (Alencar et al. 2012).

A baixa presença do Estado e a carência de regularização fundiária, com milhares de produtores em posse de propriedades não tituladas, favorece um cenário de destruição da floresta para a exploração de recursos naturais e a implantação de pastagens. Se este cenário continuar, a tendência é a expansão da fronteira agropecuária no sul do Amazonas.

No capítulo seguinte apresentamos as dinâmicas locais de ocupação humana, de expansão agropecuária e os conflitos existentes, considerando separadamente cada uma das três sub-regiões mencionadas.

1 - A lista vermelha do MMA dispõe sobre a lista de municípios prioritários situados no Bioma Amazônia onde incidem ações prioritárias de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal. Estabelecida pelo Decreto 6.321 de 21 de dezembro de 2007, trata da edição anual da lista de municípios prioritários: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6321.htm.

2 - Apuí preencheu os requisitos I- área total de floresta desmatada e II – área de floresta desmatada nos últimos 3 anos. Não preencheu o critério III - (aumento das taxas anuais de desmatamento em pelo menos 3 dos últimos 5 anos), pois nos últimos 5 anos, a taxa de desmatamento só aumentou em 2007, e o critério IV– (aumento do desmatamento de 2010 em relação ao desmatamento de 2009 e desmatamento em 2010 igual ou superior a 80 km^2 ou desmatamento identificado pleo sistema DETER no período de agosto de 2010 a abril de 2011 próximo ou superior a 40 km^2).

4

A dinâmica do desmatamento nas sub-regiões

2.5.1. Sub-região Leste do Amazonas

A região leste do Amazonas conta com um padrão de desmatamento conduzido por pequenos agricultores, que usam o leito dos rios para o trânsito de pessoas e mercadorias, por onde vendem o excedente e compram o que não produzem (Figura 17). A bovinocultura e a bubalinocultura é expressiva apenas em Barreirinha e Parintins. A atividade utiliza sazonalmente das áreas de pastagens da várzea e na cheia transporta o gado para áreas das pastagens formadas em florestas de terra firme. Parintins, além de ser o segundo maior produtor bovino do estado, tem a maior população urbana e a produção agrícola é a segunda maior dos 12 municípios. O crescimento do desmatamento em toda essa sub-região é de apenas 0,8% ao ano, enquanto a taxa populacional é de 2,7%, com a economia mais expressiva no terceiro setor. Com uma extensão hidrográfica de grandes rios e lagos, o município de Maués é o mais desmatado, com cerca 130.000 ha abertos às margens dos rios Amazonas, Maués-Açu, Parauari, Maraú e Apoquitauá.

Boa parte da dieta e renda dos pequenos agricultores dessa região é complementada com a pesca artesanal, com destaque também para a meliponicultura. Em geral, a região não apresenta grandes tendências de crescimento do desmatamento. O aumento da área desmatada pode ser considerado apenas reflexo de seu crescimento populacional rural. A pequena porção no sul de Maués cortada pela Transamazônica, próximo a Apuí, é a região que parece mais vulnerável à pressão de desmatamento, apresentando aberturas recentes que poderão se intensificar.

Vale ressaltar que a exploração de petróleo e a instalação do "linhão" de Tucuruí – que trará energia elétrica do Estado do Pará para o Amazonas (Linha Oriximiná-Cariri) – contribuem para a migração populacional causada pela chegada de trabalhadores de outras regiões, o que aumenta a pressão sobre infraestrutura de serviços essenciais, como saúde, habitação, transporte e segurança pública.

Embora essas grandes obras contribuam para a criação de postos de trabalho, dinamizando as economias locais, elas restringem atividades produtivas ao longo da faixa de servidão e aumentam a emissão de ruído e poeira. A existência de um vetor de penetração na floresta, dado a acessibilidade das faixas de servidão, poderá induzir a ocupação desordenada de áreas próximas e fomentar desmatamentos irregulares para agropecuária e extração madeireira (Campos, 2012). Esse fato serve de alerta para as novas políticas estaduais de incentivo a atividades de obras

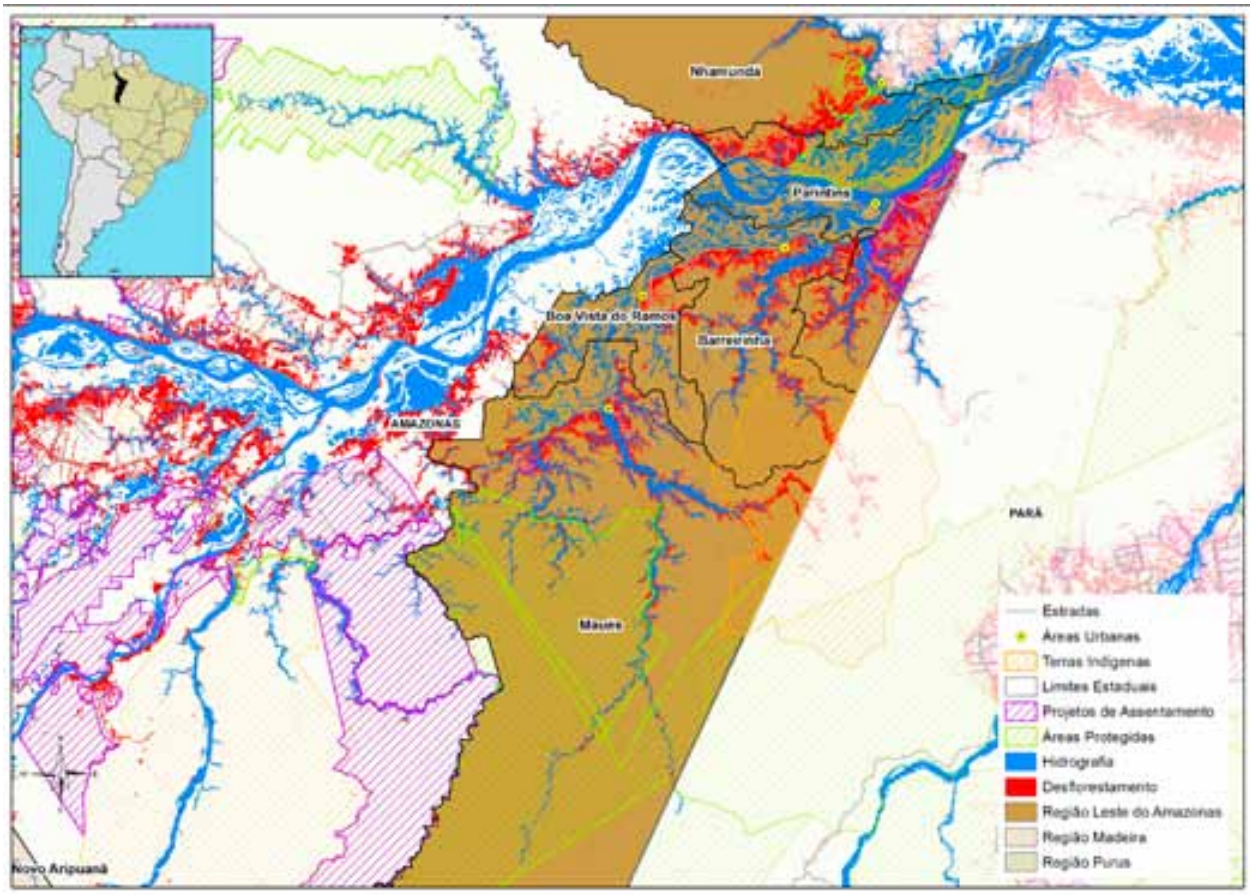


Figura 17. Bloco de municípios da Sub-região Leste do Amazonas.

de infraestrutura e mineração, que tradicionalmente causam esse efeito de *boom* e colapso.

2.5.2. Sub-região Madeira

Ainda que na Amazônia brasileira as taxas de desmatamento tenham caído nos útlimos anos; a sub-região Madeira apresentou, entre 2005 e 2010, uma taxa crescimento de 3,6%, sob a liderança de Apuí e Novo Aripuanã, que apresentaram, respectivamente, taxas de 4,7% e 4,6% ao ano, as maiores dos municípios do PROFLORAM no período. Em termos absolutos, os municípios mais desmatados desde 1988 são: Apuí, com mais de 170 mil hectares de florestas derrubadas, Manicoré (160 mil hectares); Novo Aripuanã (90 mil) e Humaitá (70 mil).

Grande parte do desmatamento e seus agentes estão mais concentrados ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230) e em menor grau próximos às sedes urbanas, principalmente nos PAs Rio Juma, Matupi e Acari e seu entorno, onde a expansão de pastagens para a pecuária é predominante. A BR-230 corta Maués, Apuí, Novo Aripuanã, Manicoré e Humaitá, onde encontra a BR-319 (Porto Velho–Manaus), que sobe sentido nordeste e representa o limite noroeste do município Manicoré. A sede de Novo Aripuanã conecta-se à de Apuí através da AM-174, trecho ocupado por fazendas e pelo PA Acari, contíguo ao PA Rio Juma (Apuí). Essa estrada não pavimentada atravessa também a RDS do Juma. A estrada não oficial, conhecida como Estrada do Estanho, conecta o município de Colniza (MT) à BR-230, em Manicoré (Figura 15).

Ao longo destas rodovias, o movimento migratório tem aumentado desde 1996, com Humaitá e Apuí apresentando o maior crescimento populacional de todos os doze municípios (4,2% ao ano) e Novo Aripuanã o quinto (3% ao ano). Manicoré mantém o menor crescimento populacional entre todos os municípios, embora a ocupação populacional da região

do KM 180 tenha aumentado nesta última década. A migração de pessoas que habitavam Rondônia para a Vila do KM 180 e Apuí é bastante expressiva (Fearnside 2008, Carrero e Fearnside 2011). Essas famílias são geralmente migrantes do sul e sudeste do Brasil. A distância entre a Vila do KM 180 e a sede de Manicoré contribui fortemente para a expansão de atividades ilegais e conflitos fundiários.

O movimento migratório também ocorre com as empresas madeireiras vindas dos estados de Rondônia e Mato Grosso, que exercem uma função importante de abertura e manutenção de estradas não oficiais, bem como contribuem para a economia local nos municípios. Elas estão concentradas no KM 180 em Manicoré (22 serrarias), em Apuí (9 serrarias) e Novo Aripuanã (5 serrarias). A madeira das florestas da TI Tenharim Marmelos também já está sendo explorada, com pelo menos três estradas dentro de seu território já com áreas de pastagens e/ou agricultura. Desde 2006, os índios Tenharim, Pirahã e Jiahui mantém uma cobrança de 'compensação' para quem cruza a BR-230 dentro de seu território.

A população tradicional se concentra nas comunidades ribeirinhas localizadas ao longo dos rios Madeira, Aripuanã, Guariba, Acari, Camaiú, Sucunduri, Aracú e Arauá, de maneira geral, cultivam áreas menores que 20 ha, principalmente de subsistência e extrativismo. Em Novo Aripuanã, a extração ilegal de madeira foi reportada como problema ambiental e motivo de conflitos na metade das 12 reuniões comunitárias ocorridas em 2006 (SDS 2009b). A extração de seixos no leito do Rio Aripuanã ainda é uma ameaça aos processos ecológicos da bacia.

A baixa governança contribui para facilitar a grilagem de terras em regiões isoladas e de fronteira com outros estados, principalmente o Mato Grosso. Existe um processo de grilagem altamente capitalizado e organizado dentro do Mosaico de UCs de Apuí. Existem também agentes que investem na abertu-

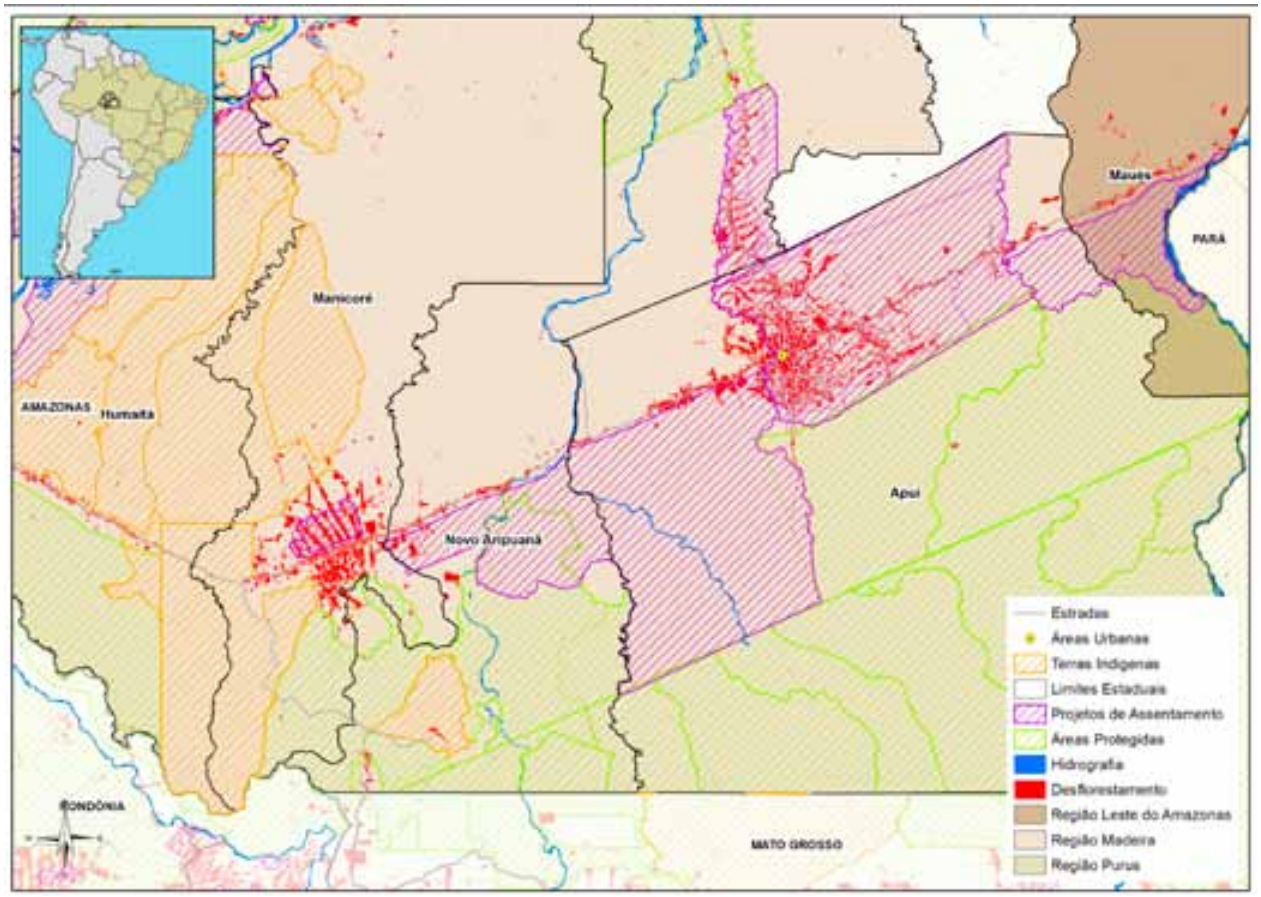


Figura 18. Bloco de municípios da sub-região Madeira.

ra de pastagens em grandes áreas. É sabido que os atores exploram a madeira ilegalmente e sem pagar impostos, acumulam capital para investir na pecuária (Razera 2005, Barreto et al. 2008). Assim, a despeito de sua baixa rentabilidade, a pecuária age como meio para a especulação de terras e contribui para o avanço do desmatamento para essas regiões mais isoladas. Em Apuí, a rentabilidade da pecuária é bastante questionável (Razera 2005). Foi constatado que cerca de 30% dos produtores executam a atividade com propósitos especulativos visto que não obtêm renda da mesma (Carrero e Fearnside 2011).

Em Apuí e Manicoré o desmatamento continua constante, principalmente com a migração das ocupações para as bordas de floresta distantes da sede municipal, onde foram abertas áreas consideráveis entre 2009 e 2012. Essas áreas foram reportadas como sendo de ocupantes recém-chegados, que podem ser pequenos agricultores sem-terra, mas também de pecuaristas capitalizados que enviam dinheiro e mantêm trabalhadores nas atividades de derrubada de floresta e estabelecimento de pastagens. O INCRA tem pouco conhecimento sobre a origem dessas pessoas, o que pode configurar a atividade como grilagem de terras dentro do PA Rio Juma.

Com este cenário de baixa governança, é difícil considerar que as taxas de desmatamento irão decrescer em Apuí, sul de Manicoré e Novo Aripuanã. Soma-se a esse fato o plano do Governo Federal para a construção de hidrelétricas na bacia do Rio Aripuanã. Com sete centrais previstas na bacia, três delas estão na sub-região: Prainha, Samaúma (Apuí) e Inferninho, estimando-se atrair cerca de 20 mil trabalhadores para a região (EPE, 2012).

Considerando os impactos que obras de infraestrutura podem causar sobre a cobertura vegetal (e.g. Fearnside e Graça, 2006) e, consequentemente, na diminuição do potencial de volume de água que é descarregada (Stickler et al., 2013), é forte a tendência de aumento nos índices de desmatamento na região, com a chegada e permanência desses trabalhadores. Também torna-se evidente que os benefícios de geração de energia estão sendo superestimados.

Cabe destacar, no entanto, a mudança de postura de boa parte da população apuiense desde 2008. Prefeitura, sindicatos, associações locais e instituições do governo federal se uniram para incluir Apuí no Pacto do Desmatamento Zero. O compromisso, porém, estava atrelado ao comprometimento do INCRA em acelerar o processo de regularização fundiária, o que não aconteceu (Cenamo e Carrero, 2012).

Outro acontecimento que contribuiu para o descrédito da população em ações do governo estadual ocorreu em 2011, com o Cadastro Ambiental Rural. Apresentado em forma de Instrução Normativa em março de 2011, o cadastro foi revogado dois meses depois pela lei estadual 3.635/2011. Todo o esforço do município e sua população foi invalidado.

2.5.3. Sub-região Purus

Os três municípios desta sub-região estão na área de intervenção da iniciativa Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que prioriza a integração física do continente através de projetos de transporte, energia e comunicação. A orientação básica é facilitar a exportação de produtos primários para portos do Atlântico, Pacífico e Caribe. A BR-317, que liga Boca do Acre a Rio Branco, as hidrelétricas do Rio Madeira, em Rondônia, e as hidrovias nos estados do Acre, Amazonas e Rondônia são obras de infraestrutura desta iniciativa.

Com as hidroelétricas de Santo Antônio e Jirau e seus mais de 40 mil trabalhadores, na maioria do sexo masculino, os municípios explodem em problemas sociais, como aumento de violência e exploração sexual, em particular, infantil e juvenil (Abranches, 2011). Esses trabalhadores muitas vezes acabam por se estabelecer na região, aumentando a disponibilidade de mão de obra para atividades relacionadas ao desmatamento (Fearnside e Graça 2006).

Lábrea e Boca do Acre são os municípios com o maior desmatamento acumulado. Porém, a taxa de crescimento entre 2005 e 2010 é maior em Canutama, com cerca de 4,6% ao ano. Nos três municípios, as

estradas vindas principalmente dos estados do Acre e Rondônia são os principais vetores de desmatamento (Figura 18). As sedes municipais, todas à beira do rio Purus, não atendem as demandas de fiscalização e ordenamento fundiário necessárias nas regiões de fronteira do desmatamento.

Em Lábrea, a partir da BR-317 se dá o acesso por Boca do Acre (P.A. Monte I e II) e outros dois ramais de nome não identificado (Ramal 1 e 2). Pelo sul o acesso é pelos distritos de Extrema, Nova Califórnia e Vista Alegre do Abunã (município de Porto Velho). São os ramais Mendes-Junior, do Boi ou do Baiano, Jequitibá. Os Ramais Prosam e Proterra que iniciam vem de Porto Velho para Canutama e adentram no sul de Lábrea (Figura 14). Estes ramais adentram também em UC como o PARNA do Mapinguari e a RESEX do Ituxi. A TI Boca do Acre e a TI Apurinã Km 124 também apresentam desmatamento dentro e ao redor de seus limites.

Em Boca do Acre e Lábrea, os centros de produção agropecuária e todo o comércio de produtos e mercadorias são dependentes dos Estados do Acre e de Rondônia. As gerências federais que atuam nessas áreas – IBAMA, ICMBio, FUNAI, Polícia Federal – e até mesmo o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (IDAM) têm suas sedes nas capitais vizinhas (Rio Branco e/ou Porto Velho). A baixa governança é visivelmente mais grave. A dificuldade logística da região sul do Amazonas e as considerações geopolíticas resultaram em um decreto (sem número) do STF, de julho de 2008, que transferiu 1.184 km² – abrangendo seis municípios e cerca de 10 mil habitantes – do Amazonas para o estado do Acre.

No sul do município de Boca do Acre, na fronteira interestadual com o Acre, próximo ao município de Sena Madureira(AC) e nos rios Acre e Antimary, próximo ao município de Rio Branco, ocorre um processo de ocupação baseado na exploração dos recursos naturais e na apropriação privada de terras públicas que

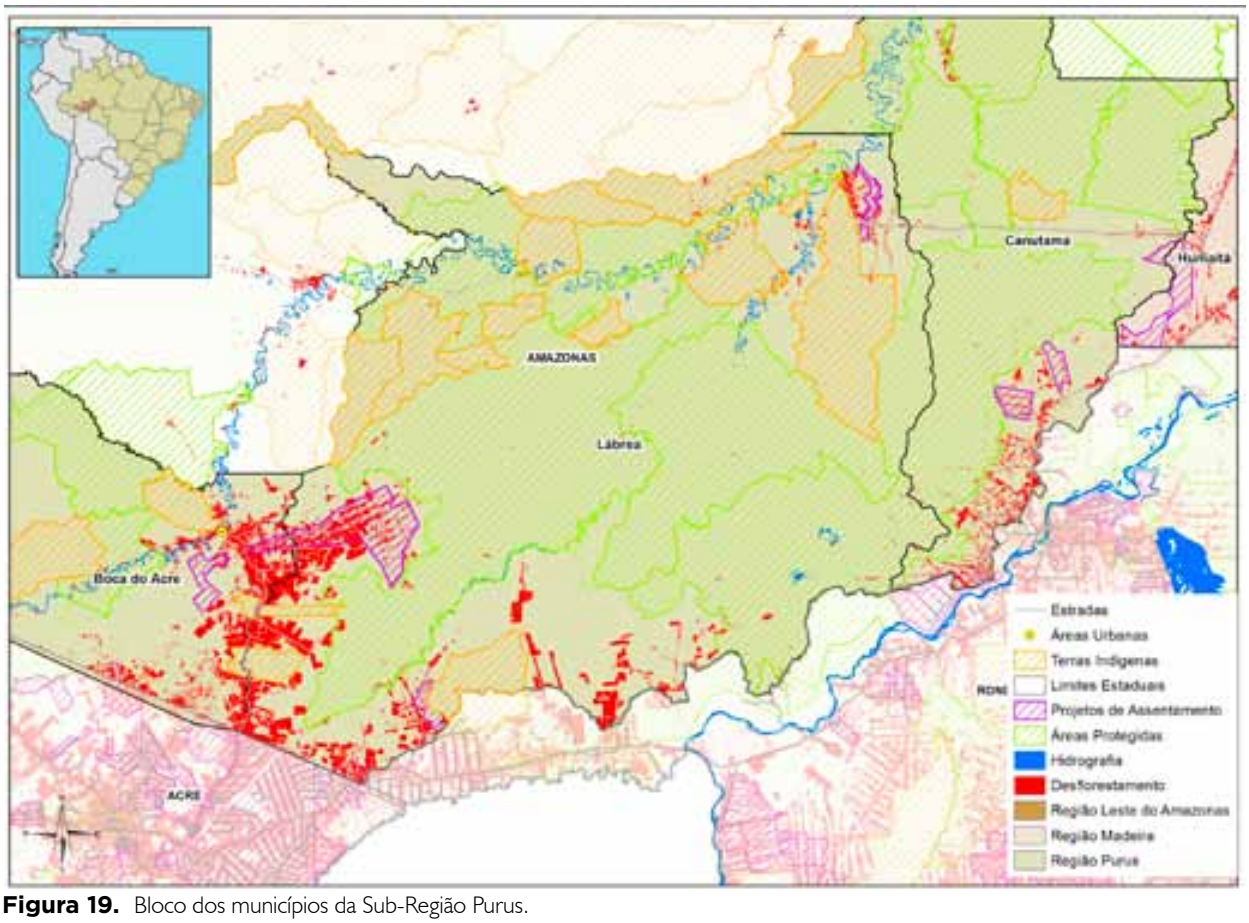


Figura 19. Bloco dos municípios da Sub-Região Purus.

se estrutura de forma alheia às municipalidades locais. O mesmo acontece no sul de Lábrea. Ao percorrer os ramais Mendes-Junior, Jequitibá e do Boi, o estudo diagnosticou que as atividades produtivas e os agentes envolvidos foram semelhantes. Geralmente são fazendas de 5 mil hectares – em alguns casos até maiores de 10 mil hectares –, com grandes extensões de pastagens e áreas destinadas ao manejo florestal.

No lado de Rondônia, a Floresta de Rendimento Sustentável Rio Vermelho é uma área protegida que deveria abrigar apenas o manejo florestal sustentável, da mesma forma que uma Floresta Nacional (SNUC 2000, Lei Federal 9985). Ao invés disso, grandes áreas de pastagens estão intercaladas com as áreas de manejo madeireiro. A demanda por madeira é impulsionada pela grande concentração de serrarias na região da Ponta do Abunã, chegando a mais de 20 estabelecimentos.

A exploração madeireira em Rondônia parece ser maior e facilitada para explorar grandes áreas – muitas delas localizadas no Sul do Amazonas. Nessa região, os agentes privados são grandes empresários que vivem em Porto Velho ou Rio Branco que tem fazendas consolidadas com grandes rebanhos, em terras griladas ou tituladas pelo INCRA. Segundo informações locais, a ocupação iniciou no ramal do Boi em 2002, por um indivíduo conhecido como "Baiano", que migrou da Bahia e abriu o ramal (Vitel 2009). Baiano foi assassinado por razões ainda não divulgadas, embora o conflito de terras e grilagem tenha sido indicado como um possível motivo.

Nos ramais no sul de Lábrea e Canutama, a grilagem de terras ocorre intensamente e gera conflitos constantes por posse de terras. Entre 2011 e 2012, duas pessoas foram assassinadas. Em 2011, 17 pessoas estavam ameaçadas de morte no sul do Amazonas, sendo 12 em Lábrea, 2 em Canutama e 3 em Apuí (CPT, 2012).

Nos ramais Prosam e Proterra, a ocupação vem sendo feita por pequenos agricultores que derrubam a floresta e estabelecem pastagens em áreas localizadas na área fundiária do Projeto de Assentamento Joana D'Arc, em Rondônia, com pecuária extensiva de baixa produtividade (Vitel 2009). Nos dois ramais de nome não identificado (ramais 1 e 2) que partem da BR-317, em Boca do Acre, adentrando no leste de Lábrea, a ocupação já é antiga. Embora hajam pequenos produtores estabelecidos ali há anos, também existem grandes empresários que vivem em Rio Branco que injetam capital na expansão de pastagens. Os ramais que partem da BR-319 no sul de Canutama representam cerca de 3.000 hectares de desmatamento anual, que cresce adentrando já na demarcada TI Jacareúba/Katauixi, sobreposta com o PARNA do Mapinguari. Essa TI abriga vários grupos de índios isolados e ainda não foi homologada.

A pressão de desmatamento e o conflito de terras ocorrem também além das áreas fundiárias do PA Monte, em duas Terras Indígenas: a TI Apurinã, do KM 124, e a TI Boca do Acre. Segundo relatos dos próprios indígenas, as TI estão sofrendo pressão de fazendeiros e outros que entram para caçar e extrair recursos naturais. Na TI Boca do Acre há invasões de terras próximas ao rio e também na divisa da porção nordeste, em média 30 km a leste da rodovia, possivelmente realizadas por fazendeiros.

Em outras localidades, no norte do município de Boca do Acre, existem outras comunidades indígenas que vivem em terras ainda não demarcadas e que há décadas pedem demarcação junto à FUNAI. A pressão e a ocupação por fazendeiros são marcantes, e houve um evento recente de distribuição de Licenças de Ocupação pelo ITEAM, o que tem reforçado a atitude destes fazendeiros em pressionar as comunidades indígenas.

5

Os indicadores de estrutura de governança ambiental e desmatamento

Com o objetivo de mensurar quantitativamente a estrutura de governança de cada município, foram desenvolvidos cinco indicadores a partir das informações levantadas. Estes indicadores servirão para, juntos, compor o Indicador Consolidado de Estrutura de Governança Ambiental e Desmatamento.

Foram analisadas as estruturas das três esferas de governo, e construídos quatro indicadores separados de estrutura de governança: (i) Governança Ambiental Municipal; (ii) Governança Ambiental Estadual (UCs); (iii) Governança Ambiental Federal (UCs); (iv) Indicador de Governança Ambiental Federal (TIs).

O indicador do desmatamento foi obtido através da parametrização das médias de área desmatada anual entre os anos de 2005 e 2010. Novos parâmetros devem ser agregados aos indicadores e suas relações devem ser revisitadas conforme novas informações são levantadas e o comportamento dos indicadores são analisados. A seguir, apresentamos a construção de cada indicador considerado.

Indicador de Estrutura de Governança Municipal.

Foi levada em consideração a estrutura básica do município para implementação de políticas ambientais, fiscalização e fomento a práticas produtivas sustentáveis no setor primário. Como princípio assumiu-se que a estrutura municipal de governança é de fundamental importância para a consolidação das políticas ambientais e de uso da terra e regem sobre toda a área territorial do município. A equação a seguir apresenta como foi construído:

$$IG_{MUN} = \left\{ \frac{A_{SEMMA} + A_{LEG} + CMA + FMA + CDRS}{6} \right\}$$

Onde:

IG_{MUN} – Indicador de Estrutura de Governança Municipal
A_{SEMMA} – Avaliação da SEMMA[5] (0-2)
A_{LEG} – Avaliação do Arcabouço Legal[6] (0-1)
CMA – Existência de Conselho Municipal de Meio Ambiente (0-1)
FMA – Existência de Fundo Municipal de Meio Ambiente(0-1)
CDRS – Existência de Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (0-1).

Indicador de Estrutura de Governança Estadual – UC

Foram considerados os instrumentos de governança das Unidades de Conservação Estaduais (Conselho Gestor e Plano de Gestão) e a área total desse tipo de área protegida em cada município. Tais áreas protegidas são reconhecidamente importantes instrumentos de governança ambiental, de desenvolvimento de pesquisas e da fixação do homem e suas tradições no campo. Porém considerou-se que seus instrumentos de gestão tem efeito apenas dentro do perímetro das áreas protegidas em questão. A equação abaixo apresenta como o índice foi construído:

$$IG_{UCE} = PA_{UCE} \times [(0{,}5 \times P_{UCE}) + (0{,}25 \times PG_{UCE}) + (0{,}25 \times CG_{UCE})]$$

Onde:

IG_{UCE} – Indicador de Estrutura Governança Estadual (UC)
PA_{UCE} – Área de UC Estadual no Município/Área Total do Município (%)
P_{UCE} – Presença ou Ausência de UC Estadual no Território Municipal (0-1)
PG_{UCE} – Número de UC Estadual com Plano de Gestão Elaborado/Número de UC Estadual no Município (%)
CG_{UCE} – Número de UC Estadual com Conselho Gestor Número de UC Estadual no Município (%)

Indicador de Estrutura de Governança Federal – UC.

Para a composição do Indicador de Estrutura de Governança Federal em UC, foram considerados os instrumentos de governança das Unidades de Conservação Federais (Conselho Gestor e Plano de Manejo) e a área total desse tipo de área protegida em cada município.

Tais áreas protegidas são reconhecidamente importantes instrumentos de governança ambiental, desenvolvimento de pesquisas e fixação do homem e suas tradições no campo. Porém considerou-se que seus instrumentos de gestão tem efeito apenas dentro do perímetro das áreas protegidas em questão, conforme a equação seguinte:

$$IG_{UCF} = PA_{UCF} \times [(0{,}5 \times P_{UCF}) + (0{,}25 \times PG_{UCF}) + (0{,}25 \times CG_{UCF})]$$

Onde:

IG_{UCF} – Indicador de Estrutura Governança Federal (UC)
PA_{UCF} – Área de UC Federal no Município/Área Total do Município (%)
P_{UCF} – Presença ou Ausência de UC Estadual no Território Municipal (0-1)
PG_{UCF} – Número de UC Federal com Plano de Gestão/ Número de UC Federal no Município (%)
CG_{UCF} – Número de UC Federal com Conselho Gestor Criado/ Número de UC Federal no Município (%)

Indicador de Estrutura de Governança Federal – TI

As Terras Indígenas são importantes instrumentos que garantem o direito dos primeiros habitantes das terras brasileiras de desenvolver suas atividades produtivas, preservando os recursos naturais, bem como sua cultura e costumes tradicionais.

Para a composição do Indicador de Estrutura Governança Federal em TI, foi considerada a área total desse tipo de área protegida em cada município e os possíveis Planos de Gestão Territorial Indígenas que cada área possa ter. Porém, por dificuldade em levantar informações sobre tais instrumentos, apesar de considerados na fórmula da equação 4 abaixo, não foram computados para nenhum dos municípios:

$$IG_{TI} = PA_{TI} \times [(0{,}5 \times P_{TI}) + (0{,}5 \times G_{TI})]$$

Onde:

IG_{TI} – Indicador de Estrutura de Governança Federal (TI)
PA_{TI} – Área de TI no Município/Área Total do Município (%)
P_{TI} – Presença ou Ausência de TI no Território Municipal (0-1)
G_{TI} – Número de TIs com Ferramenta de Gestão[7]/Número de Terras Indígenas no Município (%)

A tabela 3 a seguir apresenta os índices de Governança Municipal (IG_{MUN}), de Governança de Unidades de Conservação estaduais (IG_{UCE}), UCs federais (IG_{UCF}) e Terras Indígenas (IG_{TI}).

Tabela 3. Índices de Estrutura de Governança para municípios do PROFLORAM.

Município	IG_{MUN}	IG_{UCE}	IG_{UCF}	IG_{TI}
Apuí	1,00	0,41	0,17	0,00
Barreirinha	0,50	0,00	0,00	0,14
Boa Vista do Ramos	0,33	0,00	0,00	0,00
Boca do Acre	0,50	0,00	0,19	0,05
Canutama	0,33	0,07	0,38	0,02
Humaitá	0,83	0,00	0,10	0,21
Lábrea	0,67	0,00	0,34	0,09
Manicoré	0,50	0,11	0,07	0,08
Maués	0,83	0,11	0,21	0,01
Nhamundá	0,00	0,05	0,00	0,13
Novo Aripuanã	0,33	0,19	0,12	0,02
Parintins	1,00	0,15	0,00	0,02

Para compor um índice de estrutura de governança para cada município que represente a governança e a oportunidade para atividades e projetos de REDD+, foi desenvolvida da fórmula abaixo de Ordenamento Territorial de jurisdição do município, que se exclui o destinado à conservação:

$$OT_{MUN} = [\ 1 - (IG_{UCE} + IG_{UCF} + IG_{TI})\ ]$$

Onde:

IG_{UCE} – Indicador de Governança Estadual (UC)
IG_{UCF} – Indicador de Governança Federal (UC)
IG_{TI} – Indicador de Governança Federal (TI)

Compreende-se que a presença de áreas protegidas no município transfere a governança desse território para as esferas estadual e federal, e diminui a proporção de áreas que estão sob jurisdição do governo municipal e sua estrutura de gestão. Essa característica afeta inversamente a necessidade ou potencial emergencial de receber uma atividade ou projeto que envolva REDD+.

Indicador de Desmatamento[8] (ID)

Para a construção do Indicador de Desmatamento, parametrizamos a média de desmatamento entre os anos de 2005 e 2010, criando valores que variam de 0 a 1, sendo que 1 equivale ao município que apresenta o maior valor (no caso, o município de Lábrea). A Tabela 4 a seguir apresenta os valores brutos e parametrizados.

Tabela 4. Indicador de desmatamento nos municípios do PROFLORAM.

Município	Desmatamento Anual (ha) 2005-2010	Desmatamento Parametrizado
Apuí	6.179,4	0,68
Barreirinha	1.092,3	0,12
Boa Vista do Ramos	226,0	0,02
Boca do Acre	3.627,2	0,40
Canutama	3.321,5	0,36
Humaitá	1.084,0	0,12
Lábrea	9.154,3	1,00
Manicoré	4.649,9	0,51
Maués	1.550,4	0,17
Nhamundá	512,9	0,06
Novo Aripuanã	3.271,8	0,36
Parintins	803,6	0,09

5 - Realizada pela SDS, as SEMMAs foram avaliadas da seguinte forma: 0 - SEMMA existente, mas vinculada a outro órgão; 1- SEMMA existente, vinculada a outro órgão, mas com ênfase a questão ambiental; 2 - Secretaria específica de meio ambiente.

6 - Realizada pela SDS, classificou o arcabouço legal relacionado a meio ambiente como suficiente (1) ou insuficiente (0).

7 - Não foram levantadas informações sobre ferramentas de gestão sobre Terras Indígenas. A possível existência de tal ferramenta, no entanto, foi incluída na fórmula.

8 - Os dados de 2005 a 2010 foram utilizados por representarem a dinâmica mais recente dos municípios, uma vez que este período representa melhor a tendência atual do desmatamento que o período entre 2000 a 2005, onde as taxas foram significativamente maiores em toda a Amazônia.

6

As regiões selecionadas

Para a priorização das regiões e municípios, foram consideradas algumas premissas com diferentes pesos. Primeiro, o índice parametrizado de pressão de desmatamento é o indicador de maior importância e peso para se definir uma área com potencial para um projeto ou programa de REDD+ (peso 3). Segundo, a estrutura de Governança Ambiental de um município é indispensável para a implementação dos referidos projetos ou programas de REDD+, embora apresente menor peso (peso 1,5). Terceiro, a área sob jurisdição municipal (OT_{MUN}) tem um peso menor que os dois primeiros componentes (peso 1). Assim, a equação abaixo foi utilizada para gerar o índice final de Governança Ambiental e Desmatamento (IC_{GD}) que indica as regiões com maior potencial para REDD+.

$$IC_{GD} = \left\{ \frac{(3 \times ID) + (1{,}5 \times IG_{MUN}) + (1 \times OT_{MUN})}{5{,}5} \right\}$$

Onde:

IC_{GD} – Indicador Consolidado de Governança Ambiental e Desmatamento

ID – Indicador de Desmatamento

IG_{MUN} – Indicador de Estrutura de Governança Municipal

OT_{MUN} – Ordenamento Territorial sob Jurisdição Municipal

Para a construção dos indicadores de governança ambiental foram utilizadas apenas informações relacionadas à estrutura e ferramentas de gestão. Outras informações relacionadas ao efetivo das organizações e desempenho não foram incluídos. Dessa forma, o indicador, de cunho teórico, indica apenas qual seria o município/microrregião mais indicada para o desenvolvimento de um Documento de Avaliação Preliminar (DAP) sobre o potencial para atividades de REDD+. Somente a partir da elaboração desse diagnóstico serão aprofundadas as informações complementares de desempenho, recursos e estruturas internas das regiões selecionadas.

A página seguinte apresenta o ranking final dos municípios indicados, seguindo o Indicador Consolidado de Governança Ambiental e Desmatamento.

Pode-se entender que as regiões de Lábrea e Apuí são as duas com maior potencial para receber um programa ou projeto de REDD+ e, portanto, seriam indicadas para a elaboração dos Documentos de Avaliação Preliminar (DAP). Ao analisarmos de perto a situação do desmatamento nas duas regiões vemos que, em Lábrea, o mesmo ocorre longe da sede municipal, nas divisas sul e oeste do município, ao longo de estradas secundárias que partem das rodovias BR-314 e BR-317, respectivamente, mesma dinâmica e perfil de agentes do município de Boca do Acre.

Tabela 5. Ranking Final dos municípios segundo o Indicador Consolidado de Estrutura de Governança Ambiental e Desmatamento (IC_{GD})

Ranking Final	Município	ID	IG_{MUN}	OT_{MUN}	IC_{GD}
1	Lábrea	1,00	0,67	0,57	0,89
2	Apuí	0,68	1,00	0,42	0,78
3	Manicoré	0,51	0,50	0,73	0,51
4	Boca do Acre	0,40	0,50	0,76	0,43
5	Parintins	0,09	1,00	0,83	0,39
6	Maués	0,17	0,83	0,66	0,39
7	Humaitá	0,12	0,83	0,69	0,36
8	Canutama	0,36	0,33	0,53	0,35
9	Novo Aripuanã	0,36	0,33	0,66	0,33
10	Barreirinha	0,12	0,50	0,86	0,25
11	Boa Vista do Ramos	0,02	0,33	1,00	0,13
12	Nhamundá	0,06	0,00	0,83	0,04

Em Apuí, o desmatamento ocorre às margens da rodovia Transamazônica, em áreas próximas à sede municipal. Outro foco é a região da Vila do Matupi, distrito de Manicoré, que apesar de estar às margens da mesma rodovia, é afastada da sede do município.

Dessa forma, concluímos que os estudos necessários para a elaboração dos Documentos de Avaliação Preliminar (DAP) devem ser desenvolvidos em:

1 - Região de Apuí, juntamente com o sul de Manicoré, na região da Vila de Matupi

2 - Região de Boca do Acre, juntamente com o sul de Lábrea (Rio Purus e Transamazônica).

Recomendamos que toda e qualquer ação que vise à produção sustentável, assim como o fomento de práticas agroecológicas e silvipastoris, devem acontecer prioritariamente nestas duas sub-regiões. Considerando as ações e práticas neste sentido, que servem como mitigadoras da pressão do desmatamento e de emissões de carbono, Apuí está mais à frente, seguido de Boca do Acre. Ambos apresentam sede próxima à maior parte do desmatamento. Já em Lábrea e Manicoré, o desmatamento mais significativo ocorre em áreas que tem dinâmicas distintas das áreas ao redor das sedes urbanas. Assim, nas regiões mais críticas e que carecem de atenção, a governança é mais baixa no sul do Lábrea e no sul de Manicoré (KM 180).

7

Referências Bibliográficas

ABRANCHES, S. O que acontece em Jirau e Santo Antônio já estava previsto. Ecopolítica, 23/03/2011. Disponível em: http://www.ecopolitica.com.br/2011/03/23/o-que--acontece-em-jirau-e-santo-antonio-ja-estava-previsto/

AFEAM, 2012. Agência de Fomento do Estado do Amazonas. Balanços municipais de fomento primário, secundário e terciário entre 2008 e 2011. Not public available

ALENCAR, A., D.C. NEPSTAD, D. MCGRATH, P. MOUTINHO, P. PACHECO, M. DEL C.V. DIAZ E B. SOARES--FILHO. 2004. Desmatamento na Amazônia: indo além da emergência crônica. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Belém, Brasil.

ALENCAR, A., LIMA, A., AZEVEDO, A., STABILE, M., NEPSTAD, D., STICKLER, C., and CASTRO, I. 2012.Managing deforestation reduction: the role of governance on forest conservation in the Brazilian Amazon. Paper presented at International Forestry Resources and Institutions (IFRI) Workshop: Governance and Conservation:Towards More Robust Indicators. April 24-26, 2012. Gordon and Betty Moore Foundation. Palo Alto, CA.

AMAZONAS, 2009. Projeto de Prevenção e Combate ao Desmatamento e Conservação da Floresta Tropical no Estado do Amazonas –PROFLORAM. Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS). Manaus-AM.

BRASIL SOCIAL 2010. Municípios da Rodovia Transamazônica. [online] Disponível em: http://www.brasilsocial.com/pdf/info_municipios.pdf

BARRETO, P., PEREIRA, R. e ARIMA, E. 2008. A Pecuária e o Desmatamento na Amazônia na Era das Mudanças Climáticas. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON). Belém, PA.

CAMPOS, O. L. 2012. Estudo de caso sobre impactos ambientais de linhas de transmissão na Região Amazônica. BNDES Setorial, 32, p231-266, Meio Ambiente. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set32107.pdf

CARRERO, G. C. e FEARNSIDE, P. M. 2011. Forest clearing dynamics and the expansion of landholdings in Apuí, a deforestation hotspot on Brazil's Transamazon Highway. Ecology and Society 16(2): 26. Disponível em: http://www.ecologyandsociety.org/vol16/iss2/art26/

CPT- Comissão Pastoral da Terra. 2012. Conflitos no Campo Brasil 2011(Organização: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski – Goiânia: CPT Nacional Brasil, 182p.

Empresa Pesquisa Energética - EPE. 2011. Avaliação Ambiental Integrada: Estudo de Inventário Hidrelétrico da bacia hidrográfica do Rio Aripuanã. Disponível em: http://www.epe.gov.br/MeioAmbiente/Paginas/AAI/BaciadoRioAripuan%C3%A3.aspx

FEARNSIDE, P. M. 1986. Human Carrying Capacity of the Brazilian Rainforest. New York: Columbia University Press. 301p.

FEARNSIDE, P. M. 2005. Deforestation in Brazilian Amazonia: history, rates and consequences. Conservation Biology 19(3):680-688.

FEARNSIDE, P. M. 2008. The roles and movements of actors in the deforestation of Brazilian Amazonia. Ecology and Society 13(1): 23. Disponível em: http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss1/art23/

FEARNSIDE, P.M. e GRAÇA, P.M.L.A. 2006. BR-319: Brazil's Manaus-Porto Velho Highway and the Potential Impact of Linking the Arc of Deforestation to Central Amazonia. Environmental Management 38:705-716.

FONSECA, W. D. 1996. Santarém: momentos históricos, Editora Tiagão. Santarém, Brasil.

GENTIL, J. 1988. A juta na agricultura de várzea na área de Santarém –Médio Amazonas. Série antropologia. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi 4(2).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012. Portal do IBGE cidades (http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1)

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2012. Downloads de Unidades de Conservação. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/downloads.html

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. 2012. Plano Operativo Anual dos 12 municípios do PROFLORAM. Manaus, AM. Não publicado.

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 2006. Levantamento da distribuição espacial das "ocupações" nos lotes dos Projetos de Assentamento Rio Juma e Acari. Superintendência Regional do Amazonas (SR-15), Manaus, Amazonas, Brasil.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais: PRODES Project. 2012 – Sattelite Monitoring of the Amazon Forest. Disponível em: www.obt.inpe.br/prodes/

IIRSA - Iniciativa para La Integracion de La Infraestructura Regional Sulamericana –IIRSA. 2009. Costruyendo un futuro común: integración suramericana a través de las infraestructuras. Disponível em: http://www.iirsa.org/BancoMedios/Archivos/info_construyendo_un_futuro_comun.pdf

KAIMOWITZ, D.; MERTENS, B.; WUNDER, S., and PACHECO, P. 2004. Hamburguer Connection Fuels Amazon Destruction: Cattle ranching and deforestation in Brazil's Amazon. Center for International Forestry Research. Bogor, Indonesia.

LAURANCE, W. F. 2000. Mega-development trends in the Amazon: implications for global change. Environmental Monitoring and Assessment 61: 113-122.

LEVY, D. J. e NEWELL, P. J. 2005 The business of global environmental governance. Cambridge, London, The MIT Press.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2012. Evolução de erradicação da febre aftosa no Brasil. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Evolucao_z_livre_mai2012.pdf

MAHAR, D J. 1989. Government Policies and Deforestation in Brazil's Amazon Region. World Bank, Washington, D.C., USA.

NELSON, B.W. e OLIVEIRA, A. A.. 1999. Avaliação e Ações prioritárias para a Conservação do bioma Floresta Amazônia. Área Botânica. Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia. Programa Nacional da Diversidade Biológica- PROBIO, MMA.

NEPSTAD, D. C.; STICKLER, C. M.; ALMEIDA, O. T. 2006.

Globalization of the Amazon Soy and Beef Industries: Opportunities for Conservation. Conservation Biology 20(6):1595-1603.

Portal Amazônia. 2012. Presença da Força Nacional não inibe assassinatos no AM. Publicada em 04 de abril de 2012. Disponível em: http://www.portalamazonia.com.br/editoria/meio-ambiente/presenca-da-forca-nacional--nao-inibe-assassinatos-no-sul-do-amazonas/

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2003. Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2003.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2003

RAZERA, A. 2005. Dinâmica do desmatamento em uma nova fronteira do sul do Amazonas: análise da pecuária de corte no município do Apuí. Dissertação de Mestrado em Ciências de Florestas Tropicais, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil.

REIS, A. C. F. 1979. Santarém: seu desenvolvimento histórico. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

RIBEIRO, D. 2006. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.

SAWYER, D. 2001. Evolução demográfica, qualidade de vida e Desmatamento na Amazônia. Pages 73-90 in 20 editores. Causas e dinâmica do desmatamento na Amazônia. Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília, D.F., Brasil.

SDS -Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. 2009a. Diagnóstico do município de Manicoré: contextualização do Zoneamento Ecológico Econômico. Não publicado. 113p.

SDS-Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas. 2009b. Diagnóstico do município de Novo Aripuanã: contextualização do Zoneamento Ecológico Econômico. Não publicado. 115p.

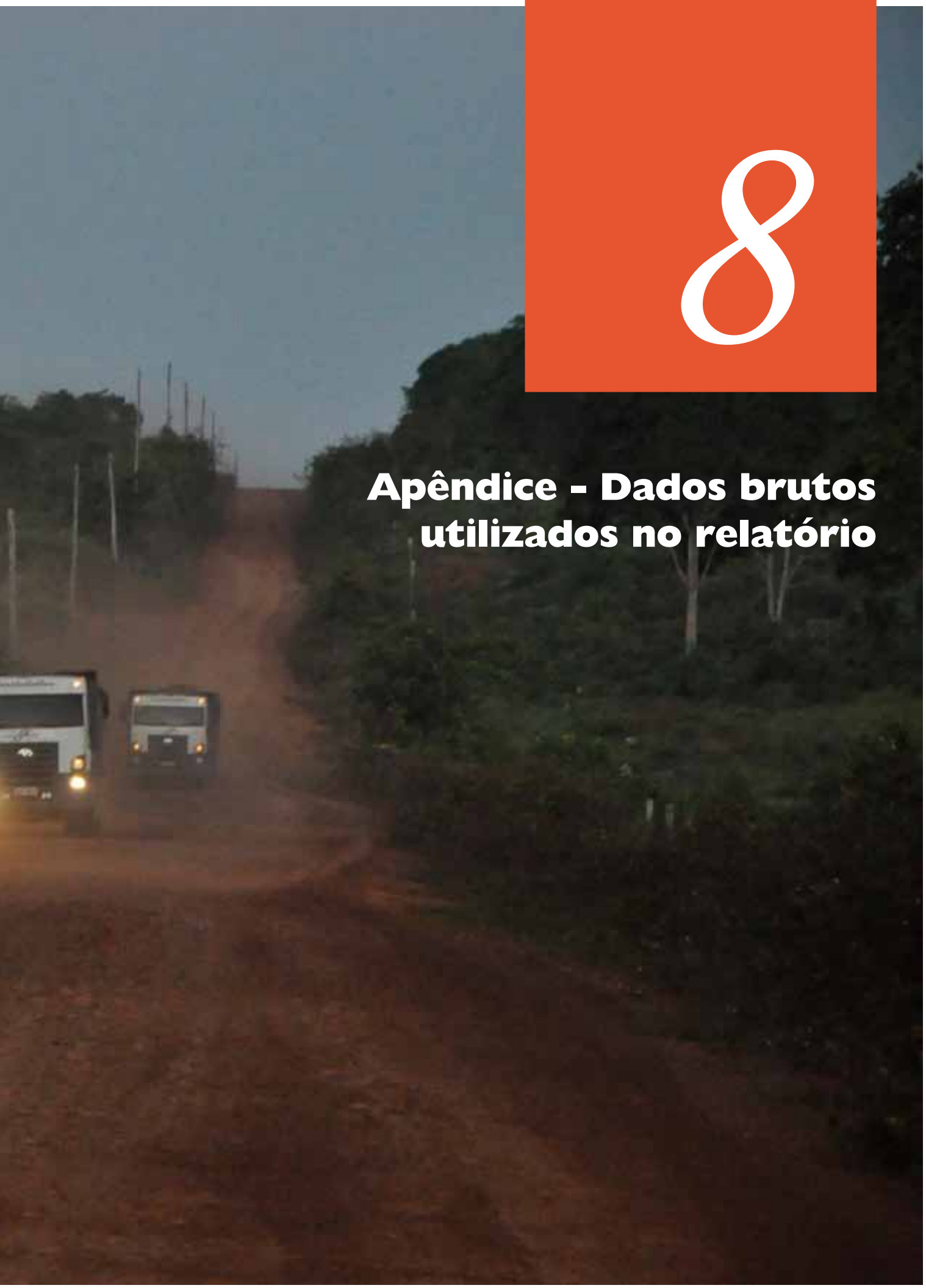
STICKLER, C.M., COE, M.T., COSTA, M.C., NEPSTAD, D.N., MACGRATH, D. G., DIAS, L. C., RODRIGUES, H.O, SOARES-FILHO, B.S. 2013. Dependence of hydropower energy generation on forests in the Amazon Basin at local and regional scales. Proceedings of the National Academy of Scien- ces. Disponível em: http://www.pnas.org/content/early/2013/05/09/1215331110.full.pdf+html?sid=1e44e048f0ee-4cfe-8775-0d0d16075745

VITEL, C. S. M. N. 2009. Modelagem da dinâmica do desmatamento de uma fronteira em expansão, Lábrea, Amazonas. Dissertação de Mestrado em Ciências de Florestas Tropicais, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, Amazonas, Brasil.

WANDERLEY, L.E. e RAICHELIS, R. 2001 "Gestão pública democrática no contexto do Mercosul". In: SIERRA, G. Los rostros del Mercosul: el difícil camino de lo comercial a lo social. Buenos Aires, CLACSO/ASDI, 2001

YOUNG, C. E. F. et al. Reduções de Emissões de Carbono por Desmatamento Evitado no Estado do Amazonas: uma Proposta de Estimação. Plano de Estruturação da Iniciativa Amazonas. Manaus. 2009.

TELHA NORTE



8

Apêndice - Dados brutos utilizados no relatório

Características Socioeconômicas

Índice de Gini e Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD 1991-2000)

Município	Índice de Gini			Índice de Desenvolvimento Humano		
	1991	2000	Taxa (1991-2000)	1991	2000	Taxa (1991-2000)
Apuí	0,59	0,76	29%	0,616	0,676	10%
Barreirinha	0,49	0,6	22%	0,615	0,645	5%
BV do Ramos	0,51	0,66	29%	0,595	0,642	8%
Boca do Acre	0,59	0,62	5%	0,53	0,611	15%
Canutama	0,52	0,73	40%	0,481	0,546	14%
Humaitá	0,59	0,69	17%	0,556	0,678	22%
Lábrea	0,63	0,69	10%	0,489	0,598	22%
Manicoré	0,55	0,61	11%	0,551	0,621	13%
Maués	0,67	0,67	0%	0,649	0,689	6%
Nhamundá	0,6	0,55	-8%	0,607	0,656	8%
Novo Aripuanã	0,61	0,65	7%	0,559	0,624	12%
Parintins	0,62	0,62	0%	0,658	0,696	6%

Produto Interno Bruto (IBGE 2006-2009) e Fomento para os Municípios (AFEAM 2008-2011)

PIB (2006-2009) Fomento (2008-2011)	Produto Interno Bruto				Fomento		Representatividade	
	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	Total	AM	AM Setor Primário	Fomento Primário/ Total	PIB Primário/ Total
Municípios/Unidade	R$	R$	R$	R$	R$	R$	%	%
Apuí	66.044.250	6.759.750	51.966.250	128.938.500	990.939	746.089	75	51
Barreirinha	17.758.250	8.443.750	64.965.250	93.758.000	739.599	612.672	83	19
Boca do Acre	53.009.500	16.551.250	84.712.000	159.943.250	320.724	57.684	18	33
BV do Ramos	10.158.000	4.312.750	32.994.750	48.491.250	314.419	121.600	39	21
Canutama	12.900.750	3.827.750	30.881.000	48.793.250	215.612	109.370	51	26
Humaitá	36.037.500	16.866.000	114.628.750	174.393.750	787.556	387.465	49	21
Lábrea	145.978.750	12.579.500	103.116.250	269.037.000	972.543	609.145	63	54
Manicoré	56.166.750	15.470.500	112.621.000	189.336.750	1.344.243	666.721	50	30
Maués	48.652.750	16.462.750	130.189.250	201.105.750	365.642	71.034	19	24
Nhamundá	31.396.250	5.686.250	45.343.250	84.823.500	408.812	319.305	78	37
Novo Aripuanã	22.168.250	6.381.500	46.383.250	76.954.000	181.015	96.232	53	29
Parintins	52.107.750	38.842.250	285.573.500	391.049.500	2.738.500	764.331	28	13

Dados da População Rural e Urbana (IBGE 1996-2000)

População	1996		2000		2010		População Total			Cresci-mento	Taxa Crescimento
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	1996	2000	2010		
Apuí	4426	5695	6127	7720	10595	7412	10121	13867	18007	78%	4,2%
Barreirinha	7249	11945	9234	13115	12418	14937	19194	22349	27355	43%	2,6%
BV do Ramos	3650	5088	5021	5605	7550	7429	8738	10626	14979	71%	3,9%
Boca do Acre	13200	10823	14609	12357	19348	11284	24023	29966	30632	28%	1,8%
Canutama	4742	3434	5448	5654	6682	6056	8176	11102	12738	56%	3,2%
Humaitá	17495	7299	23944	8839	30501	13726	24794	32783	44227	78%	4,2%
Lábrea	17425	9991	19243	9688	24207	13494	27416	28931	37701	38%	2,3%
Manicoré	15635	21756	15303	22734	20349	26668	37391	38037	47017	26%	1,6%
Maués	18735	17792	21124	18854	25832	26404	36527	39978	52236	43%	2,6%
Nhamundá	5836	8546	6272	9035	7010	11268	14382	15307	18278	27%	1,7%
Novo Aripuanã	7184	7035	9053	8052	14074	7377	14219	17105	21451	51%	3,0%
Parintins	49545	21811	58019	32026	69890	32143	71356	90045	102033	43%	2,6%

Produção e Uso da Terra

Valores da Criação Animal apresentados em médias anuais (IBGE 2007-2010)

Criação Animal	*Gado 2007/2010	**Gado 2007/2010	Vacas ordenhadas 2007/2010	Leite	Mel 2008/2010	Rebanho Bo-vino (2010)	***T. A.C. Rebanho (2007-2010)	Área de Pastagem (2006)
Municípios / Unidade	Cabeças	Cabeças	Cabeças	Mil litros	kg	Cabeças	%	ha
Apuí	135983	6924	3878	2896	349	137.507,00	1,79%	75072
Barreirinha	44477	7187	3997	1036	1223	45.691,00	11,34%	14371
Boa Vista do Ramos	16224	2801	304	142	3757	18.428,00	18,36%	4837
Boca do Acre	83665	7486	5733	800	10	85.015,00	1,75%	36719
Canutama	14045	1588	198	23	0	14.900,00	3,04%	9785
Humaitá	22018	1908	264	236	0	22.066,00	1,99%	13897
Lábrea	286241	4128	218	143	0	287.591,00	0,24%	176196
Manicoré	63919	9157	1836	649	67	71.341,00	8,15%	19096
Maués	20082	3646	1307	996	13018	17.758,00	-7,39%	6060
Nhamundá	30997	6235	164	37	0	32.421,00	10,53%	4963
Novo Aripuanã	12508	1608	1569	248	168	13.989,00	6,38%	5560
Parintins	149040	20722	22921	6700	420	147.382,00	11,16%	23586

*Bovinos e bubalinos/ ** Suínos, caprinos e ovinos/ ***Taxa Anual de Crescimento.

Dados da Agricultura (IBGE 2007-2010)

Agricultura (2007 – 2010)	Lavoura temporária			Lavoura Permanente			Lavoura Total		
Municípios / Unidade	Area (ha)	Produção (t)	Valor (R$ 1.000)	Area (ha)	Produção (t)	Valor (R$ 1.000)	Area (ha)	Produção (t)	Valor (R$ 1.000)
Apuí	6.297	30.079	9.017	3.311	6.178	9.820	9.608	36.257	18.837
Barreirinha	1.364	12.860	2.471	306	969	820	1.670	13.829	3.290
Boa Vista do Ramos	944	5.944	1.280	460	443	425	1.404	6.387	1.705
Boca do Acre	2.273	12.987	3.027	1.553	8.767	7.665	3.826	21.754	10.692
Canutama	665	4.581	2.847	44	88	118	709	4.669	2.965
Humaitá	3.394	12.483	9.860	562	1.892	1.812	3.956	14.375	11.671
Lábrea	4.238	34.937	36.483	1.116	4.311	3.444	5.354	39.248	39.927
Manicoré	10.597	86.180	12.112	2.874	12.574	12.974	13.471	98.753	25.086
Maués	4.213	35.373	12.082	4.646	3.489	5.718	8.859	38.862	17.800
Nhamundá	3.083	27.744	4.890	130	410	348	3.213	28.154	5.237
Novo Aripuanã	1.324	8.017	2.585	720	3.434	3.238	2.044	11.451	5.823
Parintins	4.940	52.726	11.196	751	3.917	2.511	5.690	56.643	13.707

Dados do Extrativismo (IBE 2007 – 2010)

Extrativismo (2007-2010)	Açaí		Castanha		Lenha		Madeira		Copaíba		Borracha*		NEFN** (2006)
Municípios / Unidade	ton	R$ 1.000	ton	R$ 1.000	m^3	R$ 1.000	m^3	R$ 1.000	ton	R$ 1.000	ton	R$ 1.000	
Apuí	0	0	55	142	4.877	15	9.957	233	240	1.224	0	0	199
Barreirinha	0	0	16	31	23.993	84	4.044	107	0	0	0	0	199
BV do Ramos	0	0	12	34	7.195	27	877	25	0	0	0	0	50
Boca do Acre	0	0	971	3.215	22.019	59	2.757	74	1	5	294	686	77
Canutama	0	0	55	151	45.651	158	46.049	1.087	0	1	81	182	29
Humaitá	163	155	799	1.752	1.222	4	10.525	228	6	45	199	397	5
Lábrea	42	41	1.280	3.299	26.543	113	102.230	2.559	7	39	435	970	278
Manicoré	283	286	788	2.414	135.328	580	97.558	2.431	8	61	167	405	312
Maués	0	0	36	76	23.479	92	1.456	42	0	2	0	0	120
Nhamundá	0	0	174	388	9.700	31	0	0	0	2	0	0	147
Novo Aripuanã	0	0	913	2.814	93.773	898	33.238	982	220	2.005	540	882	17
Parintins	30	60	51	98	55.778	264	6.491	143	0	0	0	0	1.163

* Borracha Látex Coagulado / ** Número de estabelecimentos florestais nativos

Desmatamento nos municípios (PRODES Digital 2000 – 2010)

Desmatamento	Desmatamento anual (ha)		Taxa de desmatamento (%)		Desmatamento total (ha)	Área total do município (ha)
Municípios / ano	2000 - 2005	2005 – 2010	2000 - 2005	2005 – 2010		
Apuí	7.048,69	6.179,36	7,79	4,96	172.344,60	5.423.911,00
Barreirinha	896,87	1.092,25	1,57	1,76	78.265,50	575.055,40
Boa Vista do Ramos	304,80	225,96	2,08	1,41	20.036,59	258.684,10
Boca do Acre	9.341,61	3.627,17	8,69	2,52	186.315,01	2.195.276,00
Canutama	4.705,21	3.321,53	11,20	5,24	88.471,58	2.981.972,50
Humaitá	1.483,60	1.083,98	3,11	2,00	69.136,72	3.307.180,30
Lábrea	22.831,38	9.154,26	16,24	3,92	313.951,75	6.823.396,10
Manicoré	5.102,70	4.649,85	5,28	3,83	162.922,61	4.828.265,90
Maués	1.693,40	1.550,39	1,79	1,51	129.059,81	3.998.987,30
Nhamundá	515,28	512,94	1,45	1,34	47.689,69	1.410.555,30
Novo Aripuanã	3.021,63	3.271,81	6,14	5,04	89.992,58	4.118.852,40
Parintins	991,84	803,59	1,35	1,03	96.304,00	595.237,80

Desmatamento em Áreas Protegidas e em Projetos de Assentamento (PRODES Digital 2000 – 2010)

Desmatamento em APs e PAs	Desmatamento Acumulado (ha)					Desmatamento dentro de UCs e TIs (ha)	Desmatamento fora de UCs ou TIs (%)	Área total do município (ha)
Município	UC Protecão Integral	UC Uso Sustentável	Terra Indígena	Assentamentos (PA/PAE/PDS)	Sobreposicão (TIs/ UCs/ PAs)			
Apuí	866,60	2.090,95	0,0	138.141,07	397,52	2.957,55	98	5.423.911,00
Barreirinha	0,0	0,0	12.023,37	0,0	0,0	12.023,37	85	575.055,40
BV do Ramos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100	258.684,10
Boca do Acre	0,0	2.924,42	1.628,57	5.559,90	0,0	4.552,99	98	2.195.276,00
Canutama	4.117,81	6.780,31	470,85	4.070,44	0,0	11.368,97	87	2.981.972,50
Humaitá	18,34	586,62	4.244,86	5.952,20	6,12	4.849,81	93	3.307.180,30
Lábrea	4.774,53	13.623,31	8.436,51	44.145,24	0,0	26.834,35	91	6.823.396,10
Manicoré	2.900,82	12.575,40	5.228,23	20.724,63	0,0	20.704,44	87	4.828.265,90
Maués	196,42	16.060,56	12.112,31	1.395,06	14,26	28.369,29	78	3.998.987,30
Nhamundá	0,0	18.741,31	1.520,31	0,0	0,0	20.261,63	58	1.410.555,30
Novo Aripuanã	1.749,52	14.106,34	1.375,42	23.521,35	0,0	17.231,27	81	4.118.852,40
Parintins	0,0	9,00	1.052,05	33.436,36	0,0	1.061,06	99	595.237,80

AP - Área Protegida / PA - Projeto de Assentamento / PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista / UC - Unidade de Conservação / PDS - Projeto de Desenvolvimento Sustentável / TI - Terra Indígena.

Desmatamento municipal em diferentes classes de polígonos (PRODES Digital 2000 – 2010)

Municípios / Classe	< 10 ha		Entre 10 e 50 ha		Entre 50 e 100 ha		Entre 100 e 500 ha		> 500 ha		Total	Área Total (ha)
	Quantidade	Área Total	Quantidade	Área Total	Quantidade	Área Total	Quantidade	Área Total	Quantidade	Área Total		
Apuí	942	8.999,85	1.188	24.886,30	138	9.392,06	48	8.694,79	4	2.619,75	2.320	51.592,74
Barreirinha	905	3.673,11	212	3.338,25	2	126,21	-	-	-	-	1.119	7.137,56
Boa Vista do Ramos	285	1.098,77	26	393,36	-	-	-	-	-	-	311	1.492,14
Boca do Acre	1.515	7.390,14	680	11.851,11	42	3.054,28	16	3.526,99	2	1.150,33	2.255	26.972,85
Canutama	1.126	5.126,90	642	12.641,31	60	4.047,85	20	3.249,51	2	1.143,90	1.850	26.209,47
Humaitá	508	2.346,42	213	3.743,85	13	859,49	4	1.112,05	-	-	738	8.061,81
Lábrea	1.914	8.633,15	1.176	24.660,99	167	11.710,37	105	20.453,38	10	9.683,34	3.372	75.141,23
Manicoré	1.085	5.161,09	773	15.768,72	85	5.990,83	54	9.521,85	2	1.810,51	1.999	38.253,00
Maués	812	3.398,89	175	3.241,24	24	1.717,46	10	1.913,46	-	-	1.081	10.271,04
Nhamundá	531	2.139,86	86	1.369,39	1	64,0	-	-	-	-	618	3.573,25
Novo Aripuanã	604	3.234,01	432	8.745,52	45	3.010,25	49	8.593,96	3	2.341,59	1.133	25.925,33
Parintins	701	2.914,45	151	2.293,99	2	127,63	-	-	-	-	854	5.336,07
Total Geral	10.988	51.116,65	5.754	112.934,03	579	40.100,42	306	57.065,98	23	18.749,42	17.650	279.966,50

Distribuição da Vegetação nos municípios (IBGE 2008)

Vegetação (km^2)	Floresta Ombrófila Aberta			Floresta Ombrófila Densa			Campina-rana	Savana	Savana*	Formações Pioneiras**	Total
	Aluvial	Submon-tana	Terras Baixas	Aluvial	Submon-tana	Terras Baixas					
Apuí	0	1.791.811	0	106.347	3.202.048	19	0	219.950	0	4.514	5.324.689
Barreirinha	0	0	25.832	13.548	0	348.586	0	303	0	37.606	425.875
BV do Ramos	0	0	430	4.090	0	118.410	0	54.777	0	37.231	214.938
Boca do Acre	390.687	0	819.202	261.284	0	601.637	380	0	0	0	2.073.191
Canutama	101.480	14.062	1.992.103	283.118	0	305.421	0	182.310	38.469	1.119	2.918.083
Humaitá	249.770	38.808	693.599	278.420	482	1.717.992	0	98.425	0	120.876	3.198.371
Lábrea	177.665	833.400	1.676.454	452.709	107.094	3.063.807	18.912	260.116	67.789	54.760	6.712.706
Manicoré	90.823	102.233	95.851	219.041	656.463	3.092.942	0	294.536	0	175.812	4.727.702
Maués	0	299.568	7.519	151.247	1.298.883	1.966.747	0	56.716	0	8.612	3.789.292
Nhamundá	0	5.495	0	41.806	376.438	796.970	0	1.268	0	36.821	1.258.798
Novo Aripuanã	13.998	458.150	0	165.105	2.001.433	1.188.316	0	127.102	0	76.890	4.030.993
Parintins	0	0	1.792	28.647	0	154.540	0	0	0	109.722	294.701
Total Geral	1.024.423	3.543.528	5.312.782	2.005.363	7.642.841	13.355.388	19.292	1.295.502	106.258	663.962	34.969.339

* Contato Savana / Floresta Ombrófila – ecotono/ **Formações Pioneiras com influência fluvial e/ ou lacustre – arbustiva

Dados Geográficos dos Municípios (ICMBIO 2011, INCRA 2008, FUNAI 2011)

SIG (há)	Área em Unidade de Conservação					Área Total de Assentamentos					Terras Indígenas	Área em Sobreposição		
	Total	Estadual	Federal	Uso Sustentável	Proteção Integral	Total	PA	PAE	PDS	PAF		UCEs/ TIs	UCFs/ TIs	UCEs/ UCFs
Apuí	3423791	2215418	1208372	1994246	1429544	1817581	944103	873478	-	-	0	-	-	-
Barreirinha	163340	0	0	-	-	-	-	-	-	-	163340	-	-	-
Boa Vista do Ramos	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-	-
Boca do Acre	683448	0	470421	470421	-	36558	10157	26401	-	-	213027	-	-	-
Canutama	2177152	356718	1704732	1351388	710063	39449	19173	20276	-	-	115702	-	-	-
Humaitá	1852742	0	466489	466489	-	548310	-	504537	43774	-	1386253	-	29696	-
Lábrea	6994126	0	5709736	3932822	1776914	139129	127254	-	11875	-	1284390	-	-	-
Manicoré	2089625	805014	482310	650846	636478	254272	35394	218878	-	-	802301	-	-	-
Maués	1709945	449535	1132818	1418028	164325	127489	2909	124580	-	-	127593	-	21241	-
Nhamundá	461289	103573	0	103573	-	-	-	-	-	-	357716	-	-	-
Novo Aripuanã	1669867	883461	652661	812679	723444	404887	144617	260270	-	-	133744	-	-	-
Parintins	142081	117646	0	117646	-	73801	70945	2856	-	-	24434	-	-	-

Índice de Governança Municipal (SDS e SEMMAS 2012)

Município	Avaliação SDS SEMMAS	SDS Arcabouço Legal	Conselho Meio Ambiente	Conselho Des. Rural. Sust.	Fundo MMA	Área fora de UC e TI	Área Total do Município	Área de UC Federal/ Município*	Índice de Governança Municipal	Pacto Desmatamento Zero	Brigada de Incêndio	ZEE Elaborado
Apuí	2	1	1	1	1	5.423.911	5.423.911	1,00	1,00	1	0	0
Barreirinha	1	0	1	0	1	575.055	575.055	1,00	0,50	0	0	0
Boa Vista do Ramos	2	0	0	0	0	258.684	258.684	1,00	0,33	0	0	0
Boca do Acre	0	1	1	0	1	2.195.276	2.195.276	1,00	0,50	1	1	1
Canutama	2	0	0	0	0	2.981.972	2.981.972	1,00	0,33	0	1	1
Humaitá	1	1	1	1	1	3.307.180	3.307.180	1,00	0,83	1	1	0
Lábrea	2	0	1	0	1	6.823.396	6.823.396	1,00	0,67	1	0	1
Manicoré	0	0	1	1	1	4.828.265	4.828.265	1,00	0,50	1	1	0
Maués	2	1	1	0	1	3.998.987	3.998.987	1,00	0,83	0	1	0
Nhamundá	0	0	0	0	0	1.410.555	1.410.555	1,00	0,00	0	0	0
Novo Aripuanã	2	0	0	0	0	4.118.852	4.118.852	1,00	0,33	0	0	0
Parintins	2	1	1	1	1	595.237	595.237	1,00	1,00	0	1	0

*Proporção Área de UC Federal / Área do Município

Índice de Governança de Unidades de Conservação Estaduais (CEUC/SDS 2012)

Município	Existência	Quanti-dade	Planos de Gestão	Conse-lhos	Proporção Planos de Gestão/UC	Proporção Conselhos/ UC	Área Total de UC	Área total do Município	Proporção Área de UC Estadual no Município	Índice UC Estadual
Apuí	1	7	7	7	1,00	1,00	2.215.418	5.423.911	0,41	0,41
Barreirinha	0						0	575.055	0,00	0,00
Boa Vista do Ramos	0						0	258.684	0,00	0,00
Boca do Acre	0						0	2.195.276	0,00	0,00
Canutama	1	3	0	1	0,00	0,33	356.718	2.981.972	0,12	0,07
Humaitá	0						0	3.307.180	0,00	0,00
Lábrea	0						0	6.823.396	0,00	0,00
Manicoré	1	4	1	2	0,25	0,50	805.014	4.828.265	0,17	0,11
Maués	1	1	1	1	1,00	1,00	449.535	3.998.987	0,11	0,11
Nhamundá	1	2	0	1	0,00	0,50	103.573	1.410.555	0,07	0,05
Novo Aripuanã	1	6	4	5	0,80	1,00	883.461	4.118.852	0,21	0,19
Parintins	1	1	0	1	0,00	1,00	117.646	595.237	0,20	0,15

Índice de Governança de Unidades de Conservação Federais (ICMBIO 2012)

Município	Analistas Ambientais (ICMBIO)	Existência	Quantidade	Planos de Gestão	Conselhos	Proporção Planos de Gestão/UC	Proporção Conselhos/UC	Área Total de UC	Área total do Município	Proporção Área de UC Federal no Município	Índice UC Federal
Apuí	4	1	2	1	1	0,50	0,50	1.208.372	5.423.911	0,22	0,17
Barreirinha		0						0	575.055	0,00	0,00
Boa Vista do Ramos		0						0	258.684	0,00	0,00
Boca do Acre	5	1	2	1	2	0,50	1,00	470.421	2.195.276	0,21	0,19
Canutama	4	1	3	0	2	0,00	0,67	1.704.732	2.981.972	0,57	0,38
Humaitá	4	1	1	0	1	0,00	1,00	451.641	3.307.180	0,14	0,10
Lábrea	4	1	4	0	2	0,00	0,50	3.694.599	6.823.396	0,54	0,34
Manicoré	1	1	2	1	1	0,50	0,50	482.310	4.828.265	0,10	0,07
Maués	0	1	3	2	1	0,67	0,33	1.122.198	3.998.987	0,28	0,21
Nhamundá		0						0	1.410.555	0,00	0,00
Novo Aripuanã	0	1	1	1	0	1,00	0,00	652.661	4.118.852	0,16	0,12
Parintins		0						0	595.237	0,00	0,00

Índice de Governança de Terras Indígenas (FUNAI 2011)

Município	Existência	Quanti-dade	Instrumento de Governança	Área Total de TI	Área total do Município	Proporção Área de TI no Município	Índice de Governança TI
Apuí	0		0	0	5.423.911	0,00	0,00
Barreirinha	1	1	0	163.340	575.055	0,28	0,14
Boa Vista do Ramos	0		0	0	258.684	0,00	0,00
Boca do Acre	1	5	0	213.027	2.195.276	0,10	0,05
Canutama	1	2	0	115.702	2.981.972	0,04	0,02
Humaitá	1	6	0	1.371.405	3.307.180	0,41	0,21
Lábrea	1	15	0	1.284.390	6.823.396	0,19	0,09
Manicoré	1	9	0	802.301	4.828.265	0,17	0,08
Maués	1	1	0	116.972	3.998.987	0,03	0,01
Nhamundá	1	2	0	357.716	1.410.555	0,25	0,13
Novo Aripuanã	1	2	0	133.744	4.118.852	0,03	0,02
Parintins	1	1	0	24.434	595.237	0,04	0,02

RECURSOS HUMANOS

IDAM

Município	Total*	Quadro Técnico	Superior Agropec.	Superior Florestal	Técnico Agropec.	Técnico. Florestal
Apuí	13	8	4	1	3	0
Barreirinha	10	4	3	0	1	0
Boa Vista do Ramos	11	6	0	0	5	1
Boca do Acre	21	12	4	0	7	1
Canutama	7	2	0	0	2	0
Humaitá	13	6	3	1	2	0
Lábrea	14	5	0	0	4	1
Manicoré	16	7	2	0	3	2
Maués	12	5	1	0	4	0
Nhamundá	5	4	0	0	3	1
Novo Aripuanã	9	5	1	0	3	1
Parintins	24	12	2	0	9	1

* Inclui total de técnicos e administrativos

Quadro Resumo da Organização da Sociedade Civil nos municípios do PROFLORAM

Município	Associação		Colônia		Cooperativa		Sindicato		Total	
	Quantidade	Participantes	Quantidade	Participantes	Quantidade	Participantes	Quantidade	Participantes	Quantidade	Participantes
Apuí	11	640	1	180	2	63	2	4120	16	5003
Barreirinha	13	371	1	300	0	0	1	450	15	1121
Boa Vista do Ramos	6	237	1	220	1	143	0	0	8	600
Boca do Acre	24	1094	1	800	1	80	2	330	28	2304
Canutama	2	285	1	921	0	0	1	462	4	1668
Humaitá	19	525	1	1600	1	87	1	1200	22	3412
Lábrea	23	1959	1	550	1	120	1	2200	26	4829
Manicoré	53	2087	1	790	3	552	2	2555	59	5984
Maués	27	3081	1	1200	5	336	0	0	33	4617
Nhamundá	14	945	1	300	1	100	3	2410	19	3755
Novo Aripuanã	9	1575	1	1126	0	0	1	1874	11	4575
Parintins	43	1319	1	47	2	107	0	0	46	1473
Total	244	14118	12	8034	17	1588	14	15601	287	39341

Lista de Organizações da Sociedade Civil e quantidade de participantes nos municípios do PROFLORAM

Sociedade Civil - Apuí		Participantes
1	Associação de Produtores Agroecológicos de Apuí	130
2	Associação de Desenvolvimento de Sucunduri - Amazonas	54
3	Associação dos Produtores de Leite de Apuí	160
4	Associação dos Agricultores Nova Esperança	25
5	Associação dos Prod. E Psicultores do projeto de Assentamento Acari	26
6	Associação Agroextrativista e Turistica da Barra do Tapajós	38
7	Associação Agroextrativista Pedro Colares	25
8	Associação Agroextrativista Aripuanã e Guariba	60
9	Associação dos Madeireiros	22
10	Associação dos Produtores Rurais da Linhas 10, 11 e 12	35
11	Associação Ouro Verde	65
12	Colônia dos Pescadores Z-58	180
13	Cooperativa Extrativista Florestal Familiar de Apuí	42
14	Cooperativa de Desenvolvimento Sustentável do Sul do Amazonas	21
15	Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Apuí	3.800
16	Sindicato Rural do Sul do Amazonas	320
	Total	5.003

Sociedade Civil - Barreirinha		Participantes
1	Associação Vila Cândida	25
2	Associação de Mulheres do Distrito de Pedras	20
3	Associação de Pecuaristas de Barreirinha	80
4	Associação Barreira do Andira	20
5	Associação Divino Espírito Santo do Castanhal	25
6	Associação Grão de Mostarda	6
7	Associação Paraíso do Ramos	20
8	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pedras	30
9	Associação Piraí	20
10	Associação Comunitária Santa Maria – ACSM	25
11	Associação Santo Antonio da Maloca	20
12	Associação Terra Preta do Limão/Mocambo	60
13	Associação Tucumanduba	20
14	Colônia Z-45	300
15	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	450
	Total	1.121

Sociedade Civil - Boa Vista do Ramos		Participantes
1	Associação Comunitária Agrícola São Sebastião - ASCOMASS	10
2	Associação dos Pecuaristas de BVR – APBVR	120
3	Associação da Casa Familiar Rural - CFR	34
4	Associação Comunitária Agrícola de Vila Manaus - ACAVIMA	36
5	Associação Agr. dos Manejadores Florestais do rio Curuça (AAAMFC)	22
6	Associação Com. Agr. dos Ext. dos Produtos da Floresta (ACAF)	15
7	Colônia de Pescadores Z-15	220
8	Cooperativa do Mel (COOPMEL)	143
	Total	600

Sociedade Civil - Boca do Acre		Participantes
1	Associação dos Produtores Rurais do Lago do Cametá e Apudi	32
2	Associação dos Pequenos Agricultores e Extrativistas do Cajueiro	18
3	Associação Beneficente dos Moradores da Comunidade Santana	36
4	Associação dos Moradores da Comunidade do Igarapé Tambaqui	23
5	Associação dos Trabalhadores do Projeto de Assentamento Agroextrativista Antimary	222
6	Associação Extrativista Deus é Amor do rio Inauini	110
7	Associação dos Moradores da Comunidade São José	18
8	Associação dos Pequenos Produtores do Seringal Redenção	43
9	Associação dos Agropecuaristas de Boca do Acre	110
10	Associação Agroextrativista Indígena Apurinã do 45	18
11	Associação dos Ribeirinhos Agroextrativistas da Comunidade Nova Vida	45
12	Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Lago Novo	35
13	Associação dos Moradores e Produtores Agroextrativistas do Jardim das Flores	21
14	Associação dos Seringueiros e Extrativistas dos Vales Purus e Acre	45
15	Associação Luz Divina	20
16	Associação Fé em Deus da RESEX Arapixi	35
17	Associação Bom Jesus da RESEX Arapixi	46
18	Associação dos Trabalhadores da Comunidade São Mateus BR-317 km 93	20
19	Associação Agrícola Boa Esperança da Linha 8 do PA Monte	22
20	Associação dos Piscicultores e Criadores de Quelônios em Açude	80
21	Associação Nova Esperança PA Monte I Linha 13	17
22	Associação Agroextrativista do Iquirema	16
23	Assoc. de Prod. e Produtoras Rurais da Com. B. Jesus Ser. Macapá	50
24	Assoc. Indígena Apurinã da Aldeia Cetrim Ywinawa – Ywinawa	12
25	Colônia de Pescadores Z-18	800
26	Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e Médio Purus	80
27	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boca do Acre	300
28	Sindicato da Indústria Madeireira de Boca do Acre	30
	Total	2304

Sociedade Civil - Canutama		Participantes
1	Associação dos Produtores Agroextrativistas de Canutama	198
2	Associação dos Produtores Agroextrat. da Comunidade Belo Monte	87
3	Colônia de Pescadores Z-5	921
4	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canutama	462
	Total	1668

Sociedade Civil - Humaitá		Participantes
1	Associação dos Prod. Rurais do Alto Crato	55
2	Associação dos Prod. Rurais de Humaitá	14
3	Associação dos Prod. Rurais de São Miguel	24
4	Associação dos Prod. Rurais de Paraíso Grande	23
5	Associação dos Prod. Rurais da Realidade	65
6	Associação dos Prod. Rurais de Muanense	22
7	Associação dos Prod. Rurais do Lago do Antônio	36
8	Associação dos Prod. Rurais do Lago do Puruzinho	11
9	Associação dos Prod. Rurais do Assent, São Francisco	50
10	Associação dos Prod. Rurais do Mirari/ Santa Luzia	12
11	Associação dos Prod. Rurais da Comunidade Flexal	20
12	Associação dos Prod. Rurais do Independente	20
13	Associação dos Prod. Rurais da Comunidade Vista Alegre	13
14	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Humaitá	10
15	Fundação dos Meninos de Uruapiara	31
16	Associação dos Pais do Bairro N.S do Carmo	30
17	Associação dos Moradores do Paraná do Buiçu	27
18	Assoc. da Comunidade de Santa Maria Auxiliadora	45
19	Associação dos Produtores Rurais do Paraizinho	15
20	Colônia dos Pescadores Z-31	1.600
21	Cooperativa Mista Rio Madeira Humaitá – Ltda. - COOPERIO	87
22	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Humaitá	1200
	Total	3.412

Sociedade Civil - Lábrea		Participantes
1	Associação dos PROD. AGROEX DA VILA DO ACIMÃ – APAVARP	52
2	Associação ALTO VERDE – RIO PACIÁ	25
3	Associação APAT – TAUARUHÃ	21
4	Associação ASPARCS - SARDINHA	110
5	Associação FÉ EM DEUS - RIO PACIÁ ALTO	12
6	Associação APAFLEX - FLEXAL	26
7	Associação APAIRAL – RAMAL DO KM 12	25
8	Associação SÃO FRANCISCO – RAMAL DO KM 24	25
9	Associação TERRA JUBILAR – RAMAL DO KM 26	85

10	Associação APADRIT – VILA VITÓRIA/ RIO ITUXY	35
11	Associação APARUMARY – RIO UMARY	15
12	Associação APAGIRC - CAPIHÃ	28
13	Associação APARIP – RIO PACIÁ/BAIXO	28
14	Associação APAVIL – VILA LIMEIRA – RIO SERUINI	18
15	Associação APAC JG – JOSÉ GONÇALVES	360
16	Associação ACAIC - CAITETÚ	12
17	Associação APACIP – NOVA ESPERANÇA II	14
18	Associação IDECORÁ	18
19	Associação PAXIÚBA	12
20	ASSOCIAÇÃO DOS PROD AGROEXT. MÉDIO PURUS - ATAMP	700
21	ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES RURAIS DO TAUARUHÃ	20
22	ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DE LÁBREA – APEL	296
23	ASSOCIAÇÃO DOS PROD AGROEX DO KM 30 DO RIO PACIÁ	22
24	COLÔNIA DE PESCADORES Z-11	550
25	COOPERATIVA MISTA AGROEXTRATIVISTA SARDINHA – COPMAS	120
26	SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LÁBREA	2.200
	Total	4.829

Sociedade Civil - Manicoré		Participantes
1	Associação de Mor. Agroext. Com. Bom Jesus dos Navegantes	19
2	Associação de Mor. da Comunidade da Foz do Rio Manicoré	37
3	Associação dos Trabalhadores Rurais do Inajá	45
4	Associação de Mor. Agroext. Da Comunidade de Nª Sª de Nazaré	31
5	Associação de Prod. Agroext. da Colônia da Baixa Cavada	49
6	Associação de Agroext. dos Colonos da Estrada do Atininga	46
7	Associação de Mor. Agroext. da Comunidade do Ramal Santo Antônio	67
8	Associação de Agricultores Renascer – Ramal do Pedral	39
9	Associação de Mor. da Colônia Sindical Santo Antônio	47
10	Associação de Mor. e Agricultores da Comunidade de Estirão	29
11	Associação de Mor. Agroext. da Comunidade de Esperança	42
12	Associação de Mor. Agroext. da Comunidade de Lago dos Remédios	23
13	Associação de Mor. Agroext. da Comunidade de Barro Alto	59
14	Associação de Mor. Agroext. da Comunidade de Parintintin	51
15	Associação de Mor. Agroext. da Comunidade da Democracia	57
16	Associação de Mor. Agroext. Com. de Terra Preta do Ramal 464	29
17	Associação de Mor. Agroext. Da Comunidade do Lago do Jatuarana	45
18	Associação de Mor. Agroext. da Comunidade de Santa Eva	19
19	Associação de Agricultores da Comunidade de Vista Alegre	61
20	Associação dos Mor. Agroext. da Comunidade do Pandegal	17
21	Associação dos Mor. e Agricultores da Comunidade de Urucury	33
22	Associação de Mor. Agroext. da Comunidade Boa Esperança	31
23	Associação de Mor. e Agricultores da Comunidade de Água Azul	62

24	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Monte Horebe	17
25	Associação de Agricultores da Com. de Monte Sião	21
26	Associação de Mor. Agroext. de Com. Sto. Antonio Pau Queimado	45
27	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Cristo Rei	34
28	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Liberdade	75
29	Associação de Prod. Agroext. Com. S.Sebastião de Paraná Onças	26
30	Associação de Mor. Agroext. Com. S.José de Ilha de Onças	44
31	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Boa Vista	16
32	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Nazaré do Retiro	33
33	Associação de Mor. Agroext. Com. Terra Preta do Capanãnzinho	24
34	Associação de Mor. Agroext. Com. S. Francisco Capanãnzinho	52
35	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Jutaí	22
36	Associação de Mor. do P.A. Agroext. Com. S. José do Cumã	69
37	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Ponta do Campo	51
38	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Santa Civita	52
39	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Nª Sª de Fátima	29
40	Associação de Mor. Agroext. da Comunidade de Matupirizinho	35
41	Associação de Mor. A. das Com. de Terra Preta, S. J. e Sta Terezinha	61
42	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Jenipapo I	37
43	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Jenipapo II	19
44	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Porto Seguro	35
45	Associação de Mor. Agroext. da Com. Ilha do Meio	19
46	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Cachoeirinha	88
47	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Amparo	21
48	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Novos Prazeres	19
49	Associação de Mor. da Com. de Igarapezinho	71
50	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Verdum	63
51	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Boas Novas	21
52	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Delícia	25
53	Associação de Mor. Agroext. da Com. de Sempre Viva	25
54	Colônia de Pescadores Z-20	790
55	Cooperativa dos Prod. e Extrat. de Manicoré – COOPEMA	52
56	Cooperativa Verde de Manicoré	400
57	Cooper. das Mulheres Agroextr. Costureiras e Artesãs de Manicoré	100
58	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manicoré	1634
59	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Manicoré	921
	Total	2304

Sociedade Civil - Maués		Participantes
1	Associação Comunitária Agrícola - ASCALBA	145
2	Associação Comunitária Agrícola do Rio Paracuni – ASCAPANI	250
3	Associação Comunitária Agrícola do Lago Grande - ASCALGRA	50
4	Associação Comunitária Agrícola do Rio Maués Miri - ASCAM	50

5	Associação Comunitária Agrícola da Comunidade Menino Deus - ASCAMD	80
6	Associação Comunitária Agrícola do Rio Urupadi - ASCAMPA	60
7	Associação Comunitária Agrícola do Santo Antonio do Mucajá - ASCASAM	150
8	Associação dos Pequenos e Micros Produtores Rurais do Rio Apoquitaua Miri - APEMPRURAM	121
9	Associação dos Produtores Agroextrativas da Floresta Estadual de Maués - ASPAFEMP	116
10	Associação Comunitária Agrícola da Ponta Alegre - ASCAPALA	35
11	Associação dos Criadores de Gado Bovino e Bubalino de Maués - ACBM	216
12	Associação Comunitária Agrícola da Ilha de Vera Cruz - AVEC	41
13	Associação Comunitária Agrícola Comunidade Bom Jesus do Pupunhal - ASCABOMP	35
14	Associação Comunitária Agrícola Bom Destino - ABOSTINO	45
15	Associação dos Horticultores de Maués - ASPROHM	86
16	Associação Comunitária Agrícola do Rio Castanhal de Baixo - ASCAC	40
17	Associação Extrativista do Rio Alto Apoquitaua - ASAC	70
18	Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade Bom Jesus do Canela - CONJESUS	225
19	Associação Agri. dos Com. Rurais Florestais da Comunidade Santa Maria do Rio Cicantá - ASCEF	25
20	Conselho de Desenvolvimento Comunitário Nossa Senhora de Lourdes - CONLOURDES	66
21	Associação Comunitária Agrícola dos Produtores de Maués - ASCAPEM	20
22	Associação Comunitária Agrícola da Comunidade Santa Maria do Caiaué - ATRANSMACURAPA	280
23	Associação Agroextrativista da Comunidade Monte Sinai - ASAEMS	30
24	Associação Agrícola de Desenvolvimento da Comunidade São João do Itaubal - ITAIBU	25
25	Associação dos Produtores da Comunidade Bom Futuro - APROBOM	70
26	Consórcio dos Produtores Sataré Mawe – CPSM	550
27	Associação Agroextrativista Nossa Senhora de Fátima do Lago do Canarana – ASCANSEF	200
28	Colônia de Pescadores Z-16 – COLPESCA	1200
29	Cooperativa Agropecuária de Maués - AGUAMAM	200
30	Cooperativa Agroindustrial de Maués - COAIMA	45
31	Cooperativa Industrial do Guaraná de Maués – COIGMA	20
32	Cooperativa dos Aquicultores de Maués – COOPEFLORA	20
33	Cooperativa dos Extratores da Floresta Estadual de Maués - COOPEFLORA	51
	Total	4.617

Sociedade Civil - Nhamundá		Participantes
1	Associação DESENV. AGROP. DE STA. Mª DO MAMURIACÁ – ASDAM	120
2	Associação DESENV. AGROP. DE STO. ANTONIO DO MAMURIACÁ - ASDASAM	60
3	Associação DOS PRODUTORES AGROP. DE STA. RITA DO ADUACÁ - ASPAAM	38
4	Associação AGROP. DO CUTIPANÃ - ASACN	100
5	Associação DOS AGROPECUARISTAS DO LAGUINHA - ASPROAL	20
6	Associação AGROP. DO AMNARÚ - ASAAC	20
7	Associação PROD. AGROP. DAS COMUNIDADES DO CURIÁ, CARANÃ E ARNACARÚ - ASPACAM	78
8	Associação AGROP. BOA VISTA FAZENDA GRANDE – ASABV	60
9	Associação AGROP. DO JURUÁ ESTRADA – ASAJE	80
10	Associação AGROP. DO COROCORÓ – ASACOR	70
11	Associação DOS PROD. DE JURUÁ NAZARÉ – ASANSENJU	30

12	Associação AGROP. DO JURUÁ TERRA-ALTA – ASATA	38
13	Associação AGROP. DO DAGUARY – ASADAM	80
14	Associação DOS PECUARISTAS DE NHAMUNDÁ – APN	151
15	COLÔNIA DE PESCADORES Z-48	300
16	COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE FARINHA DE NHAMUNDÁ	100
17	SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE NHAMUNDÁ	1.800
18	SINDICATO DOS PESCADORES DE NHAMUNDÁ	160
19	SINDICATO DOS AGRICULTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NHAMUNDÁ	450
	Total	3.755

Sociedade Civil - Novo Aripuanã		Participantes
1	Associação PARA O DESENV. DA COM. STA Mª DO URUÁ	156
2	Associação AGROEXTRATIVISTA JOSÉ JOÃO	27
3	Associação COMUNITÁRIA SANTA RITA	82
4	Associação DOS PRODUTORES AGROEXTRATIVISTA DA RDS DO MADEIRA - APRAMAD	500
5	Associação AGROEXTRATIVISTA DO LAGO DO CASTANHA	16
6	Associação AGROEXTRATIVISTA DO LAGO DO XIADÁ	23
7	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DA RDS DO JUMA	700
8	ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA E AGROEXTRATIVISTA DA COMUNIDADE BURITI	41
9	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Esperança	30
10	COLÔNIA DE PESCADORES Z-29	1.126
11	Sindicato dos Trab. Rurais de Novo Aripuanã	1.874
	Total	4.575

Sociedade Civil - Parintins		Participantes
1	Associação Agric. Familiares Malvi-juticultores da Ilha do Vale - ASMAJUVALE	40
2	Associação Agrícola Paraíso – AAP	25
3	Associação Agrofamiliar Com. Menino Deus Itaborai do Meio - ASCONDEITA	35
4	Associação Benef. Novos Agricultores do Rio Jacu - ABNA	15
5	Associação colônia São Jorge - ASPACOSAJE	22
6	Associação Comunidade do Paurá	28
7	Associação Comunit. dos Trab. Rurais do Bom Socorro - ASCONTRAB	41
8	Associação de Agricultores Guaranicultotes - AGRIGUARANY	43
9	Associação de Des. Comunitário da Terra Preta do Rio Mamuru – ADECONTER	30
10	Associação Des. Sócio Econômico dos Prod. Rurais de Ponta Alta – ADESAGRE	26
11	Associação Desenv. Sócio Econômico dos Prod. Rurais do Caburi – ADESEC	35
12	Associação Desenvolvimento Sócio Econômico Com. São João – ADESEA	18
13	Associação dos Agricultores Familiares da Com. S. Fco. Palhal – AAFP	36
14	Associação dos Moveleiros de Parintins – AMOPIN	49
15	Associação dos Pecuaristas de Parintins – APP	102
16	Associação dos Pisc. e Aquicult. do P.A. de V. Amazônia – APAPAVA	32
17	Associação dos Prod. Rurais do Lago do Máxixo – ASPROMAX	25

18	Associação dos Produtores do Laguinho – APL	27
19	Associação Familiar dos Agric. da Colônia São Jorge da Est. Jauari – AFASJEJA	25
20	Associação Grupo Agrofamiliar da Ilha do Bispo – GRUPAFAN	28
21	Associação Micro Produtores Rurais do Araua – AMBRA	25
22	Associação Peq. Criadores do Aninga/Macurany/ Parananema – APCAMP	22
23	Associação Pequenos Prod. Rurais do Par. Limão de Cima – ASPROCIMA	25
24	Associação Prod. Rurais do Par. Esp. Santo de Cima - APESC	25
25	Associação Pro Rurais do Par. Esp. Santo do Meio – ASPROESME	30
26	Associação Prod. Rurais da Col. Quem Dizia do rio Mamuru – ASPROCDIZE	30
27	Associação Prod. Rurais da Sagrada Família do Remanso – APRASFAR	28
28	Associação dos Prod. Rurais de São Pedro e Sto Antonio – ASPROSAP	42
29	Associação dos Prod. Rurais do El-Shaday – APROEL	21
30	Associação dos Prod. Rurais do Mato Grosso - ASPROMAT	25
31	Associação dos Prod. Rurais do Par. Limão do Meio – ASPROLIME	25
32	Associação dos Prod. Rurais do Remijo – ASPRORE	25
33	Associação dos Prod. Rurais do São Sebastião do Boto – ASBOTO	25
34	Associação dos Prod. Rurais e Familiares da Vila Nova – ASPROVILA	25
35	Associação dos Prod. Rurais Com. Santa Fé – ASPROFÉ	32
36	Associação dos Prod. Rurais de N. Sra. De Nazaré – ASPROZARE	18
37	Associação dos Produtores Rurais do Açaí – APRA	20
38	Associação São João Batista – Mocambo do Arari – AMBANSEL	25
39	Associação São Tomé – Mocambo do Arari – ADCI	20
40	Associação Sociedade Agrícola do Quebra – SOAQ	25
41	Associação Trabalhadores Rurais Comunidade São Tomé – ASTRUST	25
42	Central das Associações Rurais – CEDARP	28
43	Cooperativa. Prod. em Agropecuária e Extrativismo em Parintins – COOPAPIN	27
44	Cooperativa. Prod. Rurais da Agrovila do Caburi – COOPRAC	80
45	Colônia – Sociedade Agric. Colônia Santa Luzia – SAGRE	47
46	Associação/União dos Micro Empreendedores Industriais de Parintins - UNIPAR	71
	Total	1.473

Elaboração:

IDESAM
Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas

Apoio:

KfW
ENTWICKLUNGSBANK